

A Especificidade da Ação Afirmativa no Brasil:
o caso do Centro Nacional de Cidadania Negra
em Uberaba - MG

Márcio Mucedula Aguiar

A Especificidade da Ação Afirmativa no Brasil:
o caso do Centro Nacional de Cidadania Negra
em Uberaba - MG

Editora UFGD
DOURADOS-MS, 2009

Universidade Federal da Grande Dourados

Reitor: Damião Duque de Farias

Vice-Reitor: Wedson Desidério Fernandes

COED

Coordenador Editorial da UFGD: Edvaldo Cesar Moretti

Técnico de Apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho

Conselho Editorial da UFGD

Adáuto de Oliveira Souza

Edvaldo Cesar Moretti

Lisandra Pereira Lamoso

Reinaldo dos Santos

Rita de Cássia Pacheco Limberti

Wedson Desidério Fernandes

Fábio Edir dos Santos Costa

Capa

Editora da UFGD

Criação e Design: Rogério Fernandes Lemes

Graduando em Ciências Sociais-UFGD

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD

305.896081

A282e

Aguiar, Márcio Mucedula.

A especificidade da ação afirmativa no Brasil: o caso do Centro Nacional de Cidadania Negra em Uberaba - MG / Márcio Mucedula Aguiar. Dourados, MS : UFGD, 2009.

146p.

Bibliografia.

ISBN 978-85-61228-51-4

1. Relações raciais - Brasil. 2. Negros – Condições sociais - Brasil. 3. Negros – Identidade racial – Brasil. 4. Sociologia brasileira. I. Título.

Direitos reservados à
Editora da Universidade Federal da Grande Dourados
Rua João Rosa Goes, 1761
Vila Progresso – Caixa Postal 322
CEP – 79825-070 Dourados-MS
Fone: (67) 3411-3622
editora@ufgd.edu.br
www.ufgd.edu.br

Em meados de dezembro de 2000, passava pelo processo de seleção ao doutorado. Nessa época, minha tia, Benedita Ribeiro Marincek, encontrava-se numa unidade de terapia intensiva em Ribeirão Preto. Ainda posso me lembrar da sua alegria e do seu sorriso quando soube que eu estava ingressando no doutorado; não sabia que esse seria o nosso último encontro e despedida. Este trabalho é dedicado a sua memória.

AGRADECIMENTOS

Sempre serei grato às pessoas e instituições que contribuíram para elaboração deste trabalho.

Cabe um agradecimento aos meus pais, Maria Bernadete Mucedula Aguiar e Ailton Souza Aguiar, que, em várias madrugadas em Ribeirão Preto, esperaram-me com amor e carinho e um farto café da manhã, nada foi mais reconfortante do que esses breves encontros antes de continuar a viagem a São Carlos.

Devo agradecer aos diretores e aos funcionários do Centro Nacional de Cidadania Negra, que sempre me atenderam gentilmente, e, na medida de suas possibilidades, forneceram-me informações importantes para a condução dessa pesquisa.

Um agradecimento especial à Sônia Regina Jorge da Silva, militante comprometida com as causas do Movimento Negro, que dedicou e dedica a sua existência à melhoria das condições de vida da população negra em Uberaba. Sem a sua imprescindível ajuda talvez este trabalho não terminasse.

Também não posso me esquecer de Willian Evangelista (in memoriam), que através do seu entusiasmo e disposição me possibilitou o primeiro contato com o Centro Nacional de Cidadania Negra.

Ao meu amigo Frei Marcelo Santos Neves, pelo incentivo, amizade e, principalmente, por ser o único que tinha paciência para ouvir minhas idéias em Uberlândia.

À Idália Pereira da Cruz Schaustz, pela ajuda na revisão do texto.

Aos membros da banca de qualificação, Prof^a. Dr^a. Maria Inês Rauter Mancuso e o Prof. Dr. Andreas Hoffbauer pelas valiosas sugestões, críticas e esclarecimentos de dúvidas.

À Ana Maria Suficiel Bertolo, pela sua disposição na secretaria do programa.

Ao meu orientador Valter Roberto Silvério, que sempre teve a disposição para me ajudar a crescer intelectualmente, desde a época da graduação. Seu exemplo e suas aulas levaram-me ao interesse dessa temática tão importante. Apesar de discordarmos em algumas questões e nem sempre, eu acredito, ter correspondido às suas expectativas, ele me deu a autonomia necessária para elaborar minhas idéias e mostrou-se, além de orientador, um amigo.

Não posso também me esquecer de Regina Helena Granja, que me ajudou através dos seus incentivos e amizade e de Marly Almeida Gomes Vianna, que sempre me acompanhou como professora e amiga.

À CAPES, pelo apoio ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Agradeço à minha esposa Rosana Vicente de Carvalho Aguiar, que muitas vezes acabou se sacrificando para que eu pudesse realizar esta pesquisa. Ela sempre esteve ao meu lado com sua alegria e disposição para enfrentar os problemas da vida, ajudando a me superar e ser uma pessoa melhor.

Por fim, e não menos, à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) pela oportunidade desta publicação, por meio do seu Programa de Livros de Autores da UFGD.

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO	17
QUESTÕES PRELIMINARES	21
 CAPÍTULO 1	
VISÕES ACADÊMICAS SOBRE O MOVIMENTO NEGRO E AS SUAS AÇÕES NO COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E AO RACISMO	37
1.1 Breve histórico do Movimento Negro e do Centro Nacional de Cidadania Negra	37
1.2. Diferentes leituras das estratégias do Movimento Negro.....	52
 CAPÍTULO 2	
PROPOSTAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS DO CENTRO NACIONAL DE CIDADANIA NEGRA.....	61
2.1. O papel da educação na formação da autoestima	68
2.2. A preocupação com os direitos humanos	72
2.3. As cartilhas para crianças.....	75
2.4. O perfil dos alunos.....	76
 CAPÍTULO 3	
O CONCEITO DE AÇÃO AFIRMATIVA E SUAS PERSPECTIVAS NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS	83
3.1. As diferenças entre políticas de ação afirmativa e outras formas de combate à discriminação e ao racismo.....	97
3.2. Especificidades das relações “raciais” brasileiras.....	100
3.3. Ações afirmativas no Brasil ao longo dos tempos.....	104
 CAPÍTULO 4	
CONCEPÇÕES, PROBLEMAS E SOLUÇÕES EM RELAÇÃO ÀS AÇÕES AFIRMATIVAS NA VISÃO DAS LIDERANÇAS E DOS ESTUDANTES	111
4.1 Problemas da população negra no Brasil apontados nos depoimentos.....	112

4.2 O combate à discriminação e ao racismo: políticas universalizantes e específicas.....	114
4.3 A inclusão independentemente das “cores”: a necessidade de unir ao invés de dividir	117
4.3.1 A questão da identidade na visão dos estudantes.....	120
4.4 Os problemas enfrentados pelos negros na visão dos estudantes	122
4.5 Participação no CENEG e mudanças na visão dos alunos egressos sobre o preconceito e a discriminação	125
4.6 A questão das políticas universais e específicas na visão dos estudantes	126
4.6.1 A questão da identidade para os estudantes	129
4.7 Os aspectos positivos e negativos da instituição	131

CONCLUSÃO

AS ESPECIFICIDADES BRASILEIRAS NAS POLÍTICAS DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E AO RACISMO	135
---	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
---	------------

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Distribuição dos Estudantes segundo a Escolaridade	77
GRÁFICO 2 – Distribuição dos Estudantes segundo a Ocupação	77
GRÁFICO 3 – Distribuição dos Estudantes segundo a Localização da Moradia	78
GRÁFICO 4 – Distribuição dos Estudantes segundo o Tipo de Moradia	78
GRÁFICO 5 – Distribuição dos Estudantes segundo a Renda Familiar	79
GRÁFICO 6 – Distribuição dos Estudantes segundo a Faixa Etária	79
GRÁFICO 7 – Distribuição dos Estudantes segundo a Identidade Étnico-Racial	80

INTRODUÇÃO

Este livro se propõe a analisar as propostas de políticas específicas de combate à discriminação e ao racismo implementadas pelo Centro Nacional de Cidadania Negra (CENEG) no município de Uberaba, em Minas Gerais, região do Triângulo Mineiro¹. Tal análise é importante no sentido de elucidar como são pensadas e efetivadas as chamadas políticas de ações afirmativas² no Brasil.

Em sendo várias as perspectivas de análise da questão racial no Brasil que situam as propostas de combate ao racismo e às discriminações, um dos objetivos do trabalho é analisar os pressupostos que orientam a atuação do Centro Nacional de Cidadania Negra, tendo como parâmetros:

- a) a experiência do CENEG pode ser vista como uma nova proposta de ação afirmativa que conjuga medidas específicas (voltadas para a população negra) e medidas universalizantes (para a população como um todo) objetivando a resolução da discriminação e racismo em Uberaba; e
- b) a proposta de Ação Afirmativa do CENEG toma por base dois critérios sociais de exclusão: o de “raça” e o de “classe”, constituindo-se numa redefinição à brasileira do conceito de ação afirmativa.

O problema do racismo e da discriminação na sociedade brasileira constitui um dos temas mais importantes para as pessoas que almejam a construção de um país mais justo e igualitário.

Por isso, logo após defender a dissertação de mestrado, uma das questões que me propunha a pesquisar era entender quais seriam os mecanismos mais eficazes no combate a esse problema. Havia conhecido vários militantes em decorrência do mestrado e, em muitas de minhas conversas com eles, sempre surgia essa discussão sobre os tipos de soluções neces-

1 A região do triângulo mineiro é considerada uma das regiões mais ricas de Minas Gerais. Destacam-se os municípios de Uberlândia, Uberaba e Ituiutaba. Essa região se caracteriza pelo predomínio da agropecuária, como também em indústrias de setores alimentícios, têxtil, químico, do álcool e de fertilizantes. Disponível: www.italiabrasil.com.br/minas.htm, www.indi.mg.gov.br/mapas/triangulo.gif acesso em: 24 maio de 2004.

2 Para Cashmore (2000, p. 31-38), seriam consideradas ações afirmativas as políticas públicas criadas para reverter as tendências históricas que conferem às minorias, principalmente, negros e mulheres, uma posição de desvantagem, particularmente nas áreas de educação e emprego. Tal conceito será aprofundado no capítulo 3.

sárias para diminuir a grande distância social entre brancos e negros no Brasil.

Uma das respostas mais frequentes por parte dos militantes era a de que seria necessária a criação de políticas públicas específicas nos moldes das chamadas ações afirmativas desenvolvidas nos Estados Unidos.

No final dos anos 1990, a temática das desigualdades raciais e das ações afirmativas ganhou grande repercussão a partir da criação do Programa Nacional dos Direitos Humanos³.

Será que tais políticas seriam adequadas à realidade brasileira? Acreditei que seria necessário um estudo de um caso concreto que pudesse elucidar melhor essa problemática.

Na época, estava residindo na cidade de Uberlândia, na região do Triângulo Mineiro e ouvira falar que, na cidade de Uberaba, estava nascendo uma instituição que tinha como objetivo o combate à discriminação e ao racismo, que também se propunha à criação de políticas de caráter afirmativo.

Assim, procurei conhecer um dos principais articuladores da criação do Centro Nacional de Cidadania Negra. William Evangelista (Bill) era um entusiasta e estava profundamente envolvido com a criação do CE-NEG e com os convênios entre este e a Secretaria dos Direitos Humanos e Ministério da Justiça. Comecei a pensar que essa seria uma chance rara de observar os desdobramentos do projeto e suas concepções filosóficas, o que poderia me propiciar uma compreensão de um caso concreto de um projeto de política pública de combate à discriminação e ao racismo.

William Evangelista forneceu-me várias informações e, principalmente, pela leitura dos documentos e propostas ficava claro que o Centro Nacional de Cidadania Negra era uma proposta de ação afirmativa. Infelizmente, no decorrer da elaboração do projeto, este militante acabou falecendo, mas os dados e especialmente sua ajuda me propiciaram a finalização desta pesquisa.

Inicialmente, comecei a pesquisa pela coleta das propostas oficiais desse Centro. Essa instituição sempre me atendeu devidamente e, em nenhum momento, criou dificuldade de acesso aos dados. De posse dos documentos, comecei a perceber que talvez fosse necessária a combinação entre esses dados e depoimentos das principais lideranças da instituição que me possibilitassem o entendimento das concepções que norteavam a instituição, bem como sua prática cotidiana.

Enveredando pelos caminhos da pesquisa, busquei como principais fontes para análise das propostas documentos oficiais como ofícios

3 BRASIL. Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Política Nacional do Idoso. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Programa Nacional dos Direitos Humanos. Brasília. DF, 1998. p. 39-82.

e convênios. Além disso, foi analisado o material didático-pedagógico, buscando apreender os pressupostos que norteavam este e as outras fontes já mencionadas.

O procedimento teórico metodológico para a execução deste trabalho foi nascendo a partir dos problemas que foram surgindo no decorrer da pesquisa. A princípio, elaborei um levantamento da bibliografia pertinente ao tema. Ao mesmo tempo, iniciei as viagens a Uberaba e passei a discutir com as lideranças sobre a proposta de se fazer um estudo da entidade.

No início, as pessoas estranhavam um pouco meu interesse pela instituição; em alguns momentos, senti até receio por parte de algumas delas, mas apesar disso os dados foram sendo cedidos gentilmente. Comecei com a leitura das cartilhas e documentos oficiais da instituição. Percebi que para um melhor entendimento das concepções da instituição seria necessária a coleta de depoimentos das lideranças que me esclarecessem sua visão sobre o preconceito e a discriminação, a questão das ações afirmativas, etc.

Como parte do turbilhão de idéias iniciais, tinha também como intenção entrevistar todos os líderes, mas não foi possível entrevistar uma das principais lideranças devido à dificuldade de acerto de agenda. Também entrevistei um membro do Conselho Afro de Uberaba e um ex-líder do Centro Nacional de Cidadania Negra, para observar a visão de alguém de fora da instituição, e uma professora da rede pública municipal que tinha alunos que participavam dos cursos do CENEG, como também um ex-líder da instituição. Optei pela utilização de nomes fictícios, a fim de garantir o sigilo dos depoimentos e dar tranquilidade para que os entrevistados pudessem falar à vontade, pois em sua maioria, eram lideranças políticas municipais e regionais.

Quanto ao perfil dos alunos, a instituição estava construindo os bancos de dados, nem sempre era possível ter acesso a eles. Com isso, optei por trabalhar com os dados apresentados por uma pesquisa feita pela própria instituição, que trabalhou com um universo de 2.200 fichas de alunos entre outubro de 1999 e março de 2001.

Para uma melhor compreensão dos efeitos das políticas de combate à discriminação e ao racismo do CENEG, resolvi entrevistar alguns estudantes, escolhendo os que freqüentavam o pré-vestibular por ser um dos cursos mais procurados na instituição. A instituição indicou vários deles, a partir da minha solicitação de que se levasse em consideração a auto-identidade que aparecia nas fichas de inscrição; tinha a intenção de entrevistar pelo menos quatro estudantes entre negros, pardos, brancos, contudo tive dificuldades de conseguir agendar entrevistas, pois muitos trabalhavam e estudavam e nem todos que se dispuseram, compareceram. No final, entrevistei sete deles, sendo quatro negros, um pardo e dois bran-

cos. As entrevistas, tanto das lideranças como dos estudantes, seguiram um roteiro de perguntas abertas, sem nenhuma preocupação com o tempo, dando liberdade para que as pessoas emitissem suas opiniões e idéias. No final, transcrevi os depoimentos e selecionei os trechos para elaboração do último capítulo.

No roteiro de entrevistas voltado às lideranças, objetivava-se perceber qual era a visão das principais lideranças acerca da problemática da discriminação e do racismo, assim como as propostas que estas acreditavam serem mais viáveis para resolução do problema. Também visei apreender as concepções de ação afirmativa e de identidade, subjacentes à atuação da Instituição objeto deste estudo.

Os dados possibilitaram-me a percepção de que o Centro Nacional de Cidadania Negra era uma instituição que, de certa forma, articulava em suas propostas uma série de demandas presentes nos vários grupos do Movimento Negro, desde o início do século XX até as demandas mais recentes.

O entendimento da instituição sobre a problemática “racial”, bem como a sua atuação incorporam em muito a lógica do chamado “mito da democracia racial” e com isso existe certa especificidade de sua atuação que ressalta uma ambigüidade sobre a problemática “racial” muito presente na cultura brasileira.

O trabalho pretende demonstrar exatamente essa ambigüidade existente e a especificidade das políticas públicas brasileiras de combate ao racismo e à discriminação que parecem redefinir, em termos “brasileiros”, a discussão sobre as ações afirmativas.

Nas questões preliminares, procuro discutir como foi pensada a relação entre raça e desigualdade pela análise de diversos autores que trabalham a problemática e com isso demonstrar as especificidades das propostas do Centro Nacional de Cidadania Negra.

No primeiro capítulo, defino alguns termos que serão utilizados no trabalho e retomo a história do Movimento Negro e sua relação com a história do CENEG. Além disso, busco analisar as principais interpretações acadêmicas sobre o Movimento Negro.

No segundo capítulo, analiso as propostas político-pedagógicas presentes nas cartilhas e materiais didáticos do CENEG.

A questão das ações afirmativas, como também sua perspectiva no Brasil é analisada no terceiro capítulo. Por fim, no quarto capítulo analisei os depoimentos das principais lideranças e de alguns estudantes do CENEG buscando desvendar suas concepções acerca das ações afirmativas e propostas de combate à discriminação e ao racismo no Brasil.

QUESTÕES PRELIMINARES

A questão “racial” no Brasil sempre foi objeto de grandes polêmicas. Uma rica literatura foi produzida e, apesar de todas as discussões, não existe um consenso entre militantes do Movimento Negro e muito menos entre os teóricos sobre quais seriam os mecanismos mais eficazes para o combate ao racismo e à discriminação. Dessa forma, a análise de um caso concreto de política pública pode ajudar a compreender os dilemas e as dificuldades da resolução desses problemas, partindo da observação de como a relação entre “raça” e desigualdade social no Brasil foi pensada, o que pode revelar em muito os problemas e dilemas enfrentados pelo Centro Nacional de Cidadania Negra.

Precipuamente, cabe tecer algumas considerações alicerçadas nas concepções de Gilberto Freyre, que marcam profundamente a reflexão sobre a escravidão e as relações entre brancos e negros no Brasil. Em *Casa Grande & Senzala*, ele reflete sobre a formação da família brasileira sob o regime escravocrata. A importância de seu estudo reside no fato de ser a primeira tentativa de se fazer uma análise baseada na distinção entre “raça” e “cultura”. Sua obra sistematizou um projeto de identidade nacional de um povo miscigenado e que por isso mesmo não desenvolveu formas de discriminação e racismo como as existentes nos Estados Unidos. Tal perspectiva fundamentava teoricamente o chamado mito da democracia racial. Tal mito parte do pressuposto de que a grande miscigenação entre brancos, negros e índios produziu uma sociedade híbrida. A miscigenação teria levado à formação de uma sociedade em que os extremos (senhores e escravos) aproximaram-se, corrigindo a grande distância social entre os mesmos.

A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que doutro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata-tropical; entre a casa-grande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelo efeito social da miscigenação. (FREYRE, 1989, p. 1).

Apesar de Gilberto Freyre ser o autor mais importante para a popularização desse ideário da democracia racial, segundo Guimarães (2002, p. 138), o primeiro a utilizar esse termo foi Roger Bastide, a partir de, provavelmente, uma livre interpretação das idéias de Freyre. Esse termo teria sido utilizado em um artigo publicado no Diário de São Paulo, em março de 1944, no qual Bastide reporta-se a uma visita a Gilberto Freyre. Apesar de Freyre ser o inspirador do termo, Guimarães ressalta que este o evitou muitas vezes, tendo para o autor um significado peculiar. Freyre costuma utilizar o termo democracia étnica para pensar o tipo de relação existente entre brancos e negros no Brasil. O termo democracia racial só apareceria na literatura especializada, em 1952, na “Introdução” escrita por Charles Wagley do primeiro volume de uma série de estudos sobre as relações raciais patrocinados pela Unesco. (GUIMARÃES, 2002, p.139).

A expressão democracia étnica cunhada por Freyre surgiu no contexto de sua militância contra o Integralismo. O autor procura estabelecer um nexo entre a idéia de democracia étnica e democracia social. Com isso, ele procura definir o conteúdo social da democracia brasileira. O genuinamente luso-brasileiro é definido pelo misturado e sincrético, e tudo que for contra isso é visto como um perigo à jovem democracia brasileira. (GUIMARÃES, 2002, p. 151).

Tal idéia de “democracia social” foi elaborada por Freyre na década de 30, para justificar a ausência de democracia política, quer no Brasil ou em Portugal. Em certo sentido, o seu desafio é inserir a tradição luso-brasileira entre as nações democráticas, tentando diferenciar tal tradição do nazi-facismo. Apesar da existência dos regimes autocráticos de Vargas e Salazar, Freyre procura demonstrar que a cultura luso-brasileira não é apenas mestiça, mas recusa qualquer tipo de pureza étnica, característica dos regimes fascistas e nazistas da Itália e Alemanha. Do ponto de vista “social”, tanto os regimes de Vargas como o de Salazar seriam democráticos na medida em que promovem a mobilidade social de pessoas de diferentes raças e culturas. (GUIMARÃES, 2002, p. 152).

Freyre só utilizou o termo “democracia racial” em 1962, em sua defesa do colonialismo português na África e na construção teórica do seu luso-tropicalismo, quando acreditava ser necessário atacar a influência estrangeira sobre os negros brasileiros, particularmente o conceito de “negritude”. (GUIMARÃES, 2002, p. 152).

Para Guimarães (2002, p.139), a concepção que predominava era a de que o Brasil era uma sociedade sem “linha de cor”, uma sociedade sem barreiras legais que impedissem a ascensão social de pessoas de cor a cargos oficiais ou às posições de riqueza ou prestígio. Tal idéia era bastante difundida tanto na Europa como nos Estados Unidos. Além disso, Guima-

rões ressalta que para muitos abolicionistas a escravidão no Brasil era vista como mais humana e suportável.

Tal constatação de Guimarães pode ser confirmada a partir de um trecho no qual Joaquim Nabuco em *O Abolicionismo* ressalta que, apesar da escravidão, as relações entre senhores e escravos eram até harmônicas e não geraram o clima de ódio entre negros e brancos como havia ocorrido nos Estados Unidos.

A escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor – falando coletivamente – nem criou entre as duas raças o ódio recíproco que existe naturalmente entre opressores e oprimidos. Por esse motivo, o contato entre elas foi sempre isento de asperezas, fora da escravidão, e o homem de cor achou todas as avenidas abertas diante de si. Os debates da última legislatura, e o modo liberal pelo qual o Senado assentiu à elegibilidade dos libertos, isto é, ao apagamento do último vestígio da desigualdade da condição anterior, mostram que a cor no Brasil não é, como nos Estados Unidos, um preconceito social contra cuja obstinação pouco pode o caráter, o talento e o mérito de quem incorre nele. Essa boa inteligência em que vivem os elementos, de origem diferente, de nossa nacionalidade é um interesse público de primeira ordem para nós. (NABUCO, 2000, p. 16).

Tal perspectiva acabou reforçando uma concepção de que os problemas que a população negra enfrenta não são muito diferentes dos da maioria dos pobres que existem no Brasil. Não é um problema de racismo e discriminação, como o existente nos Estados Unidos, mas da falta de inserção dessa população em condições de trabalho e vida melhores.

Contrapondo-se a Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e toda uma geração de pesquisadores marcaram profundamente a reflexão sobre as relações raciais no Brasil. A tese fundamental de Fernandes (1971; 1978) pode ser resumida da seguinte forma: a sociedade pós-Abolição não criou as condições necessárias para a absorção do elemento negro. O negro não estava preparado social e psicologicamente para se tornar um trabalhador livre.

Os resultados de nossas investigações, apresentados de modo tão sumário, patenteiam que a transição do regime escravocrata para o regime de classes não operou com a mesma rapidez que a transformação do status político do negro. A medida legal abolicionista, promulgada sob o governo monárquico e consagrada pelo governo republicano que o substituiu em 1889 concedeu aos manumitidos direitos formais, o que levaria um dos paladinos do movimento abolicionista a afirmar que a Abolição se revelara uma ironia atroz. É que a transição precisava se operar como um processo histórico-social: o negro deverá antes ser assimilado à sociedade

de classes, para depois ajustar-se as novas condições de trabalho e ao novo status econômico-político que adquiriria na sociedade de Classes. (FERNANDES; BASTIDE, 1971, p. 71-80).

O legado de nossas relações escravistas marcaria profundamente a população negra, dificultando sua inserção no mercado de trabalho e perpetuando condições de anomia no seu meio social. Anomia⁴ significa ausência de referências morais. A escravidão enquanto instituição havia degradado a noção de trabalho e a estrutura familiar da população negra. Nesse sentido, o ex-agente do trabalho escravo não estaria preparado para se integrar na sociedade de classes. Para Fernandes essa situação colocava o ex-agente de trabalho escravo em desvantagem na competição no mercado de trabalho com o imigrante. Cabe ressaltar que a população branca também, apesar da abolição do plano legal, ainda continuava vendo o ex-escravo sob ótica dos estereótipos e dos preconceitos advindos da sociedade escravocrata.

Faltava ao liberto, portanto a autodisciplina e o espírito de responsabilidade do trabalhador livre, as únicas condições que poderiam ordenar espontaneamente a regularidade e a eficácia do trabalhador no novo regime jurídico-econômico. Como existia a alternativa de substituí-lo, pois os imigrantes eram numerosos e tidos como “poderosos e inteligentes trabalhadores”, as fricções engendradas pela persistência daquelas três constelações psicossociais eram fatais ao negro e mulato. (FERNANDES, 1978, p. 73).

Na visão de Florestan Fernandes, na medida em que o negro se integrasse na chamada “sociedade de classes”, a questão racial tenderia a perder importância. A “raça” iria perdendo a importância numa sociedade capitalista norteada por critérios “racionais” e econômicos no preenchimento das posições de classe. Fernandes (1971, p. 275) trabalha com o conceito de “raça” enquanto conceito sociológico, ou seja, do ponto de vista biológico o conceito não se sustenta, mas existe enquanto conceito social, produzido a partir das relações entre os grupos sociais que se autoclassificam ou classificam os outros enquanto “raças”, produzindo auto-avaliações recíprocas que podem levar à aproximação ou afastamento entre os grupos.

Para Fernandes (1971), a integração econômica e o domínio das técnicas sociais de uma sociedade de classes por parte dos negros levariam à

4 Para um aprofundamento do conceito, consultar a obra “O Suicídio” (2003, p. 272-273) de Emile Durkheim; sobre o conceito aplicado ao estudo da sociedade pós-abolição, ver Fernandes, 1978, p. 80-83.

erosão do legado de nossas relações raciais de matriz escravista. Observa-se que para o autor, o racismo e a discriminação são resquícios do legado do escravismo, arcaísmos do passado.

Há certo otimismo com relação ao desenvolvimento do capitalismo e de uma sociedade de classes. A questão de classe se sobreporia à questão “racial”. Portanto, seu antirracismo concretizar-se-ia em medidas universalizantes de ampliação da educação e inserção no mercado de trabalho.

Tal posição é questionada por Andrews (1998, p. 33) que, ao analisar as relações entre brancos e negros em São Paulo, entre 1888 e 1988, observa que a perspectiva de Fernandes demonstra um otimismo em relação ao desenvolvimento do capitalismo. À medida que a chamada “Revolução Burguesa” se concretizasse, as relações raciais no Brasil iriam se transformar. Para Andrews (1998, p. 35), o capitalismo, ao invés de abolir as categorias raciais ou de etnicidade, na verdade, tende a reforçá-las.

Também Andrews (1998, p. 84-98) observa que, no período posterior à abolição da escravatura, as agências estatais exerceram grande influência na formação do mercado de trabalho.

Ainda segundo Andrews (1998, p. 119), na visão de Fernandes, os imigrantes e os negros⁵ eram vistos como produtos de sociedades de níveis completamente diferentes em termos de desenvolvimentos econômico e social. Os europeus estariam mais aptos ao mercado de trabalho, possuíam uma mentalidade “moderna” e progressista, enquanto os ex-escravos sofriam as conseqüências da escravidão prolongada: noção degradada de trabalho, vida indisciplinada, famílias desestruturadas, condições de anomia no seu meio social. Essas condições vivenciadas pelos ex-escravos inviabilizaram a competição entre negros e imigrantes no mercado de trabalho. Os imigrantes teriam mais vantagens por estarem imbuídos de uma ética do trabalho e terem apoio efetivo das estruturas de solidariedade familiar e comunitária.

Andrews (1998, p. 133) observa que as chamadas condições de anomia e patologia social não eram exclusividades da população negra. O crime, a pobreza e a desorganização social também se aplicavam aos brancos pobres e imigrantes. Portanto, a dificuldade de inserção do negro no mercado de trabalho não se devia à falta de um horizonte cultural adaptado à sociedade inclusiva, mas sim à política de estado que favoreceu a mão-de-obra imigrante e inviabilizou uma posição de negociação dos africanos e seus descendentes.

5 Utilizando a mesma categoria do IBGE, considerar-se-ão negros as pessoas que se declaram pretas ou pardas. Ver em Soares et alii (2002).

Uma terceira perspectiva sobre as relações raciais no Brasil é marcada principalmente pelos trabalhos de Carlos Hasenbalg que, em sua tese de doutorado, *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*, procura desenfaturar o legado do escravismo sobre a situação atual do negro no Brasil. Para esse autor, a “raça” concebida como um conjunto de traços fenotípicos, historicamente elaborados, acaba funcionando como um mecanismo adscritivo no preenchimento das posições de classe. Assim sendo, o racismo e a discriminação assumem novo papel na sociedade capitalista.

Em suma, a raça, como traço fenotípico historicamente elaborado, é um dos critérios mais relevantes que regulam os mecanismos de recrutamento para ocupar posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. Apesar de suas diferentes formas (através do tempo e do espaço), o racismo caracteriza todas as sociedades capitalistas multirraciais contemporâneas. Como ideologia e como conjunto de práticas cuja eficácia estrutural manifesta-se numa divisão racial do trabalho, o racismo é mais do que reflexo epifenomênico da estrutura econômica ou um instrumento conspiratório usado pelas classes dominantes para dividir os trabalhadores. Sua persistência histórica não deveria ser explicada como mero legado do passado, mas como servindo aos complexos e diversificados interesses do grupo racialmente supraordenado no presente. (HASENBALG, 1979, p. 118).

Para o autor, o racismo acaba funcionando como elemento determinante primário nas relações de produção e distribuição. Após a abolição, os negros ocuparam um conjunto de posições nas relações de produção e distribuição, diferentes das ocupadas pelos brancos. Existe também uma concentração dos negros em regiões periféricas em relação aos centros dinâmicos do capitalismo. Para Hasenbalg, essa desvantagem inicial seria um dos legados do escravismo. Para o autor, observa-se nitidamente que em termos de processo de estratificação e mobilidade social, se as pessoas entram na arena competitiva com os mesmos recursos, exceto na filiação racial, o resultado é uma posição inferior aos não-brancos. (HASENBALG, 1979, p. 114).

Observe-se que o autor usa a expressão não-branco, na qual inclui todo indivíduo com características fenotípicas que se aproximam do padrão negro. Nesse caso, estão incluídas as diversas tonalidades de cor da população que são classificadas como parda. Quanto maior for a proximidade da pigmentação de cor ao negro, menores as chances de mobilidade socioeconômica.

Hasenbalg (1979, p. 246) ressalta que a sociedade brasileira conseguiu evitar que a “raça” operasse enquanto princípio de identidade coletiva e ação política. Para Hasenbalg, a ideologia racial dominante acaba se

manifestando na ausência de conflito racial aberto e na desmobilização política dos negros.

Pode-se perceber que essa perspectiva acaba levando a um tipo de antirracismo, ou seja, a crença numa certa estratégia de combate à discriminação e ao racismo a ser adotada pelo movimento negro e pela ação estatal.

Como Carlos Hasenbalg, outros autores contemporâneos acreditam que o Movimento Negro deve buscar a criação de uma identidade negra que leve à mobilização política. Tal identidade caminharia no sentido da substituição de um modelo multipolar de classificação, ou seja, a superação do chamado contínuo de cor por uma identidade bipolar (brancos e negros) que possibilitaria uma maior mobilização política. A gradação de cores, o branqueamento social e o mito da democracia racial seriam efetivamente combatidos na medida em que se operasse essa alteração identitária. Autores como Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, Michael George Hanchard e Munanga⁶ partilham dessa concepção.

Munanga (1999, p. 13-15) também parte do princípio da necessidade da criação de uma identidade que sirva de plataforma mobilizadora. Nesse sentido, é necessária a recuperação de uma negritude tanto física quanto cultural. A criação de uma solidariedade coletiva é difícil devido à presença do ideal de branqueamento⁷, elaborados nos fins dos séculos XIX e XX pelas elites brasileiras. A idéia de um Brasil mestiço dificulta a criação de uma forte identidade negra mobilizadora.

Telles (2003, p. 301-302) observa que o racismo e a discriminação existem em todas as sociedades multirraciais. O Brasil possui uma especificidade devido às suas condições históricas, demográficas, culturais, políticas e econômicas. O entendimento de nossas relações raciais acabou gerando duas escolas de pensamento que em sua opinião não podem ser vistas opostas, mas complementares. A primeira geração de pesquisadores, dos 1930 aos anos 1960, buscou enfatizar as maravilhas da miscigenação e subestimou as desigualdades raciais e o racismo. A segunda geração que se inicia nos anos 1950 enfocou o problema do racismo e da desigualdade racial e ignorou o papel da miscigenação. A primeira geração era otimista e formada principalmente por norte-americanos, embora incluísse sociólogos brasileiros como Gilberto Freyre, e examinou as regiões

6 Esses três autores serão analisados com mais detalhes no decorrer do trabalho.

7 Tal ideal é resultado da intensa imigração incentivada pelas elites brasileiras no final do século XIX. Esse ideal se expressa na busca de um padrão estético e cultural branco, que é visto como elemento superior. Portanto na visão de Munanga, o ideal de branqueamento foi resultado da intensa mestiçagem promovida pelas elites no final do século XIX. Isso explicaria a dificuldade que a população negra tem de se organizar e criar uma identidade que mobilizem negros e mulatos. Para maiores detalhes ver Munanga (1999).

norte e nordeste; já a segunda geração era formada exclusivamente por brasileiros, que pouco conhecia sobre esse assunto nos Estados Unidos e pesquisou basicamente as regiões Sul e Sudeste.

Além das especificidades regionais, para Telles (2003, p. 303) a diferença de conclusões entre as duas gerações de pesquisadores talvez se deva à ênfase que cada escola deu ora às relações horizontais ora às verticais. Para Telles, as relações horizontais são caracterizadas por uma sociabilidade inter-racial especialmente entre pessoas da mesma classe social, enquanto as relações verticais são aquelas entre diferentes classes sociais e que implicam relações de poder socioeconômico. Quando a primeira geração limitou suas análises à dimensão horizontal da sociabilidade, acabou concluindo que as relações raciais no Brasil eram bem melhores do que nos Estados Unidos. Os grandes índices de uniões inter-raciais e os baixos de segregação residencial levaram à conclusão de que os negros eram aceitos e assimilados pelos brancos. A segunda, ao enfatizar a dimensão vertical da desigualdade e estudando a região mais desenvolvida do país, constatou a pouca mobilidade entre negros e pardos em detrimento dos imigrantes europeus. Portanto, a especificidade de nossas relações raciais deve-se a convivência de uma integração ou assimilação horizontal com um alto nível de racismo e desigualdade racial vertical.

Ao analisar as várias concepções de “raça”, bem como as estratégias propostas de combate ao racismo, parece estar em jogo a discussão da nossa nacionalidade, ou basicamente que projeto de nação pretende se construir. No início da década de trinta, Freyre (1989) acreditava que o Brasil estava construindo uma nova sociedade, na qual a hibridez da origem possibilitaria a criação de uma nação miscigenada, na qual cada “raça” daria uma contribuição na construção de uma identidade brasileira. Negros, brancos e índios complementar-se-iam no processo de formação da nacionalidade brasileira, construindo um mundo novo, diferente do anglo-saxão.

Observe-se que as concepções freyrianas possuem certa similaridade com as idéias de Darcy Ribeiro sob a especificidade da nacionalidade brasileira:

[...] apesar de tudo, somos uma província da civilização ocidental. Uma nova Roma, uma matriz ativa da civilização neolatina. Melhor que as outras, porque lavada em sangue negro e em sangue índio, cujo papel, doravante, menos que absorver europeidades, será ensinar o mundo a viver mais alegre e mais feliz. (RIBEIRO, 1995, p. 264).

A nacionalidade brasileira foi construída a partir da crença na miscigenação e ainda hoje as pessoas acreditam que o que se poderia chamar

de brasilidade é exatamente essa hibridez, esse mosaico de cores, culturas que formariam nossa contribuição para humanidade. O racismo existe e é forte, mas as soluções que parecem atentar para demarcação das identidades parecem não encontrar muito eco entre a população.

Nesse sentido, autores como Fry, Damatta e Maggie apontam a necessidade de se aguçar a nossa percepção sobre a especificidade das relações “raciais” no Brasil. O racismo existe, mas talvez a solução deva estar relacionada à busca de propostas de políticas públicas que levem em consideração essas especificidades.

As políticas de ações afirmativas existentes nos Estados Unidos foram criadas num contexto, no qual as identidades “raciais” eram polarizadas, o preconceito estava fundamentado na descendência; a “mistura” era considerada algo prejudicial à construção da nação. Uma sociedade formada por princípios meritocrático-liberais, na qual o “indivíduo” é mais importante que o grupo a que pertence.

Observe-se que, no Brasil, as identidades raciais não estão polarizadas. Aqui, o preconceito opera com a cor, a condição social, o nível de instrução, a aparência. A ambigüidade é um dos traços fundamentais da cultura brasileira que, apesar de em certas situações “encobrir” o preconceito e a discriminação, em outras gera possibilidade de convivência e até uma rejeição contra o preconceito. Na sociedade brasileira, a lógica das relações sociais é muito mais relacional do que orientada por princípios meritocrático-liberais. Ter relações em determinados grupos sociais pode levar à incorporação de uma pessoa independente de sua tonalidade de pele.

Tudo isso nos conduz a algumas correlações interessantes que permitem elucidar o caso do “racismo brasileiro” e do nosso famoso triângulo racial. É que primeiramente devemos ressaltar como as sociedades igualitárias engendram formas de preconceito muito claras, porque sua ideologia negava o intermediário, a gradação e relação entre grupos que deveriam permanecer separados, embora pudessem ser considerados teoricamente iguais. (DAMATTA, 1997, p. 46).

Todos esses aspectos devem ser levados em consideração na criação de soluções para o nosso racismo. Para Damatta, não se pode equacionar soluções que ignorem as especificidades dos dois países: nos Estados Unidos existe uma precisão classificatória enquanto no Brasil existe um reconhecimento social do intermediário, gerando indeterminação étnica. Na visão de Damatta, as soluções deverão demandar uma inteligência sociológica mais aguçada. (DAMATTA, 1996, p. 73).

Na mesma linha de raciocínio, Fry critica as propostas que aceitam a solução norte-americana como referência única de resolução do problema do racismo e discriminação:

Em comparação com a “normalidade” e “modernidade” dos Estados Unidos, o Brasil, assim deve ser declarado carente: por não ter “raças” polarizadas; por definir a “raça” de alguém por sua aparência e não pela genealogia; por não ter produzido um forte movimento negro de massas; por não ter sido palco de confrontos raciais; e por subordinar oficialmente a especificidade das raças à desigualdade de classes. O mito da “democracia racial” é interpretado como elemento funcional, um tanto fora dos arranjos de “raça” do Brasil, o que afasta o Brasil do destino “natural”. E assim como a “democracia racial” já foi símbolo dominante do nacionalismo brasileiro, agora tonou-se demonizada em certos círculos acadêmicos e ativistas como ideologia amplamente responsável pelo insidiosíssimo racismo do Brasil. (FRY, 2002, p. 170).

Tanto Damatta (1996) como Fry (1995), ao apontarem a necessidade de se atentar para as especificidades brasileiras, não negam a discriminação e o racismo, mas encaminham uma discussão no sentido de se considerar as possibilidades que o mito da democracia racial enseja enquanto “valor” para as condutas sociais.

A compreensão de Damatta, assim como a de Fry, parece atentar para a necessidade de se levar em consideração que os modelos teóricos e as propostas de soluções nem sempre traduzem a percepção das pessoas do fenômeno. Pensar na racialização como modelo de superação do racismo no Brasil é uma referência clara ao modelo norte-americano. O movimento negro luta para a criação de uma identidade negra que supere o contínuo de “cor”. Uma identidade menos ambígua facilitaria a criação de uma plataforma de ação política. Autores como Guimarães (1999) e Hanchard (2001) acreditam numa relação de causa e efeito entre “racialização” e mobilização política, entre “racialização” e superação da discriminação e racismo.

Souza, outro autor que discute as relações entre negros e brancos, também ressalta que as soluções para a problemática da discriminação e do racismo no Brasil deveriam levar em consideração a questão do mito da democracia racial:

Todas as noções que os brasileiros associam positivamente a si próprios são representadas nesse mito: sensualidade, afetividade, tolerância, cordialidade etc. (SOUZA, 1996, p. 31).

As soluções que buscam demarcar identidades no Brasil parecem ir ao encontro dos valores que o brasileiro mais estima em si mesmo. Isso poderia explicar a dificuldade do movimento negro em agremiar “aliados” para a sua causa. Souza (1996) comenta que, em uma de suas pesquisas realizadas no Distrito Federal, constatou-se que em todos os preconceitos (contra mulher, homossexual, o pobre ou o nordestino), existe uma linha demarcatória entre as camadas populares e classe média: as médias possuem um alto preconceito se comparadas às primeiras. Apenas o racismo foi um preconceito rejeitado por todas as classes sem distinção.

Sansone (2003, p.10) também expressa ceticismo com relação à possibilidade da mobilização e emancipação em torno da identidade étnica e da “raça”. Na sua visão, o chamado mito da democracia racial não pode ser tratado apenas como uma farsa, pois em certos segmentos sociais, principalmente nas classes sociais mais baixas, ele tem um alto significado. Além disso, o autor ressalta a necessidade se repensar o sentido de ambigüidade na discussão de nossas relações “raciais”.

O que pretendo dizer como ambíguo é uma certa informalidade no contato social e nas relações com pessoas de cor e classes diferentes, bem como uma ausência de distinções raciais claras – em contraste com os países mais “avançados”, a começar pelos Estados Unidos, que supostamente são mais “racionais”, e onde a “raça” e etnicidade tendem a se organizar em moldes mais distintos e mais claros. (Sansone, 2003, p. 11).

A proposta do CENEG parece estar em uma situação intermediária, num meio termo, uma solução que ressalta ambigüidade de nossa percepção das desigualdades, pois parece combinar preocupações com o combate das desigualdades que tem por base a “cor” e a posição social ou “classe”. Sua proposta parece refletir a percepção de Fry sobre as instituições e idéias que começam a surgir a partir do debate sobre ação afirmativa:

As idéias e instituições que começam a emergir da questão da ação afirmativa, combinando preocupações com desigualdade entre as pessoas de cores diferentes e pessoas de classes sociais diferentes, testemunham a potência do desejo de manter a primazia do indivíduo sobre sua natureza, por assim dizer, a primazia do chamado jeitinho sobre a rigorosa disciplina classificatória. (FRY, 2002, p. 189).

Para Costa (2002, p. 40), a centralidade da categoria raça nos estudos sobre desigualdades pode ofuscar outras dimensões de um fenômeno que é multifacetado. A categoria “raça” poderia levar à relação de subordinação da cultura à política. Outras clivagens, como o gênero, a classe

e a de origem precisam ser adequadamente estudadas, na reprodução estrutural das desigualdades. Para Costa, autores como Guimarães tendem a projetar modelos identitários a partir de suas reflexões, que parecem passar ao largo das aspirações de reconhecimento das populações desfavorecidas pelas desigualdades raciais. Não é possível estabelecer uma relação causal entre racialização das relações sociais e diminuição das desigualdades raciais, como também não é possível acreditar que a tese oposta de que o racismo será vencido não por uma política identitária, mas por condições políticas institucionais para qual o fenótipo não tenha qualquer influência sobre o exercício da cidadania. No máximo, tais interpretações podem ser tratadas como hipótese de trabalho ou projeto político. (COSTA, 2002, p. 53).

A advertência de Costa é extremamente válida nos dias de hoje. O debate acerca das soluções sobre as desigualdades raciais parece estar se polarizando nas duas posições expostas pelo autor; talvez a análise da proposta do CENEG nos propicie uma compreensão melhor dessa problemática, considerando que é uma proposta intermediária.

Como bem ressaltou Maggie (2001) a experiência do Pré-vestibular para negros e carentes (PVNC) revela muito de nossa maneira de pensar sobre as diferenças sociais. Na literatura sociológica, a questão oscila entre as explicações que enfatizam o peso da “raça” na estruturação das desigualdades sociais e a influência da classe na construção destas. Entretanto, entre os participantes dos movimentos surge uma terceira posição que acaba tomando os dois critérios para pensar as desigualdades sociais. O PVNC caracteriza sua identidade da mesma forma que o senso comum, apostando mais no que “une e não no que separa”.

Assim, seus integrantes elaboram uma identidade que engloba classe, gênero, cor, origem regional, origem residencial e a idéia de indivíduo e cidadão. A opção por um universalismo que não exclua a preocupação com um grupo social específico – os negros – é uma das possíveis formas positivas de construir canais para viabilizar a ascensão social de parcelas “carentes” de nossa juventude, não necessariamente identificadas por uma origem étnica comum. (MAGGIE, 2001, p. 199).

Observa-se que as visões tanto de Fry como Maggie levam em consideração que a visão que os brasileiros possuem de “raça” está intimamente ligada ao nosso projeto de nação que é pensado em termos de “democracia racial”. Os projetos de soluções talvez devam levar em consideração tal questão.

Grin (2001, p. 173), ao analisar os projetos propostos no seminário “Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos” ocorrido em Brasília, em 1996, observa que o debate do seminário foi norteado por três perguntas centrais: a do estatuto ontológico de raça no Brasil, se de fato existem sujeitos raciais no Brasil e como os sujeitos sociais definem-se e percebem-se a partir de uma divisão racial.

Segunda a autora, três percepções podem ser sistematizadas a partir das posições defendidas. A primeira, que vai de acordo com boa parte da militância negra e de intelectuais, acredita que a experiência de racialização americana bem como as ações afirmativas são uma alternativa eficaz para o combate à discriminação e ao racismo. Tal perspectiva assume a discriminação como um fenômeno global, relacionada à “diáspora negra”. Tal perspectiva, segundo Grin, produz certo “conforto epistemológico”.

A segunda posição (Grin, 2001, p. 174) é classificada como “fundamentalismo sociológico”. Postula que as desigualdades sociais e econômicas entre “brancos” e “negros” devem-se à herança histórica do passado escravista, que condicionou em boa parte a inserção do negro na sociedade pós-Abolição. Tal perspectiva, fruto das análises de Florestan Fernandes, acredita que mudanças estruturais na sociedade brasileira favoreceriam a integração do negro na sociedade. Os comportamentos e atitudes em relação aos negros que ainda seriam informados pela herança escravista tenderiam a desaparecer. Nessa perspectiva, as políticas reparatórias podem ou não produzir resultados.

Para Grin (2001, p. 174-175), Hasenbalg ultrapassa tal visão na medida em que demonstra que a adscrição racial é determinante na estruturação das relações sociais. A terceira perspectiva que Grin (2001, p. 176) classifica como culturalista acredita que as intervenções governamentais no combate às desigualdades raciais não podem deixar de levar em consideração o valor que a “mistura” e a complementaridade de “raças” assumem para os brasileiros em termos de sua identidade nacional. Tais políticas reparatórias significariam a um só tempo a desestabilização de uma cosmologia racial híbrida complementar e inclusiva e a aceitação de uma “culpa histórica” difícil de ser “digerida” pelos brasileiros.

Grin (2001, p. 183-184), a partir dessas perspectivas, observa que se desdobram três tipos de soluções. A primeira constata a necessidade de adoção das ações afirmativas com base em modelos norte-americanos como mecanismos de resolução das desigualdades raciais. A segunda solução aponta a necessidade de reforço do ideal liberal universal. Tal perspectiva acredita que a melhor forma de combate ao racismo é a implementação de políticas públicas não baseadas em critérios “raciais”. A

grande maioria da população pobre, seja branca ou negra, beneficiar-se-ia dessas políticas, e o elemento “raça” não deveria ser reforçado, pois o fim dessa categorização levaria ao fim do racismo. Já a terceira perspectiva de intervenção acredita que criação de políticas públicas deve levar em consideração as especificidades das relações raciais brasileiras. Diferentemente do modelo norte-americano, nossa cultura valoriza a ambigüidade e a mistura. Além disso, em nossa sociedade convivem dois princípios ou valores de organização social: o individualismo e a hierarquia. A ambigüidade gera situações de confraternização e exclusão. Tais situações demonstram que políticas orientadas por definições rígidas de identidade podem não surtir o efeito esperado. (Grin, 2001, 183).

Grin critica o papel dos analistas que propõem soluções que não levam em consideração os modelos através dos quais os sujeitos pensam a si, as desigualdades e as soluções:

Para fazer valer suas sugestões em favor de políticas de preferência raciais, Guimarães vislumbra uma ordem social racializada mais uma vez a despeito dos sujeitos sociais, “ignorantes” que seriam dos mecanismos que os colocam em situação desigual. Nessa perspectiva, entre o cientista social e a agente social há uma distância significativa, na qual o primeiro sabe e pontifica e o segundo ignora, mas pode ser persuadido. Ademais, o autor parece dotar a identidade racial que ele quer ver politicamente ativada de um caráter instrumental, do qual os sujeitos sociais se valeriam para escapar da desigualdade real em que estão enredados. (GRIN, 2001, p. 186).

Guimarães (2002, p. 73), ao comentar as críticas dirigidas às suas posições, mostra a necessidade de se levar em consideração o contexto em que ele discute os programas de ações afirmativas. Segundo Guimarães, nos momentos em que este assumiu posição favorável a tais políticas, ele o fez num contexto político e em tom de polêmica. Além disso, assumindo um estilo lógico-normativo, em que seus valores estão abertamente declarados. Nas duas situações, seu conhecimento aparece num contexto político partidário e não expresso em termos de análise sociológica. Nesses contextos, Guimarães ressalta que seu objetivo era se contrapor àqueles que de início se colocavam contra a adoção das políticas afirmativas. Guimarães (2002, p. 75) observa que engajar-se num debate político não significa “pontificar”, pois o importante nessa polêmica de primeira ordem eram enfrentar os “fantasmas” que nossos intelectuais alimentam e que a discussão explicitou.

A análise do projeto do CENEG talvez propicie elementos para que se possa observar como e o que as organizações sociais de combate

ao racismo e discriminação entendem sobre ação afirmativa. Será que o entendimento dessas organizações sobre tal conceito é o mesmo dos pesquisadores? Ao que parece, sua construção do conceito de ação afirmativa e sua atuação parecem estar de acordo com essa ambigüidade própria da cultura brasileira. Conceito e atuação esses que se procurará desvendar por meio deste trabalho.

CAPÍTULO 1

VISÕES ACADÊMICAS SOBRE O MOVIMENTO NEGRO E AS SUAS AÇÕES DE COMBATE DISCRIMINAÇÃO E AO RACISMO

1.1 Breve histórico do Movimento Negro e do Centro Nacional de Cidadania Negra

A história do Movimento Negro no Brasil caracteriza-se pela luta pelo reconhecimento da existência do racismo e da discriminação. Tornar as pessoas conscientes dessa situação e a partir disso organizá-las tem sido os grandes objetivos dos grupos do Movimento Negro.

Hofbauer (1999, p. 291-292) observa que os primórdios do surgimento do Movimento Negro podem ser buscados nos precursores da imprensa “negra”. O Grupo dos Caifazes cujo líder da entidade era Antônio Bento, assume a liderança do movimento abolicionista em São Paulo após a morte de Luiz Gama, em 1882. Embora a iniciativa da organização partisse de pessoas não-negras, as idéias e posturas políticas defendidas por esse grupo têm ressonância entre 25 e 40 anos mais tarde, nos primeiros jornais “negros” como também na Frente Negra Brasileira (FBN).

Ainda, Hofbauer (1999, p. 291-293) também aponta que o Jornal *A Redenção* (1887-1888) tinha um discurso moderado com relação ao processo de abolição: o fim do trabalho escravo deveria seguir uma transformação lenta e com garantia da ordem e desenvolvimento próspero do país. Nos textos e artigos desse jornal, não se duvidava da existência das diferenças raciais, porém tais diferenças não justificariam os maus tratos dispensados à “raça” negra. Propagavam inclusive a importação de mão-de-obra imigrante européia para a garantia de um desenvolvimento da nação brasileira. Os discursos desse jornal só se radicalizaram na medida em que os senhores iam perdendo o controle sobre os escravos. É nesse contexto de radicalização que se iniciam as críticas sobre os projetos governamentais que asseguravam privilégios aos imigrantes europeus sem nenhuma preocupação com o ex-escravo.

As primeiras manifestações do movimento negro organizado no Brasil datam do início do século e se dão através de clubes, irmandades

e associações recreativas. (NASCIMENTO, A.; NASCIMENTO, E.L., 2000). Tais entidades têm como objetivo a busca de uma efetiva integração da população negra à sociedade. Essas associações, que surgem em vários lugares, estão marcadas pela crença de que a população negra precisava ser incorporada ao mercado de trabalho. Além disso, era necessário ter condições adequadas de educação, moradia e bens básicos para poder estar em condições de igualdade com relação à população branca.

Havia a crença de que o negro não era incorporado à sociedade devido às suas precárias condições econômicas. Acreditava-se também que devido ao passado escravocrata, o negro não estaria preparado para se adaptar a uma sociedade de caráter inclusivo e competitivo, devido aos resquícios existentes da cultura da senzala.

Cultura essa que se configurava na concepção de liberdade do negro, marcada pela noção de ir e vir, dificultando uma atividade sistemática de trabalho. Associada à essa noção de liberdade estava ligada uma visão degradada do trabalho, bem como as condições de anomia e pobreza dessa população, que de uma maneira geral fora excluída do mercado de trabalho na competição com os recém chegados imigrantes. Essa visão aparece marcadamente na obra de Fernandes (1971; 1978), principalmente, em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. Os autores que seguiram o pensamento de Fernandes e formaram a chamada escola paulista, Ianni (1988) e Cardoso (1977), também partilhavam da mesma percepção.

Tal visão expressava-se em vários grupos do movimento negro, principalmente na Frente Negra Brasileira, e na imprensa negra, como o Jornal Clarim da Alvorada, que se desenvolviam. (Fernandes, 1978, p. 11-13).

Nascimento (2000) observa que a chamada imprensa negra foi marcada pela busca da criação de um protesto, mas não um protesto que visava ao desenvolvimento de uma cultura específica negra, mas buscava a integração da população negra na sociedade, em pé de igualdade com a branca.

Nesse processo, era comum a busca da autoestima que se manifestasse nas escolhas de rainhas para clubes associativos, na preocupação com a educação e, principalmente, a questão do emprego.

Tal padrão de organização e luta é o germe do Centro Nacional de Cidadania Negra. Em 27 de abril de 1964, foi fundado o Elite Clube, na cidade de Uberaba. Esse Clube fora fundado por um grupo de jovens negros que buscavam uma maior participação na vida social da cidade. A princípio, possuía um salão onde se realizavam eventos voltados para a cultura negra, debates e reuniões; com o passar dos anos foi se transformando numa instituição com fins educacionais e culturais. O Elite Clube tem, portanto, uma origem similar a de um conjunto de clubes e associações do início do século XX, que buscavam uma efetiva integração na população

negra na sociedade brasileira. Tais organizações funcionavam como marco de referência da capacidade de organização da população negra. Tais organizações acabaram sendo germes de futuros grupos do Movimento Negro⁸.

Os grupos do Movimento Negro do início do século objetivavam uma efetiva integração na sociedade brasileira, pois se acreditava que à medida que o negro criasse autoestima e tivesse condições de se inserir no mercado de trabalho, a questão étnico-racial tornar-se-ia irrelevante ou pelo menos não seria crucial para a situação social dos negros. Tal percepção se reflete na criação de vários jornais que surgem na década de 1920. Cabe destaque principalmente para O Menelike, O Kosmos, A Liberdade, Auriverde, O Patrocínio. (NASCIMENTO, 2000).

Em 1924, surge um dos principais jornais de protesto, O Clarim da Alvorada. Os militantes que publicavam esse jornal estão entre os fundadores de um dos principais movimentos do início do século: a Frente Negra Brasileira⁹. Fernandes (1978, p. 45) observa que no período de 1927 a 1945 surgiram várias associações, mas a maioria teve uma vida curta.

A Frente Negra Brasileira, que se desenvolve entre 1931 e 1937, conseguiu agremiar vários membros. Sua principal luta era busca da efetiva integração do negro na sociedade. Para tanto, era necessário que a população negra conseguisse meios de sobrevivência que lhe garantissem acesso à educação. Necessário também, seria que o negro não se visse como inferior; fato esse que seria modificado assim que o negro fosse integrado na sociedade.

Percebe-se nitidamente que o caráter integracionista desse movimento deve-se à crença de que o problema do racismo e da discriminação é fundamentalmente econômico. Cria-se que, no momento em que o negro se integrasse no mercado de trabalho, a discriminação e o racismo seriam combatidos.

Fernandes (1978) ao analisar o caráter integracionista da Frente Negra Brasileira destaca os objetivos presentes no seu estatuto que objetivavam promover a “união política e social da gente negra nacional, para a afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação de seus direitos sociais e políticos, atuais, na comunhão brasileira.” (FERNANDES, 1978, p. 46). Observe-se que a expressão comunhão brasileira expressa muito bem a

8 Para o aprofundamento da discussão sobre o papel dos clubes e a formação de grupos do movimento negro ver: AGUIAR, 1998.

9 Para o aprofundamento da história da Frente Negra bem como de outros movimentos do início do século XX ver: FERNANDES, 1978.

questão da integração e a percepção de que o Brasil é formado pela união dos três povos: portugueses, índios e negros.

Hofbauer (1999, p. 294-296) aponta que a Frente Negra Brasileira foi a primeira tentativa de unir os brasileiros de cor de pele negra numa entidade que seguia “modelos ocidentais modernos” (destaque do autor) quanto à organização política. A Frente Negra Brasileira percebia-se como uma organização de autodefesa e auto-ajuda para um grupo social identificado como “raça negra”. A entidade, segundo Hofbauer, em suas concepções postulava uma ligação entre cultura e civilização. A cultura era entendida como um processo histórico acumulativo que garantiria o progresso da humanidade. Ao se igualar cultura e civilização, era implícito que a “cultura” era um valor a ser atingido. Não se negava a existência das “raças”, porém se acreditava numa escala de desenvolvimento das “raças”, sendo que as “raças atrasadas” poderiam ascender nessa escala na medida em que fossem inseridas nos valores civilizatórios através do processo educativo.

Ainda para esse autor, nesse sentido não é de se estranhar a ênfase da entidade em projetos educacionais e de formação profissional do negro.

Na sua sede, a FNB instalou um curso primário, outro de alfabetização para adultos e promoveu cursos de inglês, além de manter uma oficina de costura e uma “banca de marceneiro”, onde se ensinavam artes e ofícios aos associados interessados. Assim, acreditava-se “aplainar” o caminho para aceitação e integração maior do negro na sociedade. (HOFBAUER, 1999, p. 297).

Constata-se que esse padrão e percepção dos problemas enfrentados pelos negros refletem-se nas propostas e cursos do Centro Nacional de Cidadania Negra que serão discutidos mais adiante.

Nascimento (2000, p. 206) observa que a preocupação com a educação demonstra o caráter integracionista da Frente Negra Brasileira. Tal perspectiva apresentava-se na Associação José do Patrocínio, que foi o germe do Movimento Afro-Brasileiro de Educação e Cultura que atuou até a década de 1950.

Com o surgimento do Teatro Experimental Negro (TEN), começa a preocupação com o desenvolvimento de uma identidade específica negra. Buscava-se uma revalorização e afirmação da diferença e que tal diferença não fosse geradora de desigualdade. (NASCIMENTO, 2000).

Pinto (1993, p. 340-341) destaca que Abdias do Nascimento criou o Teatro Experimental Negro pensando numa estratégia de ação que aliasse a preocupação cultural e artística a uma função social. Tal preocupação

cultural manifesta-se na preocupação com o resgate da cultura negra e dos seus valores.

Tal movimento estava nitidamente influenciado pelo movimento de negritude¹⁰. As ações do Teatro Experimental Negro desdobram-se em vários eventos sociopolíticos, como a Convenção Nacional do Negro que seria realizada entre 1945 e 1946. (NASCIMENTO, 2000).

Para Pinto (1993, p. 341), na década de 40 e 50 os eventos e manifestações do Movimento Negro passam a dar cada vez mais importância à ascendência africana e à busca de uma cultura específica do negro.

Assonante ao movimento de inclusão do negro, a Convenção Nacional do Negro Brasileiro redigiu um manifesto à nação brasileira em que divulgou a necessidade de admissão de gente negra para educação secundária e superior e, mais uma vez, ressaltou a necessidade da formulação de uma lei antidiscriminatória. O Manifesto ressaltava também a necessidade de um conjunto de medidas para que a igualdade jurídica entre negros e brancos fosse efetiva. (NASCIMENTO, 2000, p. 212).

Pinto (1993, p. 349) observou que no manifesto destacava-se uma grande preocupação com o resgate da memória do negro brasileiro. Resgate esse que seria um substrato importante para a construção de uma identidade. Assinala Pinto (1993, p. 349) que tal identidade se constituiria uma fonte possível de ação social. No manifesto, também se propunha a criminalização do preconceito, começava a se explicitar um discurso multirracial e uma preocupação com a ascensão social pela educação e pequena propriedade. Esse discurso multirracial se manifesta na reivindicação de que a constituição brasileira mencionasse a origem pluriétnica do povo brasileiro.

Percebe-se pela primeira vez que o Movimento Negro passa a pensar no direito e na lei como um mecanismo necessário para o combate do racismo e da discriminação. Tal percepção transparece no jornal *Quilombo*, ligado ao Teatro Negro Experimental: “Pleitear para que seja previsto e definido o crime de discriminação racial e de cor, em nossos códigos, tal como se faz em alguns estados da América do Norte e na Constituição Cubana de 1940.” (NASCIMENTO, 2000, p. 210 apud GUIMARÃES, A.S.A; HUNTLEY, I, 2000). Nascimento resalta que ainda constava no programa: acesso ao ensino gratuito a todas as crianças, admissão subvencionada de estudantes negros no secundário e universitário, combate ao racismo e à discriminação através de medidas culturais e de ensino, além do esclarecimento da verdadeira imagem histórica do negro. Nessas

10 O movimento de negritude foi iniciado na década de trinta por Aimé Césaire e outros artistas negros, que basicamente pretendiam redescobrir antigos valores e modos de pensar africanos que produziram um sentimento de orgulho e dignidade na população de origem africana. Para maiores detalhes ver CASHMORE, 2000 e MUNANGA, 1986.

medidas, percebe-se que, para Nascimento, o negro não ingressa no ensino superior devido à discriminação e à pobreza que resultam de sua condição étnica. Aparece claramente a associação entre raça e pobreza¹¹.

Pode-se observar claramente que já na década de 1940 existia uma percepção da necessidade da conjugação de políticas públicas universais e específicas para resolução do problema do racismo no Brasil.

Já na década de 1950, o evento mais importante apontado por Nascimento foi a realização do primeiro Congresso do Negro Brasileiro, quando se evidenciou proposta da organização de campanhas de alfabetização e ensino na comunidade negra.

Pinto (1993, p. 351) também destaca que na declaração de princípios elaborada no Congresso constava que os problemas dos negros constituíam um aspecto particular do problema geral do povo brasileiro que seriam superados através do espírito associativo da gente de cor, seria necessária a ampliação de oportunidades educacionais e sociais. Deveriam ser incentivadas iniciativas que promovessem o conhecimento das relações raciais. Sugeria-se a inclusão de negros nas listas de agremiações partidárias para que se desenvolvesse a capacidade política e formação de líderes negros.

Em 1954, Pinto (1993, p. 354) assinala o surgimento da Associação Cultural do Negro que fora fundada por Solano Trindade e Abdias do Nascimento. Essa associação editou os Cadernos de Cultura Negra. Dentre os objetivos constantes dos estatutos da Associação, estava a “recuperação do elemento afro-brasileiro”, como também “coordenar, esclarecer e orientar em todas as atividades de caráter econômico, educacional, cultural, político e social, os afro-brasileiros preferentemente”. Ainda se destacava a necessidade de se reencontrar as raízes da cultura negra, bem como reavivar e dar conhecer ao negro certos valores inerentes ao seu grupo. (DERMI AZEVEDO, 1969 apud PINTO, 1993, p. 355).

Percebe-se claramente nos objetivos narrados por Pinto a busca de um processo de essencialização da diferença. Tal essencialização transparece na idéia de “reavivar certos valores inerentes ao grupo”; tal estratégia pode levar a percepção da diferença como algo imutável e fixo. Tal processo poderia dificultar as alianças com outros grupos sociais não-negros que poderiam ser importantes aliados na luta contra o racismo e discriminação.

A partir dessa época, a entidade entra num período de desarticulação devido às diferenças ideológicas internas e suas atividades seriam retomadas em maio de 1977, momento em que seus objetivos passam a serem mais assistenciais. (PINTO, 1993, p. 355-356).

11 Tal questão será mais discutida no decorrer do trabalho, para maiores esclarecimentos ver: GUIMARÃES, 2002.

Segundo Pinto (1993, p. 357-359), no período que vai dos meados de 1940 até 1960, o movimento negro continuaria se manifestando e cada vez mais existe uma preocupação com a afirmação de sua identidade que se manifestava com ênfase nas raízes africanas e na importância da cultura negra. Na década de 1970, o evento mais importante foi o surgimento do Movimento Negro Unificado contra o Racismo e a Discriminação Racial (MNU)¹². Fato que também é destacado por Nascimento (2000).

Observa-se a construção de um novo paradigma de luta do Movimento Negro que, no final do século XX, passou a buscar alternativas igualitárias que se concretizassem em políticas públicas específicas. A esfera judicial também passou a ser vista como um importante instrumento de obtenção de decisões judiciais que levariam à criação de jurisprudências favoráveis à população negra como um todo. Destacam-se a necessidade de democratização na esfera institucional e a promoção de igualdade de oportunidades na educação, saúde e emprego. Seria necessário que houvesse uma representação efetiva da população negra nos poderes executivo, legislativo e judiciário. Tal paradigma reflete-se nas propostas do Movimento Negro Unificado contra a discriminação e o racismo.

Convém pontuar que o surgimento do CENEG, como instituição oriunda do Movimento Negro, reflete esse conjunto de mudanças, mas há de se ressaltar que suas principais propostas têm um forte paralelo com as reivindicações do Movimento Negro do início do século passado, principalmente a ênfase na educação e trabalho. A instituição inicia-se a partir de um clube associativo, que mais tarde será germe de um órgão da Prefeitura do Município de Uberaba. Na década de 1980, com o processo de redemocratização, começa a ser criado um conjunto de órgãos e conselhos, estaduais e municipais, que incorporam as demandas de grupos do movimento em questão.

Em 1984, o governo Franco Montoro cria o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra com o objetivo de elaborar e implementar políticas de valorização que facilitem a inserção qualificada da população negra. A experiência de São Paulo influenciaria a criação de vários conselhos estaduais, como também municipais como o de Uberaba. (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p.16).

Tal mudança também é observada por Nascimento (2000), quando em 1991, no governo de Leonel Brizola, foi criada uma Secretaria de Promoção e Defesa das Populações Afro-Brasileiras. Pela primeira vez, as reivindicações do Movimento Negro institucionalizam-se num órgão governamental. O resultado, segundo o autor, foi a criação de uma delegacia

12 Para um aprofundamento da história do Movimento Negro Unificado ver também: NASCIMENTO, 1989.

especializada em crimes de racismo, assim como um balcão de atendimento a denúncias de racismo. Para que se mudassem as concepções racistas presentes na sociedade sobre o negro, a secretaria criou um conjunto de oficinas e cursos de capacitação da polícia militar e dos professores da rede pública. Tal iniciativa foi extinta em 1995 com o fim dessa Secretaria.

Tal movimento também se reflete no município de Uberaba. Em abril de 1986, é fundado o Conselho Afro-Brasileiro de Uberaba, órgão ligado ao poder público municipal, fruto das aspirações de membros do Elite Clube. A aprovação do conselho pela prefeitura possibilita uma reunião das principais lideranças do Movimento Negro da cidade, quando foram escolhidos os principais representantes que o comporiam. Os principais objetivos propostos pelo Conselho Afro-Brasileiro de Uberaba ao Elite Clube:

[...] propiciar a elevação dos níveis de autoestima e motivação de elementos da comunidade, criando condições psicossociais que favoreçam o fortalecimento do seu espírito empreendedor e o desenvolvimento da sua criatividade, proporcionando assim, maior participação e satisfação no seu dia-a-dia como também informando, divulgando a nossa cultura, promovendo o lazer e o esporte, cobrando e denunciando todos os acontecimentos de nossa comunidade. (EVANGELISTA, 2000, p. 2).

Em 16 de abril de 1989, começa a segunda gestão do Conselho Afro-Brasileiro de Uberaba. Essa gestão foi marcada por problemas de ordem financeira. A falta de recursos do poder municipal acabou inviabilizando uma sede para o Conselho. Tal situação gerou uma série de dificuldades culminando no pedido de demissão do presidente da época. Ainda assim, havia a perspectiva de se nomear um novo presidente para dar continuidade a essas primeiras conquistas.

Esse Conselho inicia uma nova fase quando a Secretaria de Turismo e Esportes cede uma sala para o funcionamento deste em suas dependências. A viabilização do espaço físico necessário resulta da articulação do Conselho Afro-Brasileiro, das entidades negras e membros do poder legislativo da cidade junto à prefeitura. A Câmara Municipal aprova também uma nova composição para a Fundação Cultural de Uberaba, que contaria com um Departamento de Cultura Popular e Assuntos Afro-Brasileiros.

Em 22 de junho de 1998, foi inaugurada uma nova sede para o Conselho, da qual a prefeitura se responsabilizava pelo pagamento de aluguel e contas telefônicas, além de fornecer dois funcionários. Tal conquista foi viabilizada pelo convênio assinado entre o Conselho Afro-Brasileiro e a Fundação Cultural de Uberaba. O Conselho começa a buscar novas parcerias, objetivando viabilizar cursos e promoções que reforçassem a

autoestima da comunidade negra, além de buscar alternativas no mercado de trabalho. Os projetos pensados tinham como objetivos:

[...] enriquecer ações já existentes e criar condições psicossociais que fortaleçam o espírito empreendedor e o desenvolvimento da criatividade. É a busca da aprendizagem individual e coletiva, da melhoria da moradia, do desenvolvimento artístico e cultural, de novas opções na educação e na saúde, enfim, um posicionamento firme do conselho perante a opinião pública [...]. (EVANGELISTA, 2000, p. 2).

Com isso, o Conselho Afro-Brasileiro conceberia um programa de valorização da Comunidade negra, que tinha como objetivo oferecer projetos voltados para educação, cultura e saúde. Em 1999, o COPICAB (Conselho de Participação e Integração da Comunidade Afro-Brasileira) promove uma série de palestras sobre problemas que afetavam a comunidade negra. Além disso, foi realizada uma pesquisa sobre a comunidade negra na cidade. Tal pesquisa congregava 21 bairros de Uberaba. Com base nas informações dessa pesquisa, o conselho concluiu pela necessidade de criação de programas de qualificação e requalificação profissional. Através do apoio do poder legislativo da cidade, um membro do poder legislativo federal tomaria conhecimento desses projetos, e acabaria por apoiá-los. Nasce o CENEG¹³ (Centro de Formação Profissional e Cultural da Raça Negra).

A partir de um convênio firmado entre a Secretaria dos Direitos Humanos e a COPICAB, resultaram recursos que possibilitaram a qualificação de 1.300 pessoas, bem como a compra de equipamentos.

No jornal Tom sobre Tom, um dos articuladores comenta os objetivos a que se propõem o Conselho Afro e o CENEG:

[...] O Conselho afro desenvolvendo mecanismos de militância em torno das causas comuns da elevação do homem como um todo e trabalhando a auto-estima do negro como força formativa de nossa sociedade, propondo políticas sociais que atendam a formação integral do cidadão [...] o exemplo mais concreto de trabalho em prol da formação do homem é o CENEG, que é o centro de qualificação e requalificação de mão de obra. Voltado para o negro mas aberto a todos os segmentos da sociedade, afinal não se pode desenvolver um racismo as avessas mas combatê-lo e repudiar qualquer forma de racismo, preconceitos sociais e mostrar que o Estado brasileiro nunca desenvolveu políticas compensatórias sociais, e

13 Posteriormente essa sigla irá significar Centro Nacional de Valorização da Raça Negra e por fim Centro Nacional de Cidadania Negra.

que apesar do Estado o negro vem buscando com competências a ocupação de vários espaços.¹⁴ (CAIXETA, 2000, p. 6).

Com o sucesso dos primeiros cursos realizados, em uma assembleia geral realizada em 23/03/00, o Elite Clube altera seu estatuto e transforma-se em Centro Nacional de Valorização da Raça Negra :

[...] Entidade que tem dentro de outras metas, o compromisso de elevar a auto-estima da raça negra, propiciando-lhe novos e melhores postos de trabalho e conseqüentemente uma vida mais digna [...] reafirmamos o compromisso de continuarmos essa jornada, se não sempre, pelo menos até que consigamos caminhar lado a lado, de igual para igual, com as demais raças que compõem e forma este lindo povo brasileiro. Sem a igualdade de capacitação, sem acesso a educação profissional, sem poder se preparar para o exercício de sua ocupação, negros e não negros serão diferentes no resultado final de seu esforço para conquistar a cidadania e empreender ações em defesa dos Direitos Humanos. [...] ¹⁵ (EVANGELISTA, 2000, p. 2).

Observe que neste trecho fica clara a preocupação de cunho integrativo do CENEG. Tais objetivos vão ao encontro das mesmas preocupações da Frente Negra Brasileira no início do século. A integração social concretizar-se-ia na medida em que a população fosse integrada no mercado de trabalho através da educação. Seu projeto aposta num ideal de nacionalidade marcada pela crença da formação do povo brasileiro num encontro de “raças”.

Dando prosseguimento aos projetos do CENEG, a entidade propôs a criação de CENEGs regionais que possibilitassem a implantação de seus cursos em cidades do triângulo mineiro. Tal proposta foi enviada à Secretaria dos Direitos Humanos. Em ofício enviado pela entidade em 22 de Fevereiro de 2001 o Diretor executivo comentava sobre a política do CENEG:

A opção pela qualificação e requalificação de mão de obra se mostrou acertada, capacitando jovens e trabalhadores para a disputa do mercado de trabalho, oferecendo a todos um instrumento de nivelamento técnico de que não dispunham se não fosse por esta iniciativa.¹⁶

O projeto tem como foco o mercado de trabalho, buscando a formação, qualificação e a requalificação da mão-de-obra. O emprego será visto

14 Grifos meus.

15 Destaques meus.

16 CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA RAÇA NEGRA. Ofício/2001. Uberaba, 2001.

como caminho para cidadania¹⁷. No ofício, a entidade sugeria a criação de um Conselho Pedagógico que coordenaria as ações educacionais da entidade buscando a criação de um Plano de Desenvolvimento Pedagógico. Propunha também uma unificação entre os CENEGs regionais. Discutia também a necessidade de implementação de Programas especiais que respeitasse as diferenças e limitações dos negros. As cidades escolhidas foram Araxá, Frutal, Iturama, Sacramento.

Em plano de trabalho enviado à Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, previsto para ser realizado entre Abril e Setembro de 2001, havia a previsão, além das cidades já citadas, da inclusão de Uberlândia e Ituiutaba. Discutia-se a possibilidade de criação de um Centro Regional de Informação e Referência da Cultura Negra, como também a instituição de um Conselho Pedagógico que produziria material pedagógico para a entidade.

O plano ressaltava a importância dos convênios anteriores para a população negra:

[...] o processo de capacitação da raça negra através de oficinas modulares propiciou aos afro-descendentes fundamentalmente jovens e adultos a auto-estima, e por consequência a ojeriza pela sedução e oferta de drogas, caracterizados na violência estrutural, incrustados na sociedade.¹⁸

Ainda segundo a justificativa do plano de trabalho o convênio entre o CENEG e SEDH havia desencadeado na região o interesse pelos Direitos Humanos, tornando-se referência em termos de afirmação dos direitos das minorias.

Atualmente, o CENEG modificou seu nome, passando a se denominar Centro Nacional de Cidadania Negra, coordenando um conjunto de programas educacionais dirigido à raça negra. Tal programa tem a finalidade de incluir no mercado de trabalho cidadãos qualificados e agentes em Direitos Humanos. Segundo informações obtidas junto ao Site do CENEG, o Centro já qualificou mais de 7000 jovens em suas oficinas (de ofício, esportes e artes).

Segundo Cristina (nome fictício), uma das líderes do Centro Nacional de Cidadania Negra, a mudança de nome da instituição não foi consensual entre as pessoas que participavam dela.

17 Fernandes (1971, p. 69-70) observava que essa associação entre cidadania e mercado de trabalho já existia na década de 30. Favorecidas pelo processo de industrialização, havia uma mudança nas aspirações da população negra que viam importância fundamental no aprendizado sistemático de profissões bem como nas especializações profissionais, mecanismos cruciais para competição no mercado de trabalho.

18 CENTRO NACIONAL DE VALORIZAÇÃO DA RAÇA NEGRA. Anexo I - Plano de Trabalho 1/3 – Projeto: Centro de Formação Profissional e Cultura da Raça Negra – terceira etapa. Ofício/2001. Uberaba, 2001.

No início, a instituição chamava-se Centro Nacional de Valorização da Raça Negra e tinha como objetivo a formação profissional da comunidade negra. Na visão das lideranças, esses cursos seriam paliativos.

[...] nós não éramos de acordo ficar trabalhando, por exemplo, dando curso para criança de engraxate, dando curso só para culinária, dando curso de babá, era (sic) os cursos que davam, na realidade esses cursos, são cursos paliativos [...] nós tínhamos uma visão maior, de trabalhar de uma outra forma, já trabalhando pré-vestibular, já vendo o negro na faculdade, [...].¹⁹

A substituição do termo “raça” para “cidadania” deveu-se ao entendimento das lideranças de que a instituição poderia estar trabalhando com aqueles que não têm condições econômicas, mesmo não sendo negros: “[...] eu e os outros entendemos, que poderia estar também, inserindo aqueles, que são de outra etnia, porém não tem condição de estar frequentando um cursinho pago [...]”.²⁰

A mudança para entidade nacional deu-se a partir de um convênio entre o CENEG e a Fundação Cultural Palmares. O convênio previa a manutenção do CENEG, bem como sua expansão para outros estados brasileiros, para tornar-se uma instituição de qualificação de mão-de-obra para a comunidade negra, como também a busca da preservação e desenvolvimento da cultura afro e a integração social através do esporte.

Como obrigação da Fundação Palmares, ficava o suporte técnico aos instrutores do CENEG buscando sua qualificação e requalificação profissional. Além disso, a fundação deveria subsidiar o modelo pedagógico a ser implementado nas unidades do CENEG, como também subsidiar, financiar com seus recursos a implementação do Conselho Nacional do CENEG. Tal conselho seria responsável pelas Diretrizes Educacionais e avaliação das unidades em conjunto, bem como administração da sede nacional em Uberaba. A vigência de tal convênio seria até 31 de dezembro de 2005.

Como foi observado, nas principais propostas do CENEG encontram-se as principais bandeiras do Movimento Negro do início do século, mas ao mesmo tempo, quando a entidade se torna nacional suas reivindicações tornam-se similares às propostas defendidas pelo Movimento Negro Unificado (MNU)²¹. A instituição conjuga as reivindicações do movimento negro do início do século e do presente. Vejamos.

¹⁹ Depoimento de Cristina concedido em 14/11/04.

²⁰ Idem.

²¹ Apesar de se estar referindo ao Movimento Negro Unificado, cabe destacar que ele é uma dentre as inúmeras entidades que buscam a concretização de melhores condições de vida para a população negra no Brasil.

De acordo com Alberto (2000), o MNU busca atingir o seguinte objetivo: criação de medidas legislativas e instrumentos jurídicos que se traduzam em políticas de igualdade no emprego, saúde e educação.

Esse objetivo geral vai se refletir num conjunto de medidas defendidas pelo Programa Nacional de Promoção da Igualdade Racial do MNU: criação de legislações afirmativas na área civil de caráter compensatório; garantia de representação da diversidade étnica da população nas empresas; proporcionalidade étnico-racial nas universidades, considerando a questão étnica e econômica; reconhecimento das terras remanescentes de quilombos; democratização dos meios de comunicação de massas; reestruturação da justiça, com um papel mais ativo das promotorias e defensorias públicas no combate ao racismo e discriminação. (ALBERTO, 2000, p. 299-301).

No Estatuto do Centro Nacional de Cidadania Negra, a entidade define-se como uma organização da sociedade civil de interesse público, sem fins lucrativos, que tem como meta a promoção e defesa dos Direitos Humanos e em especial da comunidade negra e seus descendentes.

Essa entidade tem como principais objetivos: a promoção dos Direitos humanos combatendo qualquer forma de discriminação e racismo; a integração da comunidade negra no mercado de trabalho pela qualificação. Tal qualificação se concretizaria na promoção da educação gratuita, através de oficinas de artes, esportes e línguas e num curso pré-vestibular; em seus cursos concretizar valores universais como ética, cidadania e paz; buscaria resgatar e preservar e divulgar os valores da comunidade negra; implementação de ações que promovam e defendam os remanescentes de quilombos; realizar diagnósticos socioeconômicos sobre a situação da população negra na cidade com a finalidade de propor políticas afirmativas e buscar instituir meios de comunicação que promovam a visibilidade da comunidade negra²².

Ao analisar alguns itens dessas propostas, observa-se claramente que o CENEG constitui-se numa proposta de ação afirmativa²³ que focaliza o mercado de trabalho e a educação.

Quanto ao “cursinho” do CENEG, em Uberaba foi estabelecido um convênio entre a entidade e a escola Objetivo. Essa parceria começou em outubro de 2001, com alunos do CENEG matricularam-se no cursinho. Dos cem, quarenta foram aprovados. O cursinho aconteceu num período curto de dois meses. Como o número de aprovados foi satisfatório, estabeleceu-se uma nova etapa no convênio. Os dados do ano 2002 não estavam disponíveis, mas das fichas de inscrição dos alunos pesquisadas no ano de

22 CENTRO NACIONAL DE CIDADANIA NEGRA. Estatuto do Centro Nacional de Cidadania Negra – CENEG. Capítulo 1 – Da denominação, sede e foro. sem paginação. Uberaba. 2002.

23 A discussão de ação afirmativa será feita no capítulo 3.

2003, 254 participaram do pré-vestibular e apenas 40 desistiram. No ano de 2004, 222 pessoas frequentaram o curso.

As propostas do CENEG concretizaram-se a partir dos convênios firmados entre a entidade e o Ministério da Justiça, através da Secretaria de Estado de Direitos Humanos. O objeto do convênio²⁴ era a implantação de um Centro de Formação Profissional e Cultural da Raça Negra que desenvolveria 74 cursos de qualificação e capacitação para o mercado de trabalho. Ainda sem sede própria, a instituição conseguiu implantar o projeto e propiciou a capacitação de 4.562 negros e não-negros. Os principais cursos eram nas áreas de: qualificação técnica, transformação de alimentos, desenvolvimento Empresarial e Desenvolvimento Social.

A segunda etapa do projeto iniciar-se-ia em outubro de 2002 em novo convênio estabelecido com o Ministério da Justiça. Os objetivos eram bem maiores: a idéia era a realização de 264 cursos de qualificação e requalificação de mão-de-obra. Apesar de o projeto ser centralizado na cidade de Uberaba, ele seria expandido para outras quatro cidades do Triângulo Mineiro, cidades já citadas.

O reconhecimento do Ministério da Justiça da viabilidade dos cursos oferecidos levou à possibilidade de sua nacionalização, a multiplicação do modelo para outros estados do Brasil.

Os recursos possibilitaram a construção da sede nacional, que se tornou o espaço centralizador do projeto pedagógico e de política de ação afirmativa. A sede está construída numa área de 30.000 m² e, nessa primeira etapa, foram construídos complexo educacional, ginásio poliesportivo e refeitório. Numa segunda fase de construção, está prevista a construção de um anfiteatro, campo de futebol, piscina olímpica, bem como um Museu do Negro. O objetivo é que a sede nacional seja um referencial para elaboração de Ações afirmativas. Esse espaço foi inaugurado em agosto de 2002.

Atualmente, os alunos possuem 12 salas de aulas, um miniauditório, bem como todo equipamento de multimídia e de um estúdio de gravação de CD. A oficina de informática disponibiliza um total de 30 computadores.

O projeto se concretiza a partir de 5 oficinas: ofício, artes, esportes, línguas, e cursinho pré-vestibular. A proposta pedagógica leva em consideração, segundo os documentos oficiais, a formação de profissionais e o resgate da cidadania que deve envolver questões culturais, sociais, e econômicas.

A instituição está sediada no bairro Univerdecidade que fica bem afastado do centro do município de Uberaba. Uma grande área cercada de verde e ao lado da Faculdade de Educação de Uberaba. Existe uma linha coletiva que sai do centro de Uberaba até o CENEG. Geralmente o ônibus

24 CENTRO NACIONAL DE CIDADANIA NEGRA. Cartilha de Divulgação. 2. ed. Uberaba: Publicação do Centro do Centro Nacional de Cidadania Negra – CENEG, 2003. p. 14.

passa a cada trinta e cinco minutos. A instituição conta com dezesseis funcionários contratados. O contrato costuma ser anual e renovável conforme a disponibilidade de recursos dos convênios. Dois funcionários são brancos e os outros catorze se compõem entre pardos e negros.

Quanto às oficinas, seu foco é qualificação para o mercado de trabalho, buscando criar perspectivas para inserção no mundo do trabalho. A qualificação visa possibilitar igualdade de condições na competição pelo mercado de trabalho.

As oficinas de artes visam ao desenvolvimento de manifestações culturais do povo negro como o Congado, o Moçambique, Afoxé, Capoeira e Artesanatos. As oficinas de esporte têm como objetivo criar atividades para que as crianças ocupem seu tempo de lazer de maneira saudável. O esporte funcionaria como um mecanismo necessário para integração social, bem como o do senso de grupo. Além disso, busca-se desenvolver na criança a preocupação com a higiene pessoal. O principal programa desenvolvido pela oficina de esporte é o Esporte Solidário voltado especificamente para crianças carentes. Além da prática da atividade física, as crianças recebem reforço escolar e orientações sociais. O projeto atende também crianças portadoras de deficiência.

As crianças contempladas pelo programa são as que moram em áreas de risco, da faixa etária corresponde de 07 a 14 anos, elas devem estar freqüentando regularmente uma escola. O transporte e alimentação são gratuitos. Este projeto pretende ser difundido nos núcleos de Canoas (RS), Goiânia (Go), e Cuiabá (MT) em parceria com o Ministério do Esporte, transporte e Turismo. Observa-se que as demandas do CENEG se transformam numa política de Estado.

Como se observa, os programas educacionais do CENEG objetivam a criação de condições educacionais para inserção da população negra. Em sua concepção, a educação constitui num mecanismo básico de combate à discriminação e ao racismo. Outras instituições enfatizam formas de combate baseados na busca da utilização do direito como instrumento privilegiado de operação de mudanças nas concepções de racismo e discriminação na sociedade.

Dentro dessa perspectiva, uma outra organização que tem tido um papel importante no combate à discriminação e ao racismo é o Geledés, Instituto da Mulher Negra, que criou um serviço pioneiro de assistência legal para as vítimas de discriminação racial, o SOS Racismo. Esse serviço de denúncia foi acoplado a um serviço de assessoria jurídica que busca transformar as denúncias em ações judiciais. Tais ações judiciais possuiriam caráter pedagógico na medida em que levariam à conscientização do problema da discriminação racial presente na sociedade (CARNEIRO, 2000).

Essas ações judiciais seriam necessárias, pois levariam à criação de jurisprudência para casos de discriminação racial. Portanto, a estratégia fundamental do SOS Racismo é a criação de uma demanda processual expressiva de ações contra o racismo e a discriminação. São vários os desdobramentos possíveis dessas ações: destaca-se principalmente a percepção pela população do caráter racista de certas decisões processuais, e também das decisões demonstrarem a insuficiência da legislação em vigor sobre o racismo (CARNEIRO, 2000).

A demanda processual permite a criação de casos exemplares que acabam forçando um diálogo entre a sociedade civil organizada e o poder judiciário. Portanto, a denúncia e o acompanhamento constituem nova estratégia do movimento negro adotada com grande sucesso pelo Geledés (CARNEIRO, 2000).

Além dessa preocupação com medidas de caráter legal, a década de 1990 caracterizou-se pelo desenvolvimento de programas não-institucionais, como projetos educacionais de alfabetização e cursinhos pré-vestibulares. Tais iniciativas do Movimento Negro têm levado vários autores a refletirem sobre o desenvolvimento, limites e perspectivas da luta contra o racismo e a discriminação.

1.2 Diferentes leituras das estratégias do Movimento Negro

Discutir as várias interpretações acadêmicas sobre o Movimento Negro e suas estratégias de luta contra a discriminação e o racismo pode dar elementos para uma melhor compreensão dos objetivos, dilemas e problemas enfrentados pelo Centro Nacional de Cidadania Negra.

Os grupos do Movimento Negro Brasileiro têm se organizado em função de demandas culturais, que são importantes no sentido da revalorização e no combate a imagens depreciativas do negro na sociedade. Por outro lado não conseguiram criar um movimento nacional que transitasse das demandas culturais para um movimento de transformação social que passasse pela esfera política. (HANCHARD, 2001).

Tal interpretação talvez seja válida somente no período de 1945-1988. Vários fatores, entre os quais o reconhecimento por parte do estado das demandas dos grupos do Movimento Negro, surgem na década de 1980 e se prolongam nos anos 1990. (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 16-21). Não se pode negar que tal reconhecimento deve-se ao papel político desses grupos que sempre pressionaram o Estado, ou seja, as demandas culturais iniciaram um processo que culminaram em demandas políticas. Além disso, cabe ressaltar que as demandas do Movimento Negro Unifica-

do²⁵ também reforçam que a interpretação de Hanchard parece estar mais circunscrita ao seu período de estudo.

Apesar da gritante desigualdade entre brancos e negros no Brasil, não existiu ainda no Brasil nenhum movimento nacional de oposição a essas desigualdades. Essa constatação aparece na pesquisa desenvolvida por Michael George Hanchard sobre o Movimento Negro. Num estudo comparativo entre os movimentos negros do Rio de Janeiro e de São Paulo, entre 1945 e 1988, ele constata a dificuldade dos não-brancos da criação de uma identidade racial que se torne um mecanismo de mobilização política. Utilizando o referencial de análise gramsciano, ele lança a hipótese de que existe um processo de hegemonia racial no Brasil que neutralizou a identificação racial entre os não-brancos dificultando sua mobilização a partir da questão racial.

Ainda segundo Hanchard (2001, p. 19), a hegemonia seria um processo de socialização que ao mesmo tempo nega e reproduz as desigualdades raciais, dificultando seu combate pelo movimento negro. Os grupos do movimento negro lutam contra uma concepção que nega a existência do racismo disseminada entre brancos e não-brancos dificultando, assim, a mobilização dos negros e a solidariedade dos brancos no combate às desigualdades raciais. Tal hegemonia se processa na crença na igualdade racial e na negação das contínuas práticas racistas.

Essa hegemonia pode ser vista ainda como efeito do mito da democracia racial²⁶.

A possibilidade de mudança fica condicionada a uma reação que só acontecerá com o desenvolvimento de certa consciência racial, que se manifesta num certo tipo de pensamento e reação de indivíduos ou grupos em situações de assimetria racial. (HANCHARD, 2001, p. 31).

Hanchard observa que a segregação em países como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos levaram os grupos segregados à criação de instituições paralelas como igrejas, universidades, escolas e organizações políticas. Ao desenvolver tais instituições, foi possível a construção de uma política cultural que favoreceu a aliança entre grupos diferentes, bem como o desenvolvimento de uma consciência racial.

Hanchard observa que entre os negros, apesar de existir sólidas tradições de autoajuda em várias comunidades do Brasil, tais tradições em

25 Para observação das propostas do Movimento Negro Unificado ver: ALBERTO, 2000, p. 299-301.

26 O chamado mito da Democracia Racial constitui um dos principais obstáculos ideológicos para o combate da discriminação e racismo no Brasil. Tal mito se deve muito a perspectiva teórica de Gilberto Freyre que acreditava que a escassez de mulheres brancas associada a uma predisposição do português a uma colonização híbrida e escravocrata, levou ao processo de miscigenação. Tal processo acabou por diminuir a distância social entre brancos e negros e produziu as condições necessárias para a construção de uma democracia racial no Brasil. Para maiores detalhes, ver FREYRE, 1989, como também seus principais críticos FERNANDES, 1978, IANNI, 1988, CARDOSO, 1977.

contraste não criaram ou não favoreceram a criação de instituições paralelas que seriam importantes no sentido de desenvolver uma rede de política cultural necessária à mobilização política. Na visão do autor, a falta de consciência racial levou a sérias consequências políticas.

Ao observar a história dos grupos do Movimento Negro, Hanchard constata que as práticas culturais têm sido o *locus* principal de mobilização política. Tais práticas culturais, por outro lado, tornaram-se um empecilho para o desenvolvimento da consciência racial por reproduzir certos aspectos encontrados na ideologia de democracia racial da sociedade brasileira. As práticas culturais dos grupos do Movimento Negro acabam funcionando como um fim em si mesmo, descontextualizadas de sua origem histórica e função social, tendo como resultado a perda do seu conteúdo político. Tal fenômeno é identificado como culturalismo. (HANCHARD, 2001, p. 37-38).

Pensemos, por exemplo, a Capoeira. De símbolo de resistência do povo negro transformou-se num símbolo da cultura nacional que reafirma a ideologia da democracia racial. Tal ideologia no Brasil é hegemônica ao ponto de inviabilizar a mobilização política dos negros, ridicularizar seus ativistas e, ainda, contribuir para a baixa autoestima, bem como a negação de sua identidade.

Hanchard define Movimento Negro como uma série de movimentos com compromissos ideológicos, estratégicos e políticos diferenciados. É um movimento formado por uma série de grupos que possuem pouca coerência política e relações entre si. Tal visão leva à percepção de que a esfera predominante de mudanças sociais é política e com isso os agentes principais de mudanças passam a ser vistos como partidos e sindicatos. Talvez isso explique porque Hanchard vê os grupos de movimento como incoerentes, o que na verdade não se sustenta. Tal fato será demonstrado mais abaixo a partir da análise da interpretação de Guimarães.

Tal fenômeno, para Hanchard, deve-se à chamada Hegemonia Racial que se expressa em três aspectos: a crença de que não existe racismo e discriminação no Brasil, ou pelo menos não tão forte como nos Estados Unidos e África do Sul; o segundo aspecto relaciona-se a um conjunto de imagens negativas da população negra e aversão a qualquer ação coletiva pelos negros e, por último, sanções preventivas e coercitivas contra quem demonstra a existência de assimetria racial.

O primeiro aspecto levantado por Hanchard pode ser observado facilmente, pois a negação da discriminação racial, até a poucos anos atrás²⁷, tinha a ver com nossa própria identidade enquanto brasileiro.

27 Tal concepção não se sustenta mais, conforme pesquisa da Datafolha em 1995, a maioria dos brasileiros atualmente reconhece a existência do racismo e da discriminação. Para um aprofundamento, ver: Folha de São Paulo/Datafolha. 1995. Racismo Cordial. São Paulo, Ática.

Quanto ao segundo aspecto, observa-se claramente que ainda hoje a palavra negro é considerada ofensiva. As pessoas preferem identificar uma pessoa negra como “morena” do que utilizar a palavra negro. Tal simbolismo começa a partir da tenra idade, a criança é socializada em imagens estereotipadas que podem ser vistas inclusive nos livros didáticos. É interessante também observar as reações das pessoas quando perguntadas sobre a viabilidade de um movimento negro para resolver os problemas de desigualdades raciais, a maioria vê tais organizações como um risco para a democracia racial no Brasil, tais organizações estariam disseminando um racismo às avessas.

Hanchard (2001, p. 128-129) detecta três estratégias na história do Movimento Negro:

- a) até a década de 1930, a busca por uma integração na vida social;
- b) na década de 1940, principalmente a partir de 45, o surgimento de uma classe média negra, a preocupação com a negritude e a transição entre as ideologias de branqueamento e da negritude;
- c) Nas décadas de 1970 e 1990, incorporação das temáticas de esquerda, confluência dos discursos de “raça” e “classe”, influenciadas pelas lutas de insurreição não-branca ou terceiro-mundista, ênfase nas manifestações simbólicas de insurreição.²⁸

Em São Paulo, surge o Movimento Negro Unificado (MNU). Tal movimento, para Hanchard, está relacionado ao Grupo Evolução de Campinas, de Thereza Santos e Eduardo de Oliveira e Oliveira. Tal grupo fora importante na medida em que introduziu a possibilidade de apresentações culturais que mesclassem questões políticas e ideológicas. A cultura passou a ser vista como um recurso pedagógico e político para educar a população negra. Essa visão teve papel importante na percepção dos futuros líderes do MNU, que acreditavam que essas práticas eram um diferencial importante em relação ao culturalismo encontrado no Movimento Negro. A postura do grupo Evolução era importante, na medida em que estabelecia o elo entre práticas culturais e política partidária ou organizacional.

Essa postura marcada pela questão política revela-se quando o MNU começa a criar núcleos negros nos partidos políticos. Destacam-se os núcleos criados no Partido dos Trabalhadores e no Partido Democrático Trabalhista na década de 1980.

Hanchard (2001) conclui que o movimento negro entre 1945 e 1988 buscou demonstrar a existência e persistência das práticas de discriminação racial no Brasil. No entanto, sua visibilidade e eficácia esbarraram na

28 Para uma interpretação similar ver: GUIMARÃES, 1999, p. 211-212.

chamada Hegemonia racial que nega a existência das desigualdades raciais no Brasil. Além disso, o movimento negro buscou os aspectos positivos da história afro-brasileira tentando ampliar a consciência racial dos negros. Segundo o autor, os dois principais obstáculos para o desenvolvimento e ampliação da consciência racial e, portanto, do movimento negro foi o culturalismo e a falta de recursos para criação de instituições negras que de fato politizassem as desigualdades raciais.

Na perspectiva de Guimarães (2002, p. 105), há uma série de entidades negras que surgiram nos últimos quinze anos com diferentes matrizes ideológicas, políticas e finalidades, nas quais se destacam principalmente as entidades culturais, políticas e jurídicas que têm em comum o combate ao racismo. Apesar de muitas não serem necessariamente políticas ou terem a questão política como central, elas acabam colocando na cena brasileira uma nova agenda que alia política de reconhecimento (de diferenças raciais e culturais), busca da identidade (racialismo e voto étnico), política de cidadania (combate à discriminação racial e afirmação dos direitos civis dos negros) e política redistributiva (ações afirmativas ou compensatórias).

As estratégias de combate ao racismo e à discriminação do movimento negro expressaram-se de diversas maneiras. No início do século, a Frente Negra Brasileira acreditava numa ideologia integracionista e nacionalista. Em seu ideário não descarta a existência das “raças”, mas acredita na necessidade de valorização da contribuição da “raça” negra na construção da nação brasileira. Associava a situação de inferioridade da população negra a persistências de formas culturais arcaicas num novo contexto social. Nos anos 1940, o Teatro experimental negro será influenciado pelo movimento de negritude e buscará lutar contra o sentimento de inferioridade dos negros através da crítica ao embranquecimento e da absorção de valores estéticos e culturais associadas à cor branca. O discurso racialista e multicultural só surgirá na década de 80. Tal ideal expressar-se-á na revalorização da herança cultural africana, diferenciando essa cultura do sincretismo típico da cultura nacional. A luta contra a discriminação passa a ser também a luta contra a estrutura injusta de distribuição de riquezas e prestígio entre brancos e negros. (GUIMARÃES, 1999, p. 211- 212).

Hanchard enfatiza a incoerência dos grupos que não conseguem se unificar em termos de projeto político, tal dificuldade é fruto essencialmente do culturalismo e da ausência de instituições criadas e mantidas pelo movimento negro. O autor parece estabelecer uma relação íntima entre segregação e ação política. Guimarães, ao contrário, enfatiza a pluralidade dos tipos de ações, que parece ser vista por Hanchard como incoerência.

Pluralidade que, para Guimarães, unifica-se a partir de uma única bandeira: o combate ao racismo.

Na perspectiva de Munanga (1999, p. 13-15; 96), a possibilidade de rompimento com a desigualdade racial seria a construção de ideologias mobilizadoras que atingissem nossas bases populares. O Movimento Negro só conseguirá seus objetivos, na medida em que construir uma identidade ou plataforma mobilizadora de ações. Tal plataforma só se torna possível pela recuperação ou construção da negritude tanto física como cultural, uma negritude que agregue os negros e destrua o ideal de embranquecimento, assim com a ambigüidade da linha cor/classe.

Para Munanga (1999, p.16), a ideologia da mestiçagem, surgida em meados do século XIX, divide negros e mestiços ao alienar o processo de identidade de ambos. Essa ideologia é base de nossa identidade nacional e foi a justificativa para imigração européia; as elites tinham claramente um projeto de eugenia que levaria ao branqueamento de nossa população. Cabe ressaltar que essa ideologia está intimamente relacionada à visão de nossas elites sobre as conseqüências econômicas da abolição da escravidão²⁹. O Movimento Negro não conseguiu destruir o ideal de branqueamento presente na sociedade brasileira. A estratégia utilizada pelas nossas elites para descaracterizar o movimento negro foi a construção de uma identidade mestiça que reuniria todos os brasileiros. A identidade negra é vista como empecilho à identidade nacional brasileira.

A mestiçagem brasileira criou um modelo sincrético que incorporava e assimilava a população negra e transformava seus elementos culturais de resistência em símbolos da cultura nacional. O processo de formação da identidade nacional ressaltou os elementos da cultura negra, indígena e européia que levavam à crença de que os brasileiros eram um povo novo e mestiço. Em tal postura, extremamente antidemocrática, a assimilação da identidade nacional se dava com a predominância e valorização da cultura européia em detrimento das demais. O ideal de branqueamento permeou todo o processo. (MUNANGA, 1999, p. 101).

As identidades resultantes da resistência cultural foram inibidas de se manifestar em oposição à chamada cultura nacional. Tais resistências perderam seu conteúdo político. Portanto, a luta contra a discriminação e o racismo passa pela construção da unidade do Movimento negro e o resgate de sua cultura e passado historicamente negado e falsificado, ao lado da recuperação de uma negritude em suas complexidades biológica, cultural e ontológica. (MUNANGA, 1999, p. 1).

29 Na medida em que se aumentasse a mão-de-obra imigrante no mercado de trabalho o custo da força de trabalho diminuiria, e, além disso, evitaria qualquer tipo de reivindicações por parte dos escravos sobre melhores condições de vida e trabalho. (ANDREWS, 1998, p. 98).

A construção de uma identidade negra, que agregasse negros e mestiços, passa a ser a principal tarefa do Movimento Negro contemporâneo no combate à discriminação e ao racismo presentes na sociedade brasileira. (MUNANGA, 1999, p. 108).

Para D'Adesky (2001, p. 23), a busca pelo reconhecimento³⁰ e afirmação do conteúdo positivo das suas culturas tem sido a demanda central do Movimento Negro e Indígena contemporâneo. Ao buscar o reconhecimento de suas identidades, esses movimentos procuram redefinir a sua posição econômica e política na sociedade brasileira. Seria necessária a construção de uma democracia que assegurasse o reconhecimento de status e dignidade da cultura negra e indígena.

As agendas atuais dos grupos do Movimento Negro e do Indígenas mostram a insuficiência do princípio de igualdade de direitos. Tal princípio de igualdade é vago na medida em que não leva em consideração as especificidades dos vários grupos que compõem determinado país na esfera pública. (D'ADESKY, 2001, p. 31-32).

O Movimento Negro não só critica as desigualdades econômicas e sociais como também reivindica o pleno reconhecimento da cidadania do negro, da preservação e valorização das tradições culturais de origem africana. A subversão da ideologia do branqueamento e o desmascaramento do mito da democracia racial é o principal objetivo do Movimento Negro contemporâneo que surge na década de 1970. Se comparado à Frente Negra e aos movimentos até década de 1950, sua demanda não é simplesmente a assimilação, mas a afirmação de uma identidade étnica específica. (D'ADESKY, 2001, p. 151-153).

Hofbauer (1999), ao analisar os vários critérios de inclusão e exclusão existentes no ocidente, observa que conceitos como “raça”, “cultura” e “identidade” são construções histórico-culturais que assumem conteúdos semânticos diferenciados dependendo do contexto em que são utilizadas. Observa também que o chamado branqueamento social não é algo genuinamente brasileiro nem surgiu a partir do processo de abolição da escravatura. Tal ideologia já existia durante a escravidão e sustentava as relações escravista-patrimoniais. (HOFBAUER, 2003, p. 63).

O ideário inerente a esse contexto possibilitava a transformação ou metamorfose da cor (raça) dependendo do contexto social. A alforria poderia funcionar ou criar uma ilusão de melhora possível da superação do status de “escravo” e “negro”. O uso de um conceito não-essencializado da “cor” (raça) funcionava no sentido de sustentar o sistema escravista. (HOFBAUER, 2003, p. 63-64).

30 Para uma melhor compreensão desse conceito, ver: TAYLOR, 1994; PEREIRA DA SILVA, 2000.

Hofbauer (1999, p. 13) observa que concepções essencializadas de negros e brancos dos “estudos raciais” promovidos pela Unesco no Brasil na década de 1950 permitiram o desmascaramento do mito da democracia, como também a existência das desigualdades raciais no Brasil em estudos posteriores.

Atualmente, a reflexão sobre os critérios de inclusão e exclusão fornece elementos para pensar as dificuldades dos grupos do Movimento Negro em agremiar novos membros. Para observar tal fenômeno, Hofbauer analisa e compara qual o significado que o termo negro assume no Movimento Negro e no Candomblé. Os grupos do Movimento Negro utilizam um conceito de negro mais essencializado e “político” enquanto o Candomblé trabalha um conceito mais “cultural” de inclusão e exclusão. (HOFBAUER, 1999).

Existe a contraposição de duas posturas. A primeira, elaborada pelo Movimento Negro, dá mais ênfase à “cor da pele” como mecanismo básico de construção de uma identidade política que leve ao combate do racismo e da discriminação. Na segunda postura, os membros do Candomblé dão mais ênfase ao critério sociocultural na inclusão ou exclusão dos seus membros. A pluralidade dos critérios de inclusão e exclusão explicaria a dificuldade de unir o “político” e o “cultural” e de estabelecer alianças entre os vários grupos que compõem o Movimento Negro.

A grande dificuldade levantada pelos “intérpretes” continua sendo uma plataforma de luta comum que unifique os vários grupos de movimento negro. Tal unificação parece ser possível, para os autores, a partir da construção de uma identidade que unifique os negros, tanto os mais “claros” como os mais “escuros”. Pouca menção ou quase nenhuma é feita sobre o papel do Movimento Negro na agremiação da população branca nas demandas de luta contra o racismo e discriminação. Há um consenso de que o Movimento Negro passou de uma demanda integracionista para uma que enfatiza a construção de um grupo étnico. “Politização” da identidade, criação de “plataforma mobilizadora de luta”, “busca do reconhecimento”, superação do branqueamento e do culturalismo, de alguma forma o debate contemporâneo converge na necessidade da criação de uma identidade negra que inclua a grande parcela de multados e as infinitas matizes de cores, somente tal identidade levaria à superação da discriminação e do racismo no Brasil. Parece existir, nas várias interpretações, uma relação íntima entre construção da identidade e ação política. A construção da identidade parece ser vista como a possibilidade de superação de certa “consciência alienada” das pessoas que não se assumem enquanto negras. A “consciência negra” parece estar “adormecida” e o papel dos grupos do Movimento Negro é despertá-la criando uma nova

plataforma mobilizadora. Poucas análises, ou quase nenhuma, discutem o papel do movimento no despertar também da “consciência alienada” dos brancos nesse processo.

CAPÍTULO 2

PROPOSTAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS DO CENTRO NACIONAL DE CIDADANIA NEGRA

A proposta de atuação do CENEG³¹ no combate ao racismo e à discriminação está pautada na crença de que a educação e o trabalho devem estar associados. A educação desenvolvendo a autoestima e as habilidades necessárias para o trabalho, e o trabalho como mecanismo de inclusão social.

O caminho da superação deste quadro é o caminho da ascensão social, da igualdade jurídica, da participação política, o que supõe maiores oportunidades de emprego o fim de toda discriminação, principalmente da discriminação de salários. (CENTRO NACIONAL DE CIDADANIA NEGRA, MG – CENEG, 2001).

Na visão da entidade, a integração no mercado de trabalho é essencial para o combate ao racismo. Ao que parece, existe uma crença de que, na medida em que o negro se integre economicamente, sua participação na política e em outras esferas da vida social concretizar-se-á. Apesar da entidade destacar a necessidade de se criar políticas que valorizam a cultura e história negras, a questão econômica é vista como grande prioridade.

Em seus cursos deverão ser levados em consideração princípios consagrados na lei brasileira como a dignidade da pessoa humana, bem como o combate a quaisquer formas de discriminação e intolerância existentes na sociedade brasileira.

De acordo com a proposta³², entre os pressupostos políticos institucionais destaca-se a busca da inclusão social dos negros e, por meio da educação e capacitação profissional.

[...] por fim, que se preocupe com uma educação para a convivência, igualitária, democrática, justa. Isto supõe um dado nível de consciência dos direitos humanos, contextualizados pela clareza da história construída até aqui e de tudo que precisa ser revertido. Significa aprender a ser um novo

31 CENTRO NACIONAL DE CIDADANIA NEGRA. UNIDADES ESTADUAIS, PROJETO DE NACIONALIZAÇÃO. Manual Pedagógico: proposta político-pedagógica do CENEG. Uberaba. p. 1-64. 2001.

32 CENTRO NACIONAL DE CIDADANIA NEGRA. UNIDADES ESTADUAIS, PROJETO DE NACIONALIZAÇÃO. Manual Pedagógico: proposta político-pedagógica do CENEG. Uberaba. p. 12. 2001.

homem, cuja indignação diante da trajetória de sua gente esteja na base de relações solidárias, justas e, em consequência, reparadoras. Deve resultar numa participação que combata manifestações culturais que relegam a presença do negro a uma condição folclórica reducionista através de práticas sociais superadas, desta uma sociedade que camufla com uma condescendência carinhosa um racismo “a moda da casa”. (CENTRO NACIONAL DE CIDADANIA NEGRA, MG – CENEG, 2001, p. 17-18).

Observa-se que sua proposta pedagógica é pautada na crença de que a educação deve levar à formação de uma consciência de indignação com relação à situação em que se encontra a população negra. Essa indignação pode levar os educandos a se identificarem com os problemas. Tal identidade pode resultar na criação de laços de solidariedade essenciais para a reversão da situação. A tomada de consciência evita que manifestações da cultura negra sejam tratadas como folclóricas e exóticas. Percebe-se claramente a tentativa da criação de uma identidade negra, passo essencial para busca de políticas públicas de caráter reparador.

A proposta pedagógica destaca a necessidade de a entidade estar sempre dialogando com diferentes segmentos da sociedade, tornando-se, assim, um espaço de reflexão histórica. Além disso, é necessária a busca de um programa de ação afirmativa dirigida à comunidade negra. A proposta objetiva que os cursos do CENEG se tornem uma alavanca para a erradicação do racismo e sejam também alternativas de desenvolvimento de programas comunitários.

Existe também a percepção de que um combate efetivo ao racismo só é possível com o combate à indiferença que caracteriza boa parte da população brasileira com relação à situação social da população negra.³³

A proposta ressalta a necessidade das unidades locais levarem em consideração as especificidades de sua região. Sem a compreensão da realidade em que o negro está inserido, fica difícil uma proposta pedagógica que de fato seja efetiva. Também se ressalta a necessidade do envolvimento da comunidade no estabelecimento de metas, projetos e definição de prioridades. Esse envolvimento deve objetivar a participação de organizações já existentes na comunidade.

O CENEG deverá funcionar articulado com a rede regular de ensino no sentido de suprir as necessidades existentes dessas redes; além de cuidar da formação continuada dos seus educadores e recorrer à pesquisa antes de tomar decisões, como ainda promover a socialização de suas propostas de atuação para a comunidade.

33 – CENTRO NACIONAL DE CIDADANIA NEGRA. UNIDADES ESTADUAIS, PROJETO DE NACIONALIZAÇÃO. Manual Pedagógico: proposta político-pedagógica do CENEG. Uberaba. p. 21, 2001.

Para que se concretizem tais projetos, o CENEG buscaria se inserir na comunidade através de oficinas periódicas que buscam conhecer as pessoas que formam a comunidade. A partir disso, utiliza uma estratégia de divulgação dessas pessoas através de colunas de jornais, programas de TV locais. Essas oficinas têm como objetivo fazer com que as lideranças se conheçam entre si para alcançar um bom nível de coesão social na comunidade negra.

Há também uma preocupação com a integração regional, buscando elaborar atividades que levem à troca de experiências dos diferentes municípios que possuem unidades do CENEG, realizar palestras e conferências em datas específicas visando discutir e propor soluções para a discriminação e o racismo. Tais propostas concretizam-se nas unidades³⁴.

Quanto às prioridades do CENEG Nacional:

- Fazer prevalecer, nas relações de seu espaço de atuação, os direitos humanos, os direitos fundamentais de todo e cada cidadão, o repúdio ao racismo.
- Instaurar a cultura da equidade como condição básica da justiça social e do resgate de uma dívida histórica do país para com sua população negra.
- Reivindicar e garantir a aplicação dos dispositivos legais que punem a prática do racismo e de qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdade fundamentais.
- Conferir efetividade ao papel do CENEG de se promover uma política inclusiva (portanto, de superação do *status quo*) para negros e afro-descendentes através da educação e da qualificação profissional.
- Apresentar-se com visibilidade nos meios de comunicação social como estratégia de transformação do conjunto da sociedade. (CENTRO NACIONAL DE CIDADANIA NEGRA, MG – CENEG, 2001, P. 32).

As propostas do CENEG parecem ir ao encontro da percepção de que a resolução dos problemas de discriminação e racismo passa necessariamente pela educação e trabalho. O principal programa do CENEG é o de Cidadania e Direitos Humanos que, além de desenvolver uma série de cursos para a formação de agentes de direitos humanos, tem a proposta de criação de um curso de pós-graduação *latu senso* em Direitos Huma-

34 Em outubro de 2000, houve uma expansão do CENEG viabilizada por recursos do Convênio entre essa instituição, o Ministério da Justiça, a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e o Departamento de Promoção dos Direitos Humanos. Por meio do Convênio nº 134/2000, foram realizados 264 cursos para população negra em Uberaba, o projeto foi expandido para as cidades de Frutal, Iturama, Araxá e Sacramento. Na etapa de nacionalização, estendeu-se por onze estados nacionais, nas cidades de Canoas-RS, São José do Rio Preto-SP, Niterói-RJ, Goiânia-Go, Brasília-DF, Cuiabá-MT, Palmas-TO, Recife-PE, João Pessoa-PB. In: CENEG – Centro Nacional de Cidadania Negra. Cartilha de Divulgação do CENEG. Uberaba, 2003. p. 15-17.

nos e Cidadania. Esse seria direcionado a pessoas portadoras de diploma superior e, preferencialmente, negras. Veja que essa demanda aparece, por exemplo, no primeiro Seminário Nacional de Universitários Negros (SESUN). Esse encontro ressaltou a necessidade da produção de conhecimento capaz de romper com os paradigmas racistas e eurocêntricos da universidade brasileira. (ALBERTO, 2000, p. 304). Destaca-se também a preocupação da entidade em capacitar docentes da rede pública para a discussão de questões de etnia e gênero na sala de aula. Nas propostas defendidas pelo Movimento Negro Unificado, observa-se a preocupação com uma educação voltada para o desenvolvimento para autoestima. (ALBERTO, 2000, p. 303). Como se pode observar, suas demandas vão ao encontro das demandas nacionais dos grupos do Movimento Negro.

Além disso, toda a proposta do CENEG está articulada ao Plano Nacional dos Direitos Humanos. Como se pode observar, o CENEG nasceu da luta das entidades negras do município de Uberaba. Tal movimento foi conseguindo espaços dentro do poder público municipal. Graças a uma série de fatores, conseguiu se articular a um conjunto de propostas do governo federal em torno da defesa dos direitos humanos.

Em sua análise sobre o Movimento Negro, Hanchard (2001) destaca a necessidade do surgimento de instituições negras nacionais que levassem à politização das desigualdades raciais:

Isso nos leva a uma lacuna fundamental do movimento negro, à falta de instituições nacionais significativas que tenham por objetivo primordial e explícito a politização das desigualdades raciais. Sem uma instituição ou um complexo de organizações de base institucional para transformar a subordinação afro-brasileira num foco de interesse nacional, as respostas das elites brancas na sociedade civil e política ficam fragmentadas, idiossincráticas e pautadas no nível estadual (em vez de federal). (HANCHARD, 2001, p.158).

Pode-se observar, pela análise de Hanchard, que existe uma crença na viabilidade dos mecanismos tradicionais de luta, principalmente partidos e sindicatos. A criação de uma contraideologia ou uma ideologia que negue a democracia racial e ao mesmo tempo leve à identificação entre os não-brancos torna-se necessária para a viabilização política do movimento. No momento em que o Movimento Negro transformar-se num movimento político nacional, seriam processadas mudanças na esfera legislativa e jurídica que poderiam diminuir a desigualdade racial. Na perspectiva do autor, a “racialização” das relações sociais torna-se mecanismo necessário para transição para um movimento de escala nacional.

Se por um lado, ao se analisar o CENEG percebe-se a germinação de uma futura instituição negra de caráter nacional, por outro parece que seu projeto se aproxima mais de uma demanda de reconhecimento do que propriamente a crença em instituições segmentadas e racializadas, necessárias para politização das desigualdades raciais, como parece sustentar Michael Hanchard.

Os projetos dos grupos sociais refletem mudanças na vida social que muitas vezes não são conscientes aos agentes desses grupos. Dessa forma, torna-se necessário buscar os pressupostos que podem estar por detrás do projeto do CENEG. Para tentar esclarecer tais mecanismos, as considerações de Jessé de Souza (1996) podem ser úteis.

Ao analisar as transformações ocorridas a partir da queda do Muro de Berlim, Souza (1996) demonstra a existência de dois movimentos que afetaram o mundo da política. De um lado, aqueles movimentos marcados por uma direção ao fim do Estado nacional, a fluidez das fronteiras, a imposição de uma lógica de caráter internacionalizante influenciada basicamente pelas mudanças na tecnologia e na economia que muitos estudiosos passaram a se referir como processo de “globalização”. De outro lado, um movimento marcado pela regionalização e afirmação das diferenças. A tematização das diferenças passa a ser uma das questões centrais da política na atualidade. Isso aparece com clareza no debate entre liberalismo e comunitarismo.

Tal debate representa uma reconstrução da teoria da democracia moderna e da teoria política em geral. Para entender tal debate, torna-se imprescindível demonstrar as limitações da teoria política dominante tanto nos Estados Unidos como no Brasil. (SOUZA, 1996, p. 23).

O ponto de vista liberal é visto como dominante e absoluto. Tal ponto enfatiza uma concepção procedimental de democracia. Tal concepção é marcada pela influência de Joseph Schumpeter. Todo paradigma da política desde o século XVIII era marcado pela crença na racionalidade dos grupos na vida política. A democracia não poderia ser vista como uma representação de claros e definidos anseios populares. Se a democracia antes era vista como um processo que levaria ao aprendizado dos grupos sociais, agora a ênfase é colocada nos indivíduos que irão competir pelo voto popular. A política pode ser vista como regida pela mesma lógica do mercado, em que os indivíduos competem pelo voto popular. O cidadão passa a ser visto como um cliente do Estado.

Esse debate no Brasil deu-se numa perspectiva comparativa; a problemática em nosso país ocorreu no sentido de observar até que ponto nossa democracia aproximava-se ou não de tal modelo, de certa forma assumindo o modelo americano como melhor. Na verdade, tal

modelo deixava de lado uma série de peculiaridades culturais do Brasil que poderiam caracterizar um modelo alternativo de democracia. (SOUZA, 1996).

A crítica ao modelo liberal americano aparece como um aspecto central nos pensadores caracterizados como comunitaristas. Souza (1996) utilizará as indagações propostas por Charles Taylor em sua crítica à democracia liberal americana. O autor enfatiza que Taylor considera o reconhecimento como aspecto central da vida social. A identidade é um processo social marcado pela ausência ou reconhecimento desta. É nesse sentido que uma pessoa ou grupo social pode ter uma identidade distorcida se a sociedade em que ela estiver inserida refletir sua imagem de forma desfavorável.

Nesse sentido, não reconhecimento não é algo inofensivo e sem consequências, mas pode infligir mal, pode ser uma forma de opressão insidiosa aprisionando uma pessoa em uma concepção falsa, distorcida de si.

Assim, reconhecimento não é uma cortesia ou gentileza, mas uma necessidade vital. Uma imagem depreciativa de povos ou comunidades pode tornar-se uma das formas mais potentes e expressivas de opressão destas. Livrar-se de uma identidade depreciativa imposta e destrutiva torna-se fundamental, seja para a vida privada seja para a vida coletiva. (SOUZA, 1996, p. 25).

Observe que as questões levantadas por Souza, a partir de sua leitura de Taylor, são extremamente pertinentes sob o ponto de vista da análise do CENEG. Vários depoimentos citados no texto corroboram com a necessidade de a população negra possuir uma melhor autoestima, fato este que só será conseguido, na medida em que se modifiquem as imagens depreciativas do negro disseminadas na sociedade brasileira.

O reconhecimento não é apenas entre iguais, mas implica em dignidade. Dignidade essa que acarretará numa autoimagem positiva e intimamente ligada à autenticidade. A identidade passa a depender de um diálogo interno e externo com os outros. Tal princípio de reconhecimento acaba entrando em contradição com a chamada cidadania igualitária, uma vez que o princípio de autenticidade é um ideal de reconhecimento da diferença. (SOUZA, 1996).

Na visão de Souza (1996), os grupos que se sentem discriminados percebem sua identidade como oprimida em função de uma identidade social dominante, o que acarreta a percepção da sua diferença e a luta pelo seu reconhecimento.

O liberalismo, apesar de acreditar que cada pessoa possui um projeto individual de vida, ressalta que essa liberdade individual não pode

obscurecer um compromisso moral maior que é o tratamento justo e igual entre todas as pessoas. Há uma grande valorização da liberdade individual, mas o compromisso com uma cidadania igualitária se mantém.

Os comunitaristas acreditam que, na prática, essa liberdade leva a um individualismo exacerbado, à medida que descarta qualquer referência a um ponto de partida moral que implique autoconsciência ou reflexão. (SOUZA, 1996, p. 26).

A ausência de parâmetros discutidos socialmente entre os vários grupos que compõem a sociedade leva a um individualismo que encontra no consumismo a forma de definição da vida bem sucedida.

Souza (1996) ressalta que também Taylor vê dificuldades na noção liberal de autonomia individual, na medida em que só existem concepções de boa vida que só podem ser perseguidas em comum. Por isso uma sociedade liberal deveria ser julgada pela forma como trata as minorias, incluindo aquelas que não compartilham da definição pública do que é considerado bom e se julgam discriminadas por isso. A dignidade só se constitui no reconhecimento mútuo.

A presunção aqui é a de que é o reconhecimento que cria e produz a identidade social, sendo a produção de imagens depreciativas impostas a grupos subjugados de todos os tipos um dado que compromete substancialmente o ideal de tratamento igualitário preconizado pelos liberais. (SOUZA, 1996, p. 27).

Apesar da categoria de reconhecimento ser um aspecto importante ao se discutir medidas concretas que visem eliminar o preconceito e a discriminação racial no Brasil, há especificidades no Brasil que devem ser levadas em consideração.

Leve-se em consideração o mito da democracia racial. Apesar de ser um mito que encobre as desigualdades raciais, é nosso mito fundante. O Brasil funda-se enquanto nação na medida em que se vê como resultado de uma miscigenação entre “raças” que produziu uma nação nova e, a despeito de seus problemas, vê-se como uma nação de futuro.

Tal mito possui um certo projeto que, se levado a cabo, poderia produzir uma democracia mais justa e igualitária. Apesar de este mito encobrir o preconceito, ele faz com que as pessoas se envergonhem de serem preconceituosas e, em todas as camadas sociais, encontra certa rejeição ao preconceito contra o negro. (SOUZA, 1996, p. 34).

Mesmo no projeto do CENEG, fica patente a incorporação desse mito, na medida em que brancos e negros podem participar de seus cursos.

Portanto, tal mito pode ensinar um projeto de solução das desigualdades sociais diferente do modelo americano.

2.1 O papel da educação na formação da autoestima

O CENEG nacional publicou duas “cartilhas” destinadas ao aperfeiçoamento dos professores da rede pública de ensino. A primeira, “Escola Multirracial, Popular e Auto-Estima”, tem como objetivo discutir temas pedagógicos que facilitem o trabalho do professor dentro das salas de aulas. Essa revista de cunho pedagógico tem como objetivo buscar práticas pedagógicas numa escola multirracial e popular. A outra cartilha tem como tema “CENEG – Educação e Cidadania Negra”, e discute técnicas sugerindo planos de aulas para a disciplina de Direitos Humanos.

Uma das proposta do CENEG é a criação de um modelo pedagógico que possibilite a elevação da autoestima da população negra. Tal proposta é defendida numa cartilha de temas pedagógicos elaborada para a utilização dos núcleos estaduais do CENEG, intitulada “CENEG – UNIDADES ESTADUAIS. PROJETO DE NACIONALIZAÇÃO. Manual Pedagógico. Propostas Político-Pedagógicas do CENEG”. Essa cartilha foi especialmente elaborada para os profissionais da educação.

O processo educativo é essencial na formação da cidadania. É por meio da escola que a criança aprende as primeiras noções de cidadania. No caso da criança negra, ela enfrenta um tipo de educação que não possibilita o conhecimento de suas origens e muito menos uma visão correta do processo escravista. Muitas vezes o livro didático constrói uma imagem depreciativa do negro na época da escravidão. As formas de resistência que a população negra criou contra o escravismo não são discutidas, fato que pode ser creditado à parca formação dos professores com relação à questão étnico-racial no Brasil. Quando tais questões são discutidas, estas vêm no sentido de reforçar o mito da democracia racial ou a figura do bom senhor.

A Cartilha “Escola Multirracial, Popular e Auto-Estima” tem como objetivo a discussão de estratégias que possibilitem a superação dessa lacuna na formação dos professores. A cartilha foi elaborada pela equipe pedagógica do Núcleo de Estudos Negros (NEN) em parceria com o CENEG.

Um dos pontos fundamentais ressaltados pela equipe é o reconhecimento da escola como um espaço multiétnico/racial. A negação de nossas origens, sejam africanas ou indígenas, inviabilizam o processo de formação de uma identidade positiva nas crianças negras. Como bem destacado por D’Adesky (2001), a formação da identidade passa necessariamente pelo processo de reconhecimento, reconhecimento que se manifesta na necessidade

de revalorização das tradições e culturais africanas. Nossa educação valoriza nossas origens européias, colocadas como axialmente melhores em detrimento da cultura de origem africana e indígena.

Para que ocorra a mudança dessas concepções é necessário que o professor tome contato com essa problemática e redefina práticas pedagógicas.

Instrumentos de controle da ação educativa do professor, também contribuem para a construção da baixa estima do educando negro. Afinal, o modelo de família, de beleza, de padrão social não corresponde à condição étnica, social e econômica imposta a esse segmento. (CENTRO NACIONAL DE CIDADANIA NEGRA. Escola Multirracial, Popular e Auto-Estima. Uberaba, 1998, p. 15).

Tal constatação sobre a cartilha pode ser facilmente observável em nosso padrão estético, que tem como referência de beleza a cor branca e os olhos claros. O padrão social da maioria de nossa população impossibilita o consumo de uma série de produtos que cotidianamente estão em nossas casas através dos meios de comunicação de massa. Tais imagens contribuem para que a criança negra se sinta depreciada e procure negar suas origens etnicorraciais.

Uma nova escola que respeite essa diversidade cultural passa necessariamente pela redefinição do ser negro, pela construção de uma nova referência do significado de ser negro no Brasil:

Ser negro não se limita ao fato de “ser de cor” diferente; refere-se a uma cultura, um povo, uma ancestralidade, uma visão de mundo, um padrão estético. (Conforme definição de Nilma Lino Gomes. APUD CENTRO NACIONAL DE CIDADANIA NEGRA. Escola Multirracial, Popular e Auto-Estima. Uberaba, 1998, p. 16-17).

A formação de uma sociedade democrática passa necessariamente pela revalorização de nossas origens. Sociedade essa que combata imagens depreciativas de ser negro no Brasil. Tal processo, na perspectiva do CENEG, começa na escola através desse novo modelo pedagógico. O material didático de grande parte das escolas apresenta personagens negros exercendo funções consideradas inferiores, personagens estigmatizadas.

Pense nas apresentações de teatro desenvolvidas na escola: quem são as princesas ou fadas madrinhas? São Negras, lindinhas, com seus cabelos enroladinhos? E nas inevitáveis sessões “do que serei quando crescer”, o que podem ser meninos e meninas negras? (Conforme definição de Nilma

Um dos grandes problemas enfrentados para o combate ao racismo e discriminação é a falta de reconhecimento de sua existência por parte da maioria da população e até mesmo dos educadores.

Dentro dessa preocupação, a cartilha apresenta uma série de dados sobre gênero e raça no Brasil, baseados no “Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho”. Tais dados são importantes na medida em que levam ao conhecimento do educador as estatísticas que comprovam o problema e que devem ser discutidas. A cartilha também partilha da concepção da identidade enquanto uma construção social.³⁵ Portanto, ela deve ser trabalhada para que a autoestima se construa.

O racismo e as práticas sexistas, discriminatórias e preconceituosas, segundo a cartilha, só serão efetivamente combatidos quando discutidos publicamente, seja em casa, na escola e no espaço de trabalho.

Depois dessa discussão, a cartilha apresenta uma discussão sobre a autoestima, com um texto de autoria de dois psicólogos, Maria Lúcia da Silva e Severino Lepê Correia. Ao discutir a autoestima, o texto ressalta a necessidade da discussão da nossa história, bem como a percepção de que a autoestima é construída nas relações estabelecidas dentro de diferentes contextos e dimensões. O contexto geopolítico, a territorialidade, a forma como se dá as relações com amigos e familiares, as condições emocionais em que estão inseridas as crianças, as condições socioeconômicas da família, a mobilidade política e o poder político do grupo de origem e as representações que a sociedade tem desse grupo são fatores que podem contribuir para a autoestima. (CENTRO NACIONAL DE CIDADANIA NEGRA, MG – CENEG, 1998, p. 41-42).

Os autores ressaltam que a história oficial faz questão de desconhecer a contribuição do negro na construção desse país. Os currículos não contemplam nenhum assunto relacionado à história africana, fator imprescindível para desconstrução dos estereótipos que caracterizam a população negra desse país.

Negar as próprias origens e desconhecê-las é uma das formas mais violentas de opressão que um povo pode sofrer. Acrescente-se a isso o projeto de nossas elites de branqueamento da população via miscigenação racial.³⁶ Todo esse processo levou, para os autores, ao massacre psicológico da população de pele mais escura, aqueles que não podiam negar

35 CENTRO NACIONAL DE CIDADANIA NEGRA. Escola Multirracial, Popular e Auto-Estima. Uberaba, 1998, p. 28.

36 Para ver como esse projeto foi elaborado e o papel das instituições científicas na criação deste, ver SCHWARCZ, 1993.

seus traços sofreram e ainda sofrem numa sociedade um padrão de beleza, bondade e sabedoria tipicamente ocidentais.³⁷

Para os autores, um dos fenômenos mais visíveis resultantes do processo escravista e do tráfico foi o processo de transformação das pessoas em objetos, que eram negociados como peças³⁸. Ainda na interpretação dos mesmos, ao coisificar o ser humano foi negada a humanidade dos negros. De nove a quinze milhões de pessoas foram seqüestradas de suas tribos e comunidades para se transformar em mercadorias vendidas por vultosos lucros pelos traficantes de escravos³⁹.

O grande impacto da estratégia de animalização, macaqueamento é fazê-lo se sentir um fracassado, à margem da cultura ocidental, como até hoje. Destinado ao subemprego, à margem da cultura ocidental, como até hoje. Destinado ao subemprego, às idéias teológicas alheias, ao constrangimento de não poder ter acesso, em sua grande maioria, ao mínimo exigido para viver com dignidade: folclorizado, explorado, um estrangeiro mesmo estando, hoje em sua própria casa; construindo as escolas que seus filhos não estudaram e, nas que têm acesso, aprendem a se convencerem que seu povo não tem história. (CENTRO NACIONAL DE CIDADANIA NEGRA, MG – CENEG, 1998, p. 47).

Os autores procuram demonstrar que datas oficiais como treze de maio são utilizadas para criar a imagem de um branco benevolente, que aboliu a escravidão ao tomar consciência do sofrimento do povo africano. A abolição parece ser um processo feito pelos brancos, desmerecendo as formas de resistência do povo negro, como as fugas, quilombos, revoltas, irmandades religiosas, e até medidas extremas como o suicídio e aborto que não são abordadas na história oficial.

As escolas ainda ensinam a história oficial pela qual as crianças – negras e brancas – aprendem por meio de grande número de personagens e figuras históricas brancas. As crianças negras desconhecem, portanto, a história dos seus antepassados.

Com isso, a criança negra tende a não se reconhecer no espaço escolar, que passa a não ter nada a ver consigo, nem seu povo. Segundo os especialistas em psicopedagogia, isso influencia no aumento da evasão escolar e

37 SILVA, Maria Lúcia da; CORREIA, Severino Lepê. “Auto-Estima e educação” In: CENTRO NACIONAL DE CIDADANIA NEGRA. Escola Multirracial, Popular e Auto-Estima. Uberaba, 1998, p. 45.

38 Para um aprofundamento dessa concepção do “escravo-coisa” (escravo com um “bem vivo”, propriedade), ver GORENDER, 1988. Para uma interpretação alternativa, ver SLENES, 1999.

39 SILVA, Maria Lúcia da; CORREIA, Severino Lepê. “Auto-Estima e educação” In: CENTRO NACIONAL DE CIDADANIA NEGRA. Escola Multirracial, Popular e Auto-Estima. Uberaba, 1998, p. 46.

no atraso da aprendizagem, visto que, isto é um mecanismo de discriminação presente no sistema de ensino. E com uma idéia negativa sobre seus iguais, logicamente terá uma idéia negativa sobre si própria. (CENTRO NACIONAL DE CIDADANIA NEGRA, MG – CENEG, 1998, p. 53).

Para a superação desses problemas, torna-se imperioso o desenvolvimento da autoestima. Para os autores, a autoestima constitui-se num sentimento de amor-próprio, buscando reconhecer as próprias qualidades, potencialidades e atributos físicos, como também o respeito às próprias imperfeições. (SILVA; CORREIA, 1998, 56).

Existe uma relação íntima entre autoestima e família. Considerando que a família é o principal mecanismo de socialização da sociedade, ela pode tanto reforçar como modificar valores que mantenham a ordem. Como o racismo e o sexismo estão impregnados na sociedade, a família pode ajudar a reproduzir tais fenômenos. (SILVA; CORREIA, 1998, p. 56-57).

Muitas vezes, as crianças negras nascem em famílias em que seus pais possuem baixa autoestima, pais que se encontram em situações marcadas pela destituição de poder e sem perspectivas de futuro. Além disso, cabe ressaltar que, em sua grande maioria, essas famílias estão desconectadas de sua cor, história e cultura.

Os autores defendem a necessidade de ações concretas para a superação das condições em que vive o povo negro. E isso só se dará na medida em que o governo elabore políticas públicas que promovam acesso igualitário aos equipamentos sociais. Além disso, eles ressaltam a necessidade de uma mudança por parte dos educadores, no sentido de perceber o impacto do racismo no psiquismo da criança negra.

A recuperação da autoestima passa por trabalhos que recuperem a referência dos ancestrais e de sua cultura, com isso redefinindo o sentido de ser negro na sociedade.

2.2 A preocupação com os direitos humanos

A disciplina Direitos Humanos merece destaque especial na proposta de combate ao racismo e à discriminação do Centro Nacional de Cidadania Negra. A análise da cartilha “Educação e Cidadania Negra”, elaborada para a formação dos instrutores do CENEG, pode dar elementos para perceber os pressupostos que norteiam a ação do CENEG.

A proposta dessa disciplina é a discussão da situação sociocultural da população negra e a sensibilização dos educadores para situação so-

cial dos negros. Para tanto, torna-se necessário o desenvolvimento de uma Consciência Racial.

E consciência racial, inserida na esfera dos direitos humanos, significa mais que o conhecimento da história passada e atual, mas a participação pessoal na construção de uma visão que possibilite a todos os brasileiros, negros ou não-negros, escreverem um futuro de que todos nos orgulhe-mos. (CENTRO NACIONAL DE CIDADANIA NEGRA. Educação e Cidadania Negra. Uberaba, 2001).

Perceba que a proposta de desenvolvimento de consciência racial implica na adesão de todos os brasileiros. Os diretores da instituição, em vários depoimentos⁴⁰, acentuam que os cursos do CENEG devem incluir todas as pessoas, independentemente de sua origem etnicorracial.

Entre os objetivos que os professores devem atingir ao ministrar a disciplina está a conscientização das adversidades que as pessoas enfrentam nas várias esferas em que estão inseridas: na escola, no trabalho e em espaços de relações cotidianas. Ao conscientizar as pessoas, o curso deve levar à desconstrução do mito da inferioridade/superioridade racial e buscar o estabelecimento de competências e habilidades que levem ao encorajamento e ao exercício da cidadania. O conteúdo da disciplina tem os seguintes tópicos: Panorama Geral da População Negra no Brasil, Indicadores sociais, O Negro e a Educação, A Criança na Escola e Formação da Auto-Imagem/Auto-Estima; Mídia e Representação Afro-Descendente, Linguagem Visual, Representação da Realidade, Construção do Imaginário Coletivo, (Im)parcialidade da Mídia, Socialização pelas Imagens.

No que se refere à proposição imanente a cada um desses tópicos, o primeiro tem como objetivo fundamental a contextualização das desigualdades raciais no Brasil, principalmente no que tange à educação, ao trabalho e à mídia. Quanto ao “Negro e a Educação”, a preocupação é com a tomada de consciência dos mecanismos que levam à autoestima e à desconstrução dos mitos de superioridade e inferioridade introjetados nas pessoas. “Mídia e Representação Afro-descendente” busca desenvolver um olhar crítico, olhar que possibilite a percepção das imagens estereotipadas que a mídia vincula diariamente. Uma reflexão sobre a linguagem visual e suas conseqüências é o principal objetivo deste tópico do curso. No último tópico “A População Negra Brasileira e o Mercado de Trabalho”, leva-se o aluno ao contato com dados relacionados às desigualdades no mercado de trabalho, levantando situações possíveis que os educandos possam enfrentar no seu dia-a-dia, além de ajudar os alunos a sistematiza-

40 Tais depoimentos serão analisados no quarto capítulo.

rem o que foi aprendido e a traçar metas e objetivos que levem à aplicação dos conhecimentos e habilidades adquiridas.

Para esclarecer melhor como os objetivos propostos nos cursos foram concretizados, a apostila passa à discussão dos planos de aulas. Há também textos na apostila para se trabalhar os temas.

A grande preocupação do curso está, primeiro, na apresentação de dados que comprovam a situação de desigualdade racial existente no Brasil. Com o conhecimento dos dados, é possível o desenvolvimento da chamada consciência racial, sendo esse um passo essencial para a superação do racismo; a consciência que não deve ser apenas do negro, mas também do branco. À medida que os brancos se envolvem no processo, as chances de mudanças tornam-se maiores.

A cartilha “Educação e Cidadania Negra” possibilita vislumbrar a proposta de uma educação que não seja indiferente à questão racial, mas que leve as pessoas a enfrentarem a questão.

A preocupação com a formação de instrutores habilitados para enfrentamento da questão racial manifesta-se em mais duas apostilas que possuem o mesmo título “Qualificação de Instrutores ‘Educação’”.

O conteúdo dessas apostilas é formado por textos de autores que trabalharam as implicações da questão etnicorracial nas práticas educativas. Um dos textos “Identidade do Negro Brasileiro e as Relações com as Práticas Educacionais numa Abordagem, de Gênero e Classe” tem como objetivo mostrar aos instrutores a situação da criança negra na escola fundamental. Mostra o papel da discriminação e do racismo na construção de obstáculos que inviabilizam o sucesso da criança negra. Uma das preocupações centrais do texto é mostrar como esses mecanismos afetam as meninas negras.

Existem outros textos que destacam os seguintes temas: a relação entre a mídia e a representação negra, a situação da criança negra na escola. O outro volume de mesmo título apresenta como tópicos os seguintes textos: “Desigualdades raciais no mercado de trabalho e indiferença moral”, “A população negra brasileira e o mercado de trabalho”, “O tempo do Racismo: discriminação hoje, ontem, ou anteontem?”. Todos têm como pano de fundo a demonstração da existência do racismo e da discriminação no mercado de trabalho.

Quanto à apostila “Curso Direitos Humanos”, esta procura fazer um histórico da Declaração Universal dos Direitos Humanos e a seguir apresenta todos os artigos da declaração, comentando cada um dos artigos.

O quarto artigo é um dos mais comentados. Ele afirma que: “Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas”. Ao comentar esse

artigo, procura-se demonstrar como o tráfico e a escravidão marcaram a cultura brasileira. Busca-se também demonstrar como na sociedade brasileira existem situações de trabalhadores em condições de pobreza que são contratados com vínculos aparentemente legais e se encontram em situações similares às dos ex-escravos. O artigo ainda apresenta o sentido que as palavras escravidão e escravo podem assumir nos dias atuais: venda e prostituição de crianças; utilização de crianças na pornografia; exploração do trabalho infantil, bem como práticas exploratórias que afetam as mulheres, como matrimônio sem consentimento e venda de mulheres.

2.3 As cartilhas para crianças

A cartilha “Uma Aula de Cidadania” apresenta duas histórias. A primeira história é a mais ilustrativa das propostas do CENEG. É interessante a percepção analítica sobre os personagens. Pedro é o personagem negro da história. A cartilha começa mostrando que para Pedro o CENEG se constitui num local de encontro com os amigos. Além disso, a história procura ressaltar que Pedro é um aluno exemplar na escola como também um destaque nos esportes. Procura ressaltar que em casa é uma criança muito cuidadosa com a higiene pessoal, cuidado aprendido nas aulas do CENEG sobre saúde bucal e higiene pessoal, e que é repassado aos seus irmãos. Conta também a chegada da personagem Paty (branca e de cabelos loiros), garota vinda de outra cidade e que possui dificuldades com o Português. Devido a essa dificuldade, ela passa a participar das aulas de reforço escolar do CENEG.

O interessante é que a história mostra que Pedro é o que mais ajuda na superação das dificuldades de Paty. Perceba-se que aqui há uma inversão de papéis, pois os estereótipos presentes na sociedade associam as crianças negras às maiores dificuldades na escola. De certa forma, parece que a história busca desconstruir a idéia de que as crianças negras têm mais dificuldades que as brancas na escola.

Há também o personagem Bruno, que é garoto portador de deficiência física, ao narrar a origem de sua deficiência, a história procura ressaltar que apesar de sua necessidade especial, ele é um destaque nos esportes. Há também a apresentação do personagem César, portador de deficiência visual, que tem grande força de vontade e também é um esportista.

Como foi dito anteriormente, o CENEG criou um projeto de esportes para crianças. O “Esporte Solidário” tem como objetivo a integração, socialização de crianças que estão em situações de risco social. O esporte

é visto como um mecanismo para diminuir o tempo ocioso de crianças e adolescentes. Esse programa é ressaltado na apostila "Esporte é vida". A apostila mostra o destaque dos personagens César e Bruno nos esportes do programa do CENEG. Mais uma vez a proposta é combater os estereótipos da sociedade sobre os portadores de deficiência física.

A segunda história da apostila versa sobre noções de higiene bucal e prevenção das cáries.

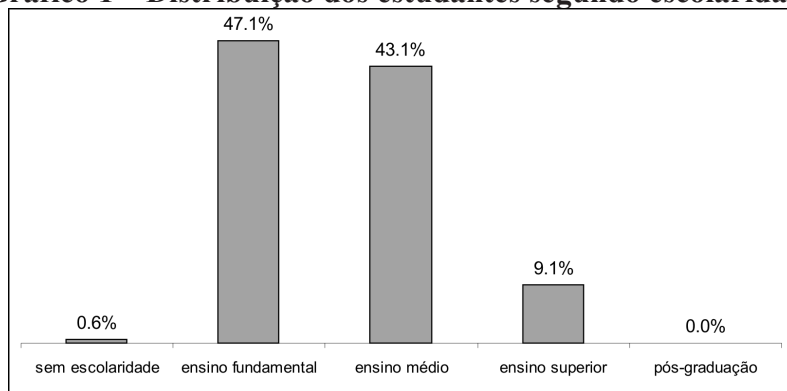
2.4 O perfil dos alunos

Em uma pesquisa⁴¹ realizada pelo CENEG, no ano de 2001, é possível observar o perfil do aluno atendido pela instituição. Esse trabalho havia sido realizado com o intuito de subsidiar um plano estratégico para a atuação em Uberaba. A pesquisa baseou-se fundamentalmente na análise das fichas de inscrição dos alunos. Foram utilizadas 2.200 fichas no período de outubro de 1999 a março de 2001.

Com relação à escolaridade, percebe-se que 47,1% dos alunos cursaram apenas o ensino fundamental, 43,1 % o ensino médio, e apenas 9,1% tinham curso superior. Além disso, 0,6% não possuíam qualquer formação e não havia nenhum estudante que possuísse curso de pós-graduação. A escolaridade é um fator fundamental com relação à falta de acesso ao mercado de trabalho, isso explica porque a instituição tem grande preocupação com a educação.

41 CAIXETA, Gilberto. Et al. A condição da Raça Negra em Uberaba. Projeto de Pesquisa. Uberaba, 2001.

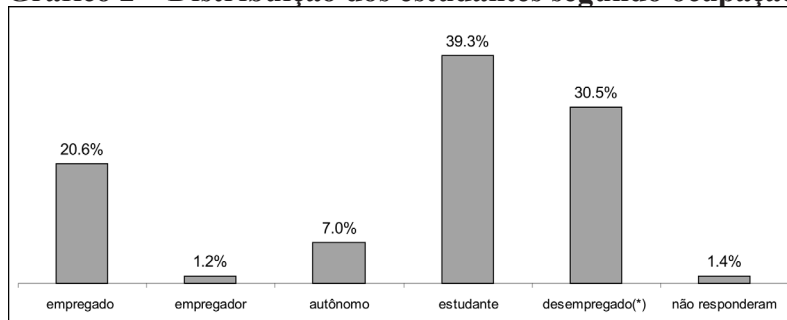
Gráfico 1 – Distribuição dos estudantes segundo escolaridade



Fonte: SILVA, G. C. et al. Pesquisa: “A Condição da Raça Negra em Uberaba: Um Diagnóstico do Centro Nacional de Cidadania Negra (CENEG)”. Uberaba, 2001.

Com relação ao trabalho, a grande maioria dos alunos da instituição são estudantes, 39,3%, seguidos por desempregados, 30,5%; os que estão no mercado de trabalho representam 20,6%. É quase inexistente o número de pessoas que estejam na condição de empregador, apenas 1,2%.

Gráfico 2 – Distribuição dos estudantes segundo ocupação

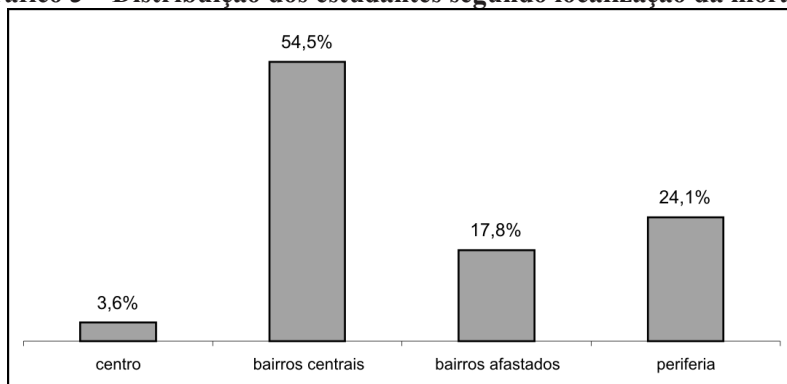


Fonte: SILVA, G.C. e outros. Pesquisa: A condição da Raça Negra em Uberaba: um diagnóstico. Centro Nacional de Cidadania Negra (CENEG). Uberaba, 2001.

(*) Neste item foi agregado à categoria desempregado, os candidatos ao primeiro emprego, que na tabela inicial estavam separados.

No que refere à localização de suas casas, 54,5% tinham suas residências localizadas em bairros mais centrais da cidade, na periferia encontravam-se 24,1% dos alunos entrevistados, 17,8% dos alunos moravam em bairros mais afastados e apenas 3,6% moravam no centro da cidade.

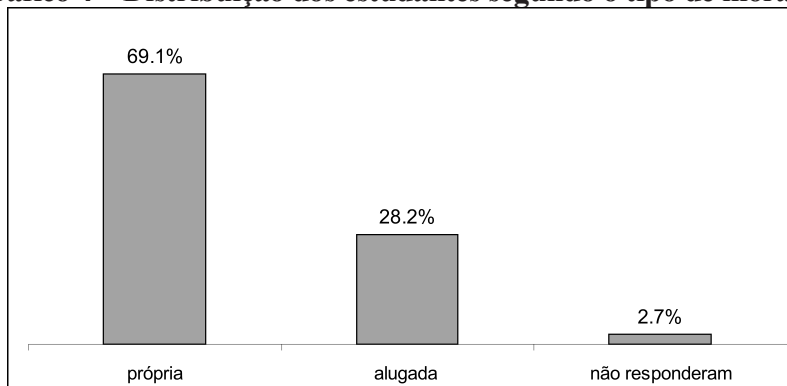
Gráfico 3 – Distribuição dos estudantes segundo localização da moradia



Fonte: SILVA, G.C. e outros. Pesquisa: A Condição da Raça Negra em Uberaba: um diagnóstico. Centro Nacional de Cidadania Negra (CENEG). Uberaba, 2001.

Quanto à moradia, a grande maioria dos alunos do CENEG possuía casa própria, 69,14%, seguidos de pessoas que moravam em residências alugadas, 28,2%, enquanto, 2,68% não responderam o quesito.

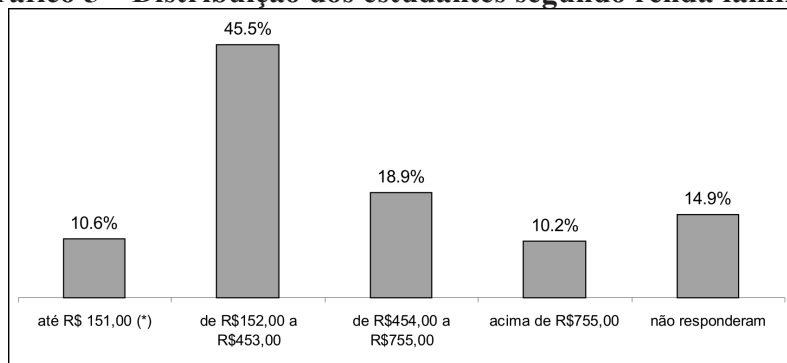
Gráfico 4 – Distribuição dos estudantes segundo o tipo de moradia



Fonte: SILVA, G.C. e outros. Pesquisa: A condição da Raça Negra em Uberaba: um diagnóstico. Centro Nacional de Cidadania Negra (CENEG), Uberaba, 2001.

No que concerne à renda familiar, observa-se que 10,6% dos alunos pertenciam a famílias que ganhavam até R\$ 151,00. A grande maioria dos alunos era oriunda de famílias que ganhavam entre R\$ 152,00 à R\$ 453,00, totalizando 45,5% das fichas pesquisadas. Na faixa mais alta de renda, a representação é baixa como se pode constatar pela leitura do gráfico.

Gráfico 5 – Distribuição dos estudantes segundo renda familiar

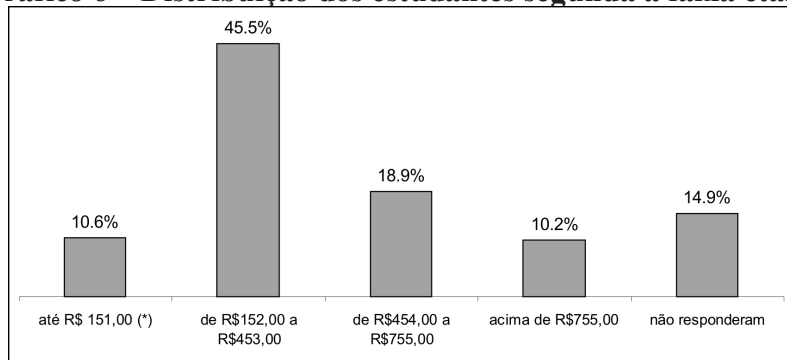


Fonte: SILVA, G.C. e outros. Pesquisa: A condição da Raça Negra em Uberaba: um diagnóstico. Centro Nacional de Cidadania Negra (CENEG), Uberaba, 2001.

(*) Neste item, foram agregadas também as pessoas que ganhavam menos que R\$ 151,00 que no gráfico da pesquisa estavam separadas e representavam 0,7%.

Com relação à faixa etária, a grande maioria dos alunos encontrava-se entre 16 e 20 anos, 50,2%, seguidos dos que estavam na faixa dos 21 a 25 anos de idade, 28,9%, e, acima de 25 anos encontravam-se 13,7% dos entrevistados.

Gráfico 6 – Distribuição dos estudantes segunda a faixa etária

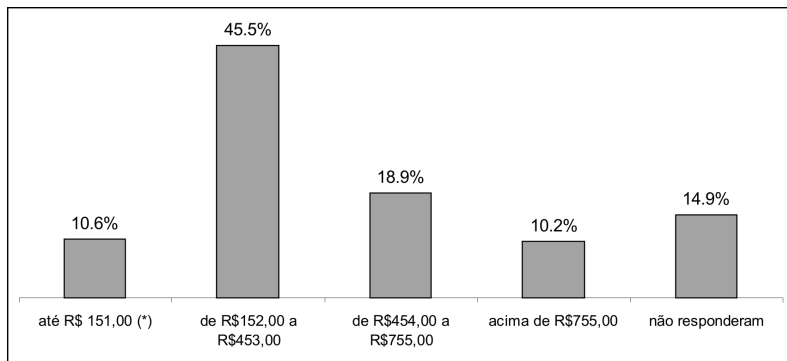


Fonte: SILVA, G.C. e outros. Pesquisa: A condição da Raça Negra em Uberaba: um diagnóstico. Centro Nacional de Cidadania Negra (CENEG), Uberaba, 2001.

Com relação à cor/raça dos entrevistados, observa-se que a pesquisa trabalha com quatro categorias (negro, afro-descendente, branco e não-informado). Além disso, as questões eram fechadas e foram os próprios alunos que responderam, ou seja, está se considerando a auto-identidade. Os dados demonstram que 30,4 % dos alunos se denominavam brancos; 21,4%, afro-descendente; enquanto 19,7% se auto-identificavam como

negros. Constatase que o percentual dos alunos que não responderam a questão é maior do que o dos que se identificavam como negros e afro-descendentes, 28,6%. Como se pode observar, a possibilidade de se fazer o curso não está circunscrita apenas àqueles que se identificam como negros.

Gráfico 7 – Distribuição dos estudantes segundo a identidade etnicorracial



Fonte: SILVA, G.C. e outros. Pesquisa: A condição da Raça Negra em Uberaba: um diagnóstico. Centro Nacional de Cidadania Negra (CENEG), Uberaba, 2001.

Segundo uma das líderes do Centro Nacional de Cidadania Negra, a diferença estabelecida entre negro e afro-descendente está relacionada à cor da pele das pessoas. Negro significa a pessoa que tem a tonalidade de pele preta, enquanto afro-descendente seria uma categoria formada pelas pessoas que possuem tonalidades de pele mais clara; aqui estariam incluídos os mulatos e as diversas matizes de cor. Quanto ao branco, seriam as pessoas que de fato possuem a pele branca. Com relação à categoria não-informado, esta foi utilizada para aquelas pessoas que não queriam falar sobre sua identidade.

Quando perguntada sobre os sentidos dos termos, Cristina assim se posiciona:

Negro. Veja bem [...] negro é pele preta, bem preta. “Definidinho” preto. O Afro-descendente [...] considerou-se como afro-descendente o mulato, o moreno claro, café-com-leite, o branco que tem avô, bisavô que foi negro, qualquer coisa menos a pele preta, então essa categoria se não tem a pele bem escura, está tudo no afro-descendente. E branco, era branquinho. Branquinho, branquinho.

Quando perguntada sobre o sentido da categoria não-informado, posicionou-se:

O não informado era aquela questão, precisava colocar porque a gente não sabia, como trabalhar quando a pessoa começa assim, é realmente não querer falar sobre isso, não quer falar, ou então começa a falar que era umas cores, assim, muito diferente [...], às vezes você perguntava e a pessoa falava para você: ‘Não quero falar sobre isso, eu não sou obrigada a responder essa pergunta’. Nós colocávamos lá, não-informado.

Segundo Telles (2003, p. 106), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 1950 aplica quatro categorias: branco, pardo, preto e amarelo; em 1991 e 2000, incluiu a categoria indígena. Os termos branco e negro referem-se aos extremos desse continuum de cores, enquanto pardo acomoda os vários termos do discurso popular que definem aquelas pessoas resultantes da miscigenação.

Observe que a classificação utilizada pela pesquisa realizada pelo CENEG, no termo afro-descendente as diversas tonalidades de cores estão incluídas, contrapondo-se à definição de negro que são as pessoas de pele preta. Se se considerar que a categoria não-informado inclui pessoas que têm dificuldade de definirem sua identidade etnicorracial, o contingente de negros e pardos atendidos pela instituição pode ser bem maior.

CAPÍTULO 3

O CONCEITO DE AÇÃO AFIRMATIVA E SUAS PERSPECTIVAS NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS

A existência das desigualdades raciais no Brasil sempre foi um fato notório⁴². Apesar disso, tal desigualdade sempre foi associada mais a uma questão de classe ou pobreza do que uma questão propriamente racial. Silva (2000) ressalta que uma das questões mais importantes que vem a público hoje são as marcadas diferenças sociais que estão associadas à cor do indivíduo. Uma das constatações é a de que não apenas as diferenças de renda estão associadas à cor dos indivíduos, mas também às de origens social, geográfica ou educacional. Para Silva, a discriminação racial no mercado de trabalho é possivelmente uma parte relevante na explicação das diferenças de rendas.

Para Silva, um bom diagnóstico da extensão das desigualdades raciais encontra-se na análise da PNAD realizada pelo IBGE, em novembro de 1996. Tal pesquisa restringiu-se à análise dos homens adultos, mais especificamente dos chefes de família. Ao se observar o quesito renda, constata-se que os indivíduos de cor branca recebem mais que o dobro dos rendimentos obtidos por pretos e pardos.

Chegamos aos seguintes valores em reais para as médias de rendimentos totais: R\$ 950 para brancos, R\$ 403 para pretos e R\$ 433 para pardos. (Silva, 2000, p. 36).

Há também marcantes diferenças no que diz respeito a outras características socioeconômicas dos indivíduos. Quanto à escolaridade, o nível médio de anos de estudo atingido pelos brancos é de 6,25% enquanto que para pretos e pardos cai para 3,81% e 3,96%, respectivamente.

Os dados sobre a mobilidade social também são um bom indicativo das desigualdades raciais entre brancos e negros. O autor define mobilidade social como: “processo através do qual pessoas de origem social distinta (isto é, vindas de famílias em posição social distinta) são alocadas em posições distintas na hierarquia social.” (SILVA, 2000, p. 38). Quando se observa a mobilidade social experimentada pelos indivíduos em rela-

42 Para aprofundamento da discussão, ver Hasenbalg, 1979.

ção a seus pais (mobilidade ocupacional intergeracional), constata-se que 52,5% dos brancos, 43,9% de pretos e 45,5% de pardos realizam mobilidade ascendente: “os dois grupos não-brancos experimentaram um grau maior, quase 10% de imobilidade ou herança do *status* paterno.” (SILVA, 2000, p. 44).

Silva observa que, por exemplo, no grupo ocupacional de estrato baixo inferior (trabalhadores rurais não-qualificados) encontram-se 28,8% pessoas de cor preta, 32, 4% de pessoas pardas e 18,5% de pessoas brancas. Partindo para o seu extremo, no estrato alto (profissionais de nível superior e grandes proprietários) encontram-se 7,2% da população branca, 1,5% da população negra e 1,8% da população parda.

Em 2008, novos dados sobre as desigualdades raciais acabam por comprovar a persistência das mesmas. O estudo “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça” analisa uma série de indicadores de mercado de trabalho, educação e saúde, etc.

Pinheiro (2008, p. 33) destaca que embora tenha havido uma melhora na distribuição de renda ainda há a persistência das desigualdades raciais:

Em 2007, entre os 10% mais pobres da população, 67,9% eram negros, e esta proporção cai para 21,9% no grupo dos 10% mais ricos. Já no grupo de 1% mais rico da população, somente 15,3% eram de indivíduos negros. (Pinheiro, 2008, p. 33).

Com relação aos indicadores de educação entre brancos e negros a situação não melhorou, pelo contrário, piorou para a população negra. Pinheiro (2008, p. 19) destaca que ao se analisar simultaneamente as clivagens de raça e gênero, apesar dos avanços das políticas educacionais dos últimos quinze anos, como a queda do analfabetismo, esses avanços não foram capazes de reduzir as distâncias entre negros e brancos. Em 2007, a média de estudo dos negros é inferior à verificada para brancos em 1993:

Assim, enquanto a média de anos de estudo era de 7,1 para brancos e de 4,7 para negros no início do período acompanhado, em 2007, estes valores subiram para 8,8 e 6,8, respectivamente. Uma redução de apenas 0,4 anos na desigualdade em um período acumulado de quinze anos. (Pinheiro, 2008, p. 19).

Tais dados demonstram a necessidade da criação de políticas públicas específicas para que a população negra possa suplantar essa situação. Políticas dessa monta foram essenciais no combate às desigualdades raciais nos Estados Unidos.

Nos Estados Unidos, a abolição da escravidão ocorreu em 1863 e em 1890 surgiu o Movimento Segregacionista, buscando a separação entre brancos e negros. Tal movimento perdurou até a década de 1970 do século XX, sendo que a partir de 1954 começa a ser desarticulado pela Suprema Corte Americana, quando esta julga de maneira favorável a ação de um estudante contra a segregação de alunos em escolas públicas com base na raça. (MOEHLECKE, 2000, p. 183).

Com o fim das leis segregacionistas, há uma ampla defesa dos Direitos Civis por lideranças nacionais, apoiadas por liberais progressistas brancos e, principalmente, pelo Movimento Negro. Esses movimentos também questionavam a crença de que a existência de leis antirracistas garantiria a igualdade de oportunidade a todos. Na visão desses movimentos, que ganhavam cada vez maior aceitação na opinião pública, era necessária uma postura mais ativa por parte do Estado no combate ao racismo e à discriminação. Com isso surge a idéia de ações afirmativas. Segundo Moehleck (2000), as primeiras políticas de ações afirmativas para reverter a situação de desigualdade entre negros e brancos foram implementadas nos Estados Unidos a partir da década de 1960.

Um dos trabalhos mais elucidativos sobre o conceito de ação afirmativa, bem como sua história do debate jurídico norte-americano é a pesquisa realizada pelo professor e jurista brasileiro Joaquim B. Barbosa Gomes, nos Estados Unidos.

O processo revolucionário desencadeado pelas revoluções francesa e americana do século XVIII, presencia a ascensão da idéia de igualdade como um princípio incontornável das novas constituições resultantes desses processos históricos. O conceito de igualdade passou a ser uma construção jurídico-formal, segundo o qual a lei, genérica e abstrata, deve ser igual para todos, sem distinção. O aplicador da lei deve incidir a lei de forma neutra. (GOMES, 2001, p. 2).

Gomes (2001, p. 2) demonstra que tal concepção de igualdade foi forjada na luta da Burguesia contra o Antigo Regime que distinguia as pessoas pela linhagem e posição social. O conceito que estava sendo construído era marcado por uma concepção de igualdade formal. Tal idéia foi central no constitucionalismo do século XIX e de boa parte do século XX.

Assim, “A experiência mostrou, contudo, que, tal como construída, à luz da cartilha liberal oitocentista, a igualdade jurídica nada mais era do que uma mera ficção.” (GOMES, 2001, p. 3).

Na medida em que as lutas sociais se desenvolviam, tornava-se cada vez mais imperiosa uma concepção de igualdade que transcendesse o as-

pecto formal e se transformasse numa concepção substancial de igualdade. Era necessário que o princípio de igualdade fosse operacionalizado.

Gomes (2001, p. 4) ressalta o surgimento de uma postura que buscava um conceito de igualdade material ou substancial. Essa nova visão busca superar o formalismo das constituições, recomendando-se a necessidade de se observar as desigualdades concretas existentes na sociedade. Situações desiguais devem ser tratadas de forma dessemelhante.

Produto do Estado Social de Direito, a igualdade substancial ou material propugna redobrada atenção por parte dos aplicadores da norma jurídica à variedade das situações individuais, de modo a impedir que o dogma liberal da igualdade formal impeça ou dificulte a proteção e a defesa dos interesses de pessoas socialmente fragilizadas e desfavorecidas. (GOMES, 2001, p. 4).

A noção de igualdade formal começa a ser questionada por uma postura marcada pela busca da igualdade de oportunidades. Essa noção passa a ser a justificativa de experimentos constitucionais que objetivam diminuir ou extinguir o peso das desigualdades econômicas e sociais. Torna-se cada vez mais imperiosa a promoção da justiça social.

A antiga concepção de igualdade captava o ser humano numa dimensão abstrata e genérica, sem percebê-lo enquanto ser dotado de singularidades. Para que a igualdade fosse concretizada, seria necessário que as categorizações produzidas socialmente, como o gênero, idade, etnia e raça fossem levadas em consideração. (GOMES, 2001, p. 5).

Tais políticas sociais que se concretizaram a partir desse novo princípio foram denominadas de ação afirmativa ou, segundo Gomes, na terminologia do direito europeu de “discriminação positiva”. Para Gomes, essa nova postura por parte do Estado abandona a tradicional posição de neutralidade estatal e passa a atuar ativamente na busca da concretização da igualdade positivada nos textos constitucionais. Com isso, Gomes precisa o conceito de ação afirmativa:

Concebidas pioneiramente pelo Direito dos Estados Unidos da América, as ações afirmativas consistem em políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e competição física. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação cultural, estrutural, enraizada na sociedade. De cunho pedagógico e não raramente

impregnadas de um caráter de exemplaridade, têm como meta, também o engendramento de transformações culturais e sociais relevantes, inculcando nos atores sociais a utilidade e a necessidade da observância dos princípios de pluralismo e da diversidade nas diversas esferas do convívio humano. (GOMES, 2001, p. 6).

Ainda segundo Gomes, para que tais políticas tenham sucesso, são necessárias a adesão das forças sociais ativas e a conscientização da própria sociedade da necessidade de se eliminar ou se reduzir as desigualdades sociais que operam em detrimento das minorias.

Ao defender as políticas de ações afirmativas, Gomes (2001, p. 20) busca enfatizar que a mera proibição da discriminação nas leis não produz resultados satisfatórios. Esse tipo de sanção não leva em consideração fatores importantes em matéria de discriminação, pois esta está intimamente ligada a uma questão cultural. Certos comportamentos ou concepções sobre as minorias estão tão arraigados no imaginário coletivo que são tidos como normais. Além disso, a mera proibição não leva em consideração a discriminação ocorrida no passado. Países de passado escravocrata, como o Brasil, possuem a tendência de reservar aos negros e às mulheres os postos de trabalhos associados a posições servis e manuais.

Gomes (2001, p. 36) enfatiza que um dos mores centrais da sociedade liberal capitalista é a noção de neutralidade estatal. O Estado não deve intervir nas esferas da vida econômica, no domínio espiritual, bem como na esfera íntima das pessoas. Essa não-intervenção garantiria a existência da igualdade entre os grupos.

Tal noção de neutralidade estatal tem se revelado fracassada em nações ou sociedades que mantiveram certos grupos de pessoas em posição de subjugação legal. A simples existência do princípio legal de igualdade não reverteria um quadro de desigualdade produzido historicamente, em uma sociedade marcada pelo seu passado escravocrata.

Para Gomes (2001, p. 37), a possibilidade de ruptura com essa situação é deixar a postura neutra em relação ao social e assumir cada vez mais uma postura ativa e até radical de acordo com os princípios norteadores da sociedade liberal.

A origem dos programas de ações afirmativas pode ser buscada no Direito Inglês. O conceito de Equity está na origem das noções de ação afirmativa. Tal princípio estabelece a necessidade de se levar em conta situações particulares no julgamento dos casos ao invés da pura aplicação da norma. Estabelecer a igualdade na lei entre brancos e negros sem levar em consideração a especificidade da situação dos negros pode aumentar ainda mais as desigualdades entre os grupos. O sentido inicial do concei-

to de ação afirmativa que aparece nas decisões da Corte Americana é de reparação por uma injustiça passada. E sua primeira referência apareceu na legislação trabalhista de 1935 que previa que se um empregador discriminasse seu sindicalista ou operário sindicalizado, ele deveria criar ações afirmativas para que estes ocupassem as posições que estariam caso não houvesse discriminação. (GUIMARÃES, 1999, p. 154).

As ações afirmativas representam, então, uma nova postura do Estado que buscará levar em consideração os fatores como sexo, raça e cor no combate às desigualdades.

Numa palavra, ao invés de conceber políticas públicas de que todos seriam beneficiários independente da sua raça, cor ou sexo, o Estado passa a levar em conta esses fatores na implementação das suas decisões, não para prejudicar quem quer que seja, mas para evitar que a discriminação, que inegavelmente tem fundo histórico e cultural, e não raro se subtrai ao enquadramento nas categorias jurídicas clássicas, finde por perpetuar as iniquidades sociais. As medidas assim concebidas são em geral qualificadas como “race-conscious measures” ou “race-sensitive measures”. (GOMES, 2001, p. 39).

Gomes (2001, p. 40) ressalta que, no início da década de 1970, começa a se operacionalizar uma mudança conceitual com relação ao conceito de ações afirmativas. É dessa época a vinculação entre o conceito de ação afirmativa e a busca de certas metas estatísticas concernentes à presença de negros e mulatos em determinado setor do mercado de trabalho.

Atualmente, as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como educação e o emprego. (GOMES, 2001, p. 40).

Gomes observa que a mera proibição como medida preventiva contra a discriminação não basta. É necessário promover, buscar, tornar rotineira a observância dos princípios de diversidade e pluralismo. A partir dessa nova postura é possível pensar uma mudança nos comportamentos e na mentalidade das pessoas que ainda estão condicionadas pela tradição, costume e história.

Essa medida seria o reconhecimento oficial da persistência e da perversidade das práticas discriminatórias e da necessidade de sua elimina-

ção. As políticas afirmativas induziriam transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica e operariam mudanças no imaginário coletivo, marcado pela ideal branco de supremacia. Essas políticas cumpririam o objetivo também de criar as chamadas personalidades emblemáticas, que seriam exemplos vivos de mobilidade social. (GOMES, 2001, p. 49).

Gomes (2001, p. 54-55) observa que a modalidade mais antiga e eficaz de ação afirmativa foi instituída pelo Decreto Executivo nº. 11.246/65, na administração Lindon Jonhson. O governo não teria como princípio obrigar o empregador privado a cumprir as metas de integração de minorias em seus quadros, mas em todos os contratos firmados entre a administração e os agentes privados, ficaria condicionado o comprometimento não só de contratar em percentuais razoáveis certas minorias, mas igualmente oferecer-lhes efetivas condições de progressão na carreira. Tal decreto foi operacionalizado por um órgão específico do ministério do trabalho. Posteriormente, o congresso norte-americano se apossaria da idéia, instituindo um plano de ação afirmativa (Public Works Employment Act, 1977) nos mesmos moldes, só que voltado às contratações referentes a obras públicas.

Outra forma utilizada pelo Estado norte-americano foi em relação ao financiamento da educação. As instituições educacionais que recebessem recursos financeiros federais tinham por obrigação promover a integração e a diversidade cultural em seus programas. Em seus processos de seleção dos alunos, deveriam ser levados em consideração fatores como raça e sexo.

O princípio de igualdade ocidental busca tornar irrelevante características como raça e sexo na esfera pública. O Direito Americano romperia com tal paradigma. Apesar de critérios como raça e gênero serem, em princípio, suspeitos em termos constitucionais, são compatíveis com a lei quando concebidos com o fim exclusivo de corrigir injustiças e promover a igualdade (GOMES, 2001, p. 77). A ação afirmativa está de acordo com o princípio constitucional de igualdade expresso na constituição norte-americana. Gomes também analisa como tal princípio concretizou-se em diversas esferas da vida social. Os primeiros programas de ação afirmativa datam da década de 1960. Tais programas foram viabilizados a partir de um decreto administrativo do Presidente Kennedy que buscava medidas positivas no sentido de inserção dos negros no sistema de educação de qualidade, que historicamente esteve reservado a pessoas brancas. (GOMES, 2001, p.103).

No caso da educação, um dos casos mais polêmicos foi *Regents of University of California v. Bakke*. Foi o primeiro caso em que a Suprema Corte teve de decidir sobre a constitucionalidade de um plano de ação afirmativa. A Faculdade de Medicina da Universidade da Califórnia havia

criado um programa de admissão de preferência às minorias. Dezesseis por cento das vagas seriam reservadas às minorias. Gomes, (2001, p. 104) ainda assinala que existia uma falha no programa, pois as minorias poderiam concorrer tanto para o percentual reservado como para as outras vagas restantes. Em função desse motivo, um candidato branco, sentindo-se prejudicado, moveu ação contra a faculdade, alegando que ele havia sido prejudicado no seu direito à lei de igual proteção. O juiz Lewis Powell, membro da Suprema Corte⁴³, ao analisar o caso, acabou anulando a decisão da universidade, por entender que esta não tinha competência para apurar a existência da discriminação no passado. A apuração devia ser feita pelo governo federal, mas reconheceu a legitimidade dos programas de ação afirmativa. (GOMES, 2001, p. 105-107).

Tais programas são válidos em certas condições. E em determinadas situações, o fator “raça” pode ser considerado um “fator positivo” se somado a outros no processo de seleção de alunos no ensino superior. (GOMES, 2001, p. 109).

Em suas conclusões, Gomes (2001, p. 232-233) observa que as ações afirmativas têm sido vistas como uma modalidade de recompensa às vítimas históricas da opressão e da segregação. A inviabilidade de se quantificar monetariamente o prejuízo sofrido no presente e no passado pelas vítimas da discriminação torna viável a compensação na forma dos programas de tratamento preferencial. Tais programas são essenciais para a implementação de princípios de pluralismo e diversidade. Além disso, as ações afirmativas seriam excelente instrumento de fomento ao surgimento de exemplos vivos de ascensão social, política e cultural.

Observe que, tanto nos Estados Unidos como no Brasil, aos negros foram negados os benefícios da ordem econômica, política e social em função da escravidão no passado e da discriminação e do racismo no presente.

Gomes (2001, p. 234-235) também demonstra as objeções que geralmente se apresentam contra os programas de ações afirmativas. Um dos primeiros seria o caráter desagregador que tais programas podem gerar na sociedade, sempre que um grupo é beneficiado, um outro se sente prejudicado. Um segundo ponto, sempre ressaltado, é que os beneficiários desses programas, geralmente são os negros de classe média alta, sendo raramente atingidos os negros pobres em consequência das exigências de qualificação profissional.

43 Caso o leitor tenha interesse no assunto e, principalmente, conhecer as principais decisões da Suprema Corte dos Estados Unidos que resultaram em ações afirmativas, seja no campo da educação, de contratação e dispêndios de Recursos públicos, sejam as relacionadas ao emprego, ver GOMES, 2001.

Outro aspecto levantado seria a indevida intromissão governamental na gestão das empresas e no exercício das profissões que desrespeitaria os princípios de liberdade acadêmica e da livre empresa. Somam-se a isso as dificuldades de se apontar com precisão as pessoas que seriam beneficiadas por esses programas. E, por fim, a idéia de que a “raça” não seria a causa verdadeira da desigualdade, mas sim a situação de “classe”. Observe que essas duas últimas objeções são as que mais têm força no Brasil.

Guimarães (1999) também aponta as principais críticas à implementação das ações afirmativas no Brasil:

- a) as ações afirmativas significariam o reconhecimento de diferenças étnicas e raciais entre os brasileiros, contrariando a idéia que somos um só povo;
- b) as discriminações positivas seriam um atentado contra o princípio universalista individualista do mérito e reforçaria o particularismo e personalismo que caracteriza a vida pública brasileira;
- c) não existem possibilidades reais de implantação de tais políticas, pois é difícil definir quem seriam seus beneficiários.

Uma das características presentes na agenda antirracista do pós-guerra foi a discussão do conceito de raça buscando demonstrar o seu viés ideológico e sua ineficácia para a explicação das diferenças humanas. Para essa visão, uma das formas de combate ao racismo é o banimento do conceito raça dos compêndios científicos e da discussão política. O não-reconhecimento poderia ser a forma mais eficaz de combate ao racismo. Tal visão se expressa claramente no primeiro argumento, pois a criação de políticas públicas baseadas em critérios etnicorraciais poderia implantar e acirrar o racismo entre nós. (GUIMARÃES, 1999, p.170-171).

Quanto ao segundo argumento, é sabido que o Brasil se constituiu historicamente como uma nação marcada por hierarquias e privilégios. Para os partidários desse argumento, as políticas de ação afirmativa reforçariam ainda mais esta forma de sociedade. Quanto ao terceiro argumento, a dificuldade de implantação de tais políticas se deve ao fato de não poder definir claramente quem é negro no Brasil. (GUIMARÃES, 1999, p.170-171).

A dificuldade de se definir quem são os negros casa-se com a percepção de certo número de brasileiros não-brancos da noção de “unidade” do povo brasileiro. Tal noção é defendida como um instrumento contra a marginalização; tais brasileiros acreditam ser mais difícil excluir quem não deseja ser excluído. (SANSONE, 1998, p.16).

A maioria desses argumentos casa-se com a percepção de que políticas de cunho universalista de combate à pobreza teriam maior eficácia no combate à discriminação e ao racismo, posto que os negros compõem a maioria pobre, que por sua vez compõe a sociedade brasileira. Como já demonstrado, as medidas de cunho universalista não rompem com os mecanismos informais do racismo e da discriminação que continuam operando.

Na visão de Guimarães (1999), para que as políticas de ação afirmativa tenham sucesso, elas precisam estar ligadas a políticas de cunho universal:

Políticas como essas devem estar ancoradas em políticas de universalização e de melhoria do ensino público de primeiro e segundo graus, em políticas de universalização de assistência médica e odontológica, em políticas sanitárias, enfim, numa ampliação da cidadania pobre no Brasil [...]. O que está em questão, portanto, não é uma alternativa simples, diria mesmo, simplista, entre políticas de cunho universalista versus políticas de cunho particularista. O que está em jogo é outra coisa: devem as populações negras, no Brasil, satisfazer-se em esperar uma “revolução do alto”, ou devem elas reclamarem, de imediato e *pari passu*, medidas mais urgentes, mais rápidas, ainda que limitadas, facilitem seu ingresso nas universidades públicas e privadas, que ampliem e fortaleçam os seus negócios, de modo que se acelere e se amplie a constituição de uma classe média negra? (GUIMARÃES, 1999, p. 173).

Há também visões intermediárias sobre os tipos de soluções a serem adotadas, levando em consideração a especificidade de nossas relações raciais. Poderia se pensar em criar espaços limitados, porém concretos, que levassem à formação e profissionalização dos negros. Um exemplo disso seriam os cursos de pós-graduação sobre temáticas relacionadas à população negra que atraem jovens sem estigmatizá-los. Ou também a criação de cursos noturnos em que a presença de alunos negros é muito mais constante. Tal proposta poderia ser caracterizada por certo “universalismo guiado” que seriam um conjunto de medidas locais, regionais, para certas camadas sociais. Tal política alcançaria uma grande massa de negros, sem levar à etnização dos investimentos sociais. (SANSONE, 1998, p. 14-17).

Tal ação afirmativa seria de caráter silencioso, mais real que político, para tentar reverter essa situação de discriminação silenciosa. Tal argumento é reforçado pela percepção de que medidas de caráter afirmativo atenderiam os negros que já têm certa escolaridade, deixando de lado o grosso da população negra.

Aqui, então muito menos do que nos EUA, eventuais medidas podem ser concentradas no combate à discriminação racial nos empregos de classe média simplesmente porque seriam relativamente poucos os negros atingidos – embora, do ponto de vista da imagem pública e da auto-imagem dos negros, seja importante a presença de mais negros em empregos desse tipo. Mais relevante, parece-me, é pensar em medidas que atinjam o coração do mercado de trabalho, e os nichos e a regiões onde se concentram os não brancos. (SANSONE, 1998, p. 15).

Além disso, há o problema das consequências políticas da implantação das ações afirmativas.

O Estado pode criar condições melhores para a ascensão social dos negros, reconhecendo, tutelando e promovendo a transformação de um grupo racial em uma (grande) minoria étnica politicamente organizada, ou garantindo os direitos de todos e minimizando as diferenças raciais. Escolher entre as duas posturas, coloca o problema de alocação dos recursos públicos e da redistribuição de renda que o Estado deveria, de alguma forma, garantir: das classes altas para as baixas, das classes altas para os negros ou, como parecem sugerir alguns teóricos da “reparação”, dos brancos para os negros. (SANSONE, 1998, p. 16).

Talvez o que está em jogo na discussão sobre ações afirmativas seja a constituição de uma identidade negra no Brasil. As ações afirmativas seriam instrumentos de sua construção, seria o recurso para a substituição de um sistema classificatório racial múltiplo por um sistema do tipo americano, bipolar, que é visto como positivo por muitas lideranças negras. Para as lideranças negras, não está só em jogo o acesso aos bens econômicos, mas uma correta consideração em relação à diferença. Contudo, as políticas de ações afirmativas, ao buscar enfatizar a diferença, poderiam aumentar o clima de hostilidade entre brancos e não-brancos, pois a categoria “raça” passaria a ser central na auto-identificação da pessoa no Brasil após a adoção de políticas de ações afirmativas. (BERNARDINO, 2000, p. 285).

No debate sobre ações afirmativas há, segundo Guimarães (1999), pelo menos duas perspectivas no debate. A primeira é conhecida como axiológica e normativa que remete a uma discussão em termos da correção ou do não-tratamento de qualquer indivíduo a partir de suas características específicas e grupais. O valor dessa perspectiva é de que todo indivíduo deve ser tratado de forma igual, independentemente de suas características grupais. O mérito e o desempenho devem ser medidas de seu tratamento,

independente da situação do grupo a que pertence. Dessa visão decorrem algumas posições: a liberal e a conservadora.

A posição liberal aceita discutir tratamento diferenciado e privilegiado para indivíduos pertencentes a determinados grupos que sofrem ou sofreram discriminação negativa e difusa em amplos setores da vida nacional. Mas, tal aceitação é circunscrita a situações concretas e a condições específicas que tornariam tais políticas permissíveis do ponto de vista moral. (GUIMARÃES, 1999).

Em contrapartida, a posição conservadora atribui a responsabilidade aos indivíduos pela posição social que ocupam na sociedade. Por isso, qualquer interferência estatal nessa situação é vista como indevida. Na sociedade americana, tal posição sugere que se há um grupo étnico, racial, religioso ou sexual em situação de desvantagem permanente, essa desvantagem está associada às características que identificam o grupo. (GUIMARÃES, 1999).

A posição de esquerda busca demonstrar que as noções de individualismo e mérito não passam de fachada ideológica, pois mascaram a opressão e a exploração de grupos dominados e discriminados. Na sua percepção, a reação contra as ações afirmativas esconde uma nova forma de racismo não-declarado. (GUIMARÃES, 1999).

Uma nova perspectiva sobre o assunto e que ganha cada vez mais peso a favor das políticas de ações afirmativas é de natureza histórico-sociológica. Tal perspectiva enfatiza os impactos que as ações afirmativas tiveram ou podem vir a ter na estrutura social. (GUIMARÃES, 1999).

Na visão axiológica e normativa, as políticas de ações afirmativas teriam substituído o tradicional igualitarismo americano, que é centrado na idéia de igualdade de oportunidades para indivíduos, por uma igualdade de resultados centrada não mais no indivíduo, mas no grupo identitário a que pertence o indivíduo.

Para Guimarães (1999), há uma diferença fundamental do sentido antigo e moderno de ação afirmativa. Enquanto no sentido antigo, a política de ação afirmativa visava corrigir uma situação de discriminação passada sofrida pela pessoa e comprovada, no sentido moderno a ação afirmativa é implementada para evitar que um grupo venha a sofrer discriminação. Na visão moderna, existe um grupo de pessoas que possui a grande probabilidade de sofrer discriminação. Observa-se que, no primeiro caso, a ação pode ser considerada reparatória, enquanto no segundo preventiva. As duas noções refletem a influência do conhecimento sociológico sobre as causas da discriminação e do racismo.

A legislação inicial que foi promulgada na administração Kennedy-Johnson era composta de leis que coíbiam a discriminação e a segregação

raciais, além de buscarem criar condições de igualdade de oportunidades educacionais, de vida e de trabalho para todos os americanos. Eram leis e políticas que poderiam ser caracterizadas como compensatórias, de certa forma, uma reparação ou compensação para corrigir a desvantagem que os negros teriam em relação aos brancos devido à escravidão praticada anteriormente.

Tais políticas compensatórias podem ser diferenciadas das políticas de tratamento preferencial. As de tratamento preferencial envolvem a suspensão dos padrões de competição ao adotarem, por exemplo, as cotas ou outros instrumentos que favoreçam os indivíduos que pertencem a determinados grupos sem levar em consideração o mérito individual.

As primeiras políticas de ações afirmativas implementadas na administração de Eisenhower assumiram o sentido de tratamento preferencial. Ações afirmativas de tratamento preferencial foram adotadas por causa da constatação da pouca eficácia da legislação e das políticas de cunhos universalista e individualista.

Guimarães (1999) mostra que a jurisprudência desenvolvida inicialmente nas Cortes Americanas sobre a legalidade das chamadas ações afirmativas é marcada pela noção de reparação. Posteriormente, há um esforço por parte das Cortes no sentido de separar a noção de Ação Afirmativa de Cotas. A diferença entre os dois conceitos passa a ser fundamental para uma nação que tem um senso de justiça republicano e individualista.

Para os conservadores americanos, o problema da cota está justamente em ignorar a questão do mérito individual. Independentemente do desempenho do indivíduo, os recursos coletivos seriam alocados por grupos de acordo com o seu peso proporcional na população. Supondo-se que no Brasil existissem 47% de negros na população e 20% de brancos, a distribuição de cargos em universidades e empresas deveria obedecer tal proporção. Tal sistema seria extremamente injusto, pois impediria que pessoas chegassem a determinadas posições em função das suas características grupais.

A partir da injustiça que um sistema de cotas rígido poderia levar, as decisões das Cortes passam a diferenciar a idéia de Cotas de Metas. Segundo Guimarães, em voto proferido na Suprema Corte a ministra Sandra Day O 'Conor deixa claro a distinção entre os dois termos:

Para ser consistente com o estatuto, um contrato ou uma meta de contratação baseada em raça deve pretender servir meramente como parâmetro para mensurar o cumprimento do título VII e eliminar os efeitos remanescentes de discriminação passada, ao invés de estabelecer um requisito numérico rígido, que deverá ser incondicionalmente cumprido, sob pena

de sanção. Obrigar um empregador ou sindicato a utilizar determinada percentagem de postos com o emprego de membros de minorias ou de grupos, e fazê-lo sem prestar atenção a circunstâncias tais como condições econômicas ou número de candidatos minoritários qualificados que se oferecem, é impor uma cota inadmissível.

Em contraste, uma meta admissível requereria apenas esforço bem intencionado de parte do empregador ou sindicato para atingir um limite de variação compatível com a meta estabelecida. (Justice Day O' CONNOR, 1986 apud Jones, 1993, p. 359, In: GUIMARÃES, 1999).

Para Guimarães, o problema das cotas detectado pela ministra era não resguardar o mérito individual, a qualificação dos membros da maioria e a liberdade dos empregadores. Por isso, uma meta a ser cumprida seria mais viável:

a sobre-representação de pessoas com uma mesma característica “naturalizada” deve ser investigada, não porque seja anormal, mas porque “sexo”, “cor”, “raça”, “etnia” são construções sociais usadas para monopolizar tais recursos. (GUIMARÃES, 1999, p. 158).

Com isso, apresenta-se a definição de ação afirmativa proposta por Guimarães:

Ações afirmativas são políticas que visam afirmar o direito de acesso a tais recursos a membros de grupos sub-representados, uma vez que se tenham boas razões e evidências para supor que o acesso seja controlado por mecanismos ilegítimos de discriminação (racial, étnica, sexual). A atribuição de metas de redistribuição é apenas um recurso de correção de mecanismos bastante entranhados de discriminação, que impedem, por exemplo, que uma pessoa com certos atributos físicos ou culturais seja membro de diretorias ou admitida em algumas profissões, etc. Em qualquer caso, é necessário acreditar que existem mecanismos de discriminação atuando na distribuição observada; segundo, que existe vontade, por parte dos indivíduos com tais atributos, de concorrer a estes postos; terceiro, que sua qualificação para o desempenho dessas funções não esteja aquém do que é, em geral, requerido. Ou seja, políticas afirmativas visam corrigir, e não eliminar, mecanismos de seleção por mérito, e garantir o respeito à liberdade e à vontade individuais. (GUIMARÃES, 1999, p. 159).

Como observa bem Guimarães, os programas de ações afirmativas não se encontram contra a tradição liberal americana, pelo contrário, eles

acabam por corrigir mecanismos discriminatórios que impediriam uma competição justa entre brancos e negros.

No debate americano, observam-se duas posições de defesa pelas ações afirmativas: de um lado os que defendem a idéia de mérito e igualdade de oportunidades e, de outro, os que a defendem a partir de uma ética política e não acreditam nem na meritocracia nem no individualismo. Guimarães (1999, p. 163) também ressalta a posição de Duncan Kennedy que defende as ações afirmativas, devido ao fato destas garantirem a representação da diversidade cultural em todos os âmbitos da vida pública.

3.1 As diferenças entre as políticas de ação afirmativa e outras formas de combate à discriminação e ao racismo

Jaccoud e Benghin (2002), em seu estudo sobre as desigualdades raciais no Brasil, demonstram a necessidade de se ter clareza sobre as várias facetas, através das quais operam a discriminação e o racismo. A própria definição do significado do racismo e discriminação terá efeito sobre o tipo de política pública a ser utilizada para resolução das desigualdades raciais brasileiras.

Jaccoud e Bengin (2002, p. 39-40) consideram o racismo como uma ideologia que leva à hierarquização dos grupos sociais. A necessidade de hierarquizar e distinguir os grupos em termos de superioridade e inferioridade está no cerne do racismo. O preconceito seria uma predisposição negativa em face ao indivíduo, grupo ou instituição. A cor da pele e a origem étnica são associadas a certos tipos de comportamentos sociais e lugares sociais. Ao associar o negro a atividades de caráter manual, inviabiliza-se a possibilidade deste exercer trabalhos considerados mais intelectuais. Portanto, se uma pessoa negra se candidata a cargos associados a trabalhos considerados intelectuais, já existe uma predisposição negativa por parte do empregador em empregá-la. As autoras também demonstram que a discriminação seria toda e qualquer distinção, exclusão ou preferência que tenha por efeito anular a igualdade de oportunidade e tratamento entre indivíduos e grupos.

Com relação à discriminação, observa-se que há necessidade de uma distinção, considerando que esta se concretiza de duas formas, direta e indireta. Enquanto a direta é um ato concreto, em que a pessoa é excluída pela sua cor ou origem; a indireta pode ser observada pelos indicadores de desigualdades entre grupos que compõem determinada sociedade. Esta última se constitui como a mais perversa e difícil de ser combatida.

Ela geralmente se alimenta de estereótipos arraigados e considerados legítimos e se exerce sobre o manto de práticas administrativas ou institucionais [...]. A discriminação indireta é identificada quando os resultados de determinados indicadores socioeconômicos são sistematicamente desfavoráveis para um subgrupo etnicamente definido em face dos resultados médios da população. Um exemplo dessa forma de discriminação poderia ser dado pelo pouco sucesso dos negros no ensino fundamental, em que pese o alto grau de universalização atingido por esse sistema. (JACCLOUD; BEGHIN, 2002, p. 40).

Essa perspectiva das autoras é corroborada por outros autores como Gomes (2001, p. 20), que demonstra a ineficácia das políticas públicas de cunho universalistas para o combate às desigualdades raciais de grupos que, historicamente, foram discriminados como negros e mulheres.

Jaccoud e Beghin (2002, p. 40) também discutem o chamado racismo institucional que seria uma discriminação resultante de práticas institucionais, que distribuem benefícios ou recursos de forma desigual entre os distintos grupos sociais que compõem a sociedade.

Gomes (2003, p. 34-35) comenta, por exemplo, o esquema perverso de distribuição de recursos públicos na área de educação. Apesar de a educação ser um bem público, o estado alega que, devido à falta de recursos, não é possível fornecer a todos educação pública e gratuita. Mesmo assim, ele cria mecanismos de distribuição de recursos que acabam favorecendo a educação das classes privilegiadas. Gomes aponta o mecanismo da renúncia fiscal de que são beneficiárias as escolas privadas altamente seletivas. Os tributos a que essas escolas estão isentadas e as subvenções propiciadas pelas três esferas políticas de governo acabam favorecendo a contraposição de dois tipos de escola: uma pública que é aberta a todos, mas que não possui qualidade e outra privada, elitista de boa qualidade e financiada devido às isenções por recursos públicos. Para o autor, as vítimas preferenciais desse esquema acabam sendo os membros da população negra, que são maioria entre os mais pobres.

Para combater a discriminação indireta, são necessárias as chamadas políticas de ação afirmativa. Somente uma postura ativa do Estado no sentido de promover os grupos historicamente discriminados pode alterar a situação social em que estes se encontram. Sua situação de subalternidade só se altera no momento em que o estado rompe com essa situação. Em cento e vinte anos de abolição da escravidão, o Estado não criou nenhum mecanismo de compensação ou de promoção desse grupo historicamente marginalizado. Tais políticas não atuam no combate a atos concretos de discriminação, mas nos resultados das práticas discriminatórias.

Existem alguns elementos que caracterizam as ações afirmativas. São políticas temporárias e focalizadas, pois tratam de forma privilegiada e temporariamente grupos que historicamente foram discriminados. A igualdade de oportunidades concretiza-se através de um tratamento preferencial. Além disso, podem ser produtos do Estado ou da iniciativa privada e possuem caráter espontâneo e compulsório. São medidas que visam preparar, estimular e promover a ampliação da participação dos grupos discriminados nos diversos setores da vida social, especialmente na educação, no mercado de trabalho e na comunicação. (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 47).

Jaccoud e Beghin (2002, p. 55) destacam que as ações afirmativas não descartam as políticas públicas universais. O combate às desigualdades raciais requer os dois tipos de políticas.

Com isso, agora é possível traçar algumas diferenças entre os vários tipos de políticas de combate à discriminação e ao racismo. As políticas repressivas são políticas que buscam coibir a manifestação da discriminação através da coerção legal. Combatem basicamente as manifestações abertas de racismo, de discriminação ou de preconceito. São abertas no sentido de se expressarem de forma direta e sem subterfúgios. A legislação brasileira sempre se preocupou em combater mais esse tipo de manifestação. (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 47).

Existem também as políticas valorativas que têm como principal objetivo o combate dos estereótipos negativos que foram historicamente construídos e consolidados na forma de preconceito e racismo. Devem possuir um caráter permanente e não-focalizado, sendo seu foco tanto a população afro-descendente como a branca. São medidas que estão ligadas mais à atuação socioeducativa, à valorização da herança cultural afro-brasileira, bem como ao combate de modelos estéticos que desvalorizam o elemento negro. (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 56).

Jaccoud e Beghin (2002), em seu diagnóstico sobre as desigualdades raciais e em um balanço sobre a intervenção governamental, fazem um levantamento das principais medidas tomadas pelo governo federal no combate ao racismo e à discriminação. Observam que, no âmbito dos três poderes, as políticas valorativas foram as que mais se destacaram, seguidas das afirmativas e as repressivas.

Fazendo uma contabilidade a partir das tabelas apresentadas⁴⁴ pelas autoras, constata-se que foram tomadas trinta e uma medidas de cunho valorativo, dezessete intervenções caracterizadas como ações afirmativas e três de caráter repressivo. Observa-se que as políticas valorativas equivalem a quase o dobro das afirmativas.

44 JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 57-64.

Talvez esse fato reflita certo temor por parte do poder público em tomar medidas que gerem polêmicas. A discussão das ações afirmativas no Brasil gera ódios e paixões. Interessante que parece que tais medidas só geram polêmicas quando relacionadas à população afro-descendente. As leis⁴⁵ de combate às desigualdades entre gênero e portadores de deficiência foram bem aceitas pela sociedade. Talvez esse fato expresse a dificuldade do brasileiro em aceitar que a chamada democracia racial é ainda um mito.

As atividades desenvolvidas pelo Centro Nacional de Cidadania Negra estão mais centradas nas políticas valorativas. O material didático e seus cursos visam ao combate dos estereótipos e, principalmente, à valorização da população afro-brasileira. Seus cursos atendem também a população branca e pobre. A valorização e o combate dos estereótipos é extremamente importante, mas as medidas de caráter afirmativo parecem se constituir cada vez mais imperiosas.

3.2 Especificidades das relações “raciais” brasileiras

A experiência americana é considerada um paradigma importante nas políticas de ações afirmativas. Muitos acadêmicos, como também membros da sociedade civil, colocam-se contra tais programas por acreditarem que não levam em consideração a especificidade das relações raciais.

Para melhor compreensão dessas especificidades, retoma-se o trabalho de Oracy Nogueira sobre a distinção entre o chamado preconceito de marca e o preconceito de origem. O preconceito de marca é baseado na cor e influenciado pela associação a outras características como grau de instrução, ocupação e hábitos pessoais, com uma tendência de se ignorar a cor escura de indivíduos bem-sucedidos. (NOGUEIRA, 1998, p. 244).

Esse preconceito não implica exclusão ou segregação, e sim uma preterição do indivíduo em relação ao outro, quando em competição em igualdade de condições com grupo discriminador. Os membros do grupo discriminado tendem a lutar muito mais individual que coletivamente. O preconceito de marca racial muitas vezes confunde-se com o preconceito de classe:

Embora especificamente diferente do preconceito de classe, o preconceito de cor ou de marca racial tende a coincidir com ele, em vista da concentração dos portadores de determinadas marcas raciais em certas camadas da sociedade. (NOGUEIRA, 1998, p. 243).

45 Para um maior aprofundamento e análise dessas leis, ver: GOMES, 2003, p. 43-47.

Além disso, Nogueira (1998, p. 243) observa que esse preconceito atua sobre as suas vítimas não apenas de fora, mas pela autoconcepção e auto-avaliação que ele produz nas suas vítimas. Existe uma variedade de combinações dos traços que podem ir do “preto” “retinto” e de cabelos encarapinhados ao branco de cabelos finos e loiros; os limites entre as diversas categorias tendem a ser indefinidos, possibilitando o aparecimento de casos de identificação controversa. Com isso, o limiar entre branco e não-branco acaba variando de acordo com a cor do próprio expectador.

Nogueira (1998, p. 244) demonstra que as expressões “grupo branco”, “grupo pardo ou mulato” e “grupo preto” acabam não correspondendo a grupos ou organizações específicos de elementos brancos, pretos ou pardos. Aponta ainda que a variação desse preconceito é relacional, isto é, de acordo com a natureza dos contatos sociais de suas vítimas. É no contato social com pessoas que não pertencem ao seu círculo social que a pessoa tem maior possibilidade de ser tratada em função dos estereótipos correntes. Esse preconceito cria também a preocupação com o branqueamento que se torna um mecanismo de ascensão social, através das gerações ou de preservação de posições já alcançadas pelo indivíduo. O preconceito de marca racial não implica em hostilidade, antipatia e separação. A manifestação desse preconceito é mais evidente na medida em que se vai das camadas em que o padrão de vida é mais precário para aquelas mais abastadas.

Contrariamente, o preconceito de origem implica exclusão ou segregação incondicional dos membros do grupo discriminado, prevalecendo o preconceito de origem. Os dois grupos raciais, tanto o discriminador como o discriminado, opõem-se e hostilizam-se reciprocamente, enquanto unidades sociais distintas. De um lado, a opressão; e de outro, ressentimento e desconfiança, gerando ódio e antagonismo. (NOGUEIRA, 1998, p. 243).

Nogueira (1998, p. 244-245) aponta que a ideologia das relações raciais que predomina no Brasil é uma ideologia assimilacionista e miscegenacionista. Assim, os brasileiros costumam mostrar maior desagrado aos estrangeiros que evitam a assimilação e o intercasamento, procurando manter-se separado culturalmente do resto da população. Tal ideologia se contrasta com os de países de colonização de origem inglesa, que é segregacionista.

Ao se analisar os elementos que caracterizam o preconceito de marca racial, observa-se que sua especificidade não invalidaria os programas de ações afirmativas. Silvério (2002, p. 95) demonstra que a distinção entre preconceito de marca e de origem tem sido utilizada para demonstrar positivamente as “virtudes raciais” brasileiras, quando comparadas ao

preconceito de origem norte-americano e menos para compreensão das sutilezas do modo brasileiro de ser preconceituoso e racista.

A definição de Nogueira deixa claro que a preterição, e não a exclusão, é a base do preconceito de marca racial. Preterir significa desprezar, deixar de lado, ora a preterição não deixa de ser uma forma de exclusão, apenas torna-se mais sutil, característica própria da ambiguidade da cultura brasileira, que tende a resolver os antagonismos pela lógica conciliatória.

Tal conciliação acaba implicando a hierarquização, posto que os indivíduos tratam-se cordialmente, mas mantêm contatos marcados pela hierarquia. A pessoa é tratada bem desde que não ultrapasse o lugar social destinado a ela.

A cor⁴⁶ do indivíduo é um princípio de operacionalização da “raça” que atua de forma eficaz na cultura brasileira. Infelizmente, como bem coloca Fernandes (1978), o negro ainda não conseguiu romper com a associação entre a cor e posição social ínfima.

A cor possui forte conotação social, podendo significar posição social ínfima, marginalidade e padrões estéticos inferiores. A cor funciona como princípio de racialização da sociedade.

Nogueira comenta sobre um dito popular que traduz muito bem como a cor é princípio estruturante das relações sociais: “Em casa de enforcado não se fala em corda.”.

Expressões como negro e preto são utilizadas para pessoas que não fazem parte ou travam relações com o grupo discriminador. Aqueles que estão próximos são morenos e mulatos. O uso da cor como critério de identificação constitui uma ofensa e, portanto, deve ser evitado.

Com relação aos outros mecanismos como grau de instrução e ocupação, podem atuar políticas afirmativas ao serem promovidas no sentido de aumentar quantitativamente a representação das minorias nas universidades e em ocupações de destaque; essas combateriam o preconceito de marca racial.

A maioria dos portadores das marcas raciais concentra-se nas camadas mais pobres da população. As políticas universalistas seriam de grande importância, pois promoveriam, nesse caso, tanto os negros como os brancos pobres. Tais políticas não inviabilizariam as ações afirmativas. Logo, seria necessário que as duas políticas caminhassem juntas.

No que diz respeito às consequências do preconceito de marca racial na autoconcepção de suas vítimas, a baixa autoestima só é combatida eficazmente na medida em que se debatam tais questões na educação. Uma educação voltada para a diversidade e a valorização da cultura negra pode

46 Ver GUIMARÃES, 1999.

atuar eficazmente no combate aos estereótipos presentes na sociedade brasileira. Tal política, nesse caso, é de cunho universal.

A autoconcepção também se modifica na medida em que a minoria se vê representada nas ocupações de destaque da sociedade, portanto as ações afirmativas seriam extremamente necessárias ao promoverem, afirmativamente, seja pelas cotas ou metas, a representação da população afro-brasileira.

Andrews (1996, p. 144) observa que:

São sempre melhores, a partir do meu ponto de vista, programas classistas que ajudam às pessoas desprovidas, sem consideração de cor – por exemplo, algum programa de bolsas de estudo que permitam às crianças das classes pobres irem a escola sem necessidade de trabalhar. Mas nos patamares mais privilegiados da sociedade brasileira – por exemplo, na competição para entrar nas universidades federais e estaduais; as preferências raciais serão a única maneira de promover uma maior presença negra. (ANDREWS, 1996, p. 144).

Infelizmente, o debate ainda no Brasil está marcado por duas polarizações. A primeira se reduz ao debate entre ações afirmativas e políticas públicas universalistas. A segunda é marcada pelo debate sobre a redução de política pública de ação afirmativa à cota. (SILVÉRIO, 2002, p. 91).

No Brasil, o preconceito e a gritante desigualdade existente mostram que somente a combinação de ambos os tipos de políticas pode surtir algum efeito. Políticas de ação afirmativa não invalidam as políticas públicas universais. As ações afirmativas não podem ser reduzidas às cotas.

Observe que nos meios de comunicação de massa, a imagem vinculada a padrões estéticos de beleza continua marcada pelo ideal estético branco e europeu.

Andrews (1996, p. 144) destaca a necessidade urgente de haver alguma forma de ação afirmativa nos meios de comunicação de massa. A ausência de representação da população afro-brasileira ou a apresentação desta em situações que reforçam os estereótipos nesse meio pode significar que tal população não é considerada relevante na vida nacional a não ser em situações ligadas ao esporte, ao samba ou à figura da mulata.

Portanto, o preconceito do brasileiro, apesar de suas especificidades, não invalida as políticas de ações afirmativas. As ações afirmativas são mecanismos necessários que atuam na prevenção de situações de desigualdades raciais. Além da prevenção, tais programas são necessários para que se operem mudanças rápidas em nichos ocupacionais e educacionais

(universidades públicas, por exemplo), ao passo que por políticas universais levaria um longo prazo para surtir efeito.

Para Silva (2003, p. 51), os programas de ações afirmativas, no caso do ensino superior, são muito mais que oportunidades de acesso a este, significam o reconhecimento e a valorização da cultura e da história dos conhecimentos produzidos pelos afro-descendentes no Brasil.

Para Silvério (2003, p. 72), a adoção das ações afirmativas, principalmente as cotas, seria uma forma de inclusão não subalterna de parcelas da comunidade negra no mercado de trabalho em posições estratégicas e nas universidades. Isso poderia representar uma rápida desracialização das posições de maior *status* e de renda desproporcionalmente ocupadas por homens brancos. Assim, a meta das cotas não é racializar a sociedade ou a universidade, mas iniciar o processo de desracialização.

3.3 Ações afirmativas no Brasil ao longo dos tempos

No Brasil, apesar de a discussão sobre ação afirmativa assumir grande destaque na última década do século XX, ela também não é nova. Em sua dissertação de Mestrado, Moehlecke relata que o Deputado Abdias do Nascimento, em 1983, propôs um projeto de lei (Lei nº. 1332), que visava à implementação de uma ação compensatória para a população negra no Brasil. Esse projeto previa a reserva de 20% de vagas para candidatos, mulheres e homens negros, ao serviço público. Além disso, buscava criar incentivos nas empresas do setor privado, no sentido de eliminação da prática da discriminação racial, como também de incorporação ao sistema de ensino de um novo material didático que mostrasse uma imagem positiva dos afro-brasileiros.

Uma outra referência à experiência de ação afirmativa no Brasil, segundo Moehlecke (2000), foi a implementação das cotas partidárias para as mulheres pelo Partido dos Trabalhadores, em 1991. Tal medida visava levar a uma maior representação das mulheres nos cargos de direção do partido e acabou sendo adotada por outros partidos políticos.

Os anos 1980 marcaram profundamente o debate sobre a intervenção governamental na problemática das desigualdades raciais no Brasil. Com a redemocratização, começam a surgir possibilidades de mudanças. O governo de Franco Montoro dá os primeiros passos ao criar, em 1984, o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. Essa entidade tinha como objetivo planejar e implementar políticas de valorização que facilitassem a inserção qualificada da população negra no mercado de trabalho. Pela primeira vez, o Estado passa a reconhecer a existência da

discriminação racial no Brasil, cabendo responsabilidade ao setor público na sua superação. (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 16).

Com a experiência paulista, outros Estados passaram a criar conselhos estaduais (Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Distrito Federal), como também alguns municípios (Rio de Janeiro, Belém, Santos e Uberaba). Conforme a problemática vai sendo incorporada nas agendas políticas, multiplicam-se as coordenadorias, assessorias afro-brasileiras, mas a maioria é de caráter cultural. Ainda que esse avanço tenha se revelado, tais entidades enfrentam vários problemas.

[...] um conjunto de problemas, tais como; a) a difícil interação entre militantes e funcionários públicos; b) a falta de uma estratégia comum de atuação que possibilite a socialização de experiências exitosas; c) a descontinuidade provocada pelas mudanças administrativas; d) a ausência de uma precisa definição do papel dos órgãos; e) a insuficiência de recursos orçamentários. (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p.16).

No início dos anos 1980, é publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) um estudo que possibilita a visibilidade das desigualdades entre brancos e negros no mercado de trabalho. Nessa época, são tombados pelo Patrimônio Histórico o Terreiro de Candomblé Casa Branca, na Bahia, e a região da Serra da Barriga, em Alagoas. O dia 20 de novembro passa a ser considerado o Dia Nacional da Consciência Negra. É também criada a Fundação do Memorial Zumbi que congrega membros do movimento negro, da academia e de setores governamentais ligados ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 16).

Em 1987, um ano antes da comemoração dos cem anos da abolição da escravidão, o governo Sarney cria o Programa Nacional do Centenário da Abolição para ser executado em 1988.

Jaccoud e Begin (2002, p. 8) ainda destacam a criação da Fundação Palmares, que inicialmente era uma Assessoria para Assuntos Afro-Brasileiros da Secretaria da Cultura do Ministério da Cultura. Segundo as autoras, a vinculação da Fundação ao Ministério da Cultura reflete a visão marcadamente cultural da problemática negra brasileira. Atualmente, além da questão cultural, essa Fundação se destaca na regularização das terras remanescentes de quilombos.

No Rio de Janeiro, em 1991, o governo Leonel Brizola cria a Secretaria de Defesa e Promoção das Populações negras que acaba sendo fechada pelo Governo de Marcelo Alencar. Também é criada a Delegacia Especializada em Crimes Raciais nesse estado. Seguindo tal experiência,

outros estados (São Paulo, Sergipe e Distrito Federal) criam instituições semelhantes, porém todas acabaram sendo extintas.

Cabe ainda destacar que, na década de 1990, as organizações sindicais de trabalhadores encaminham denúncia a OIT (Organização Internacional do Trabalho) sobre a existência de discriminação no mercado de trabalho. Tal denúncia acaba gerando, no Ministério do Trabalho e Emprego, medidas e ações voltadas para o combate ao problema. Surge uma parceria, em 1995, entre o Ministério e a OIT, ao se criar o Programa para implementação da Convenção 111, que visava colocar em prática ações e políticas que promovessem a igualdade de oportunidades e de tratamento no mercado de trabalho. Também em 1996 é criado por decreto presidencial o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e Ocupação (GTDO), composto por representantes do governo, trabalhadores, empregadores e membros do Ministério do Trabalho.

As autoras destacam que o fato mais significativo da década de 1990 ocorre a partir da “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, quando os organizadores da marcha entregam um documento à Presidência da República com um conjunto de reivindicações.

No mesmo dia, 20 de novembro de 1995, é criado um Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra (GTI) ligado ao Ministério da Justiça. Paralelamente, em 1996, é lançado pelo Ministério da Justiça o I Programa Nacional dos Direitos Humanos, que possui um tópico destinado à população negra. (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 19).

Esse GTI tem como objetivos a elaboração de propostas de ações de combate à discriminação racial e de políticas públicas governamentais, além de estimular ações de iniciativa privada; apoiar a elaboração de estudos atualizados e estimular iniciativas públicas e privadas que qualifiquem e valorizem os negros nos meios de comunicação.⁴⁷

As autoras destacam que o GTI apresenta os primeiros resultados à Presidência da República em 1998. Atualmente, embora não tenha sido, encontra-se desativado. Em 1997, ocorre a criação na Assessoria Internacional do Ministério do Trabalho e Emprego do “Programa Brasil, Gênero e Raça”. Como consequência dessa iniciativa, são implementados núcleos de promoção da igualdade de oportunidades e de combate à discriminação no emprego e na profissão nas delegacias e subdelegacias regionais do trabalho. (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 20).

Cabe destacar que outras entidades do governo incorporam a demanda por medidas concretas de combate à discriminação racial. Jaccoud e Beghin destacam o papel do Ministério Público em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego. Entre suas metas, tal entidade se propunha

47 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2000 apud JACCOUD; BEGHIN, 2002.

a eliminar todas as formas de discriminação racial. É assinado também protocolo com o objetivo de trocar informações e denúncias sobre discriminação e racismo no mundo do trabalho.

Os anos de 2000 a 2002 destacaram-se pela preparação do Brasil para sua participação na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância promovida pela ONU e realizado em Durban, na África do Sul. Além disso, o Ministério do Desenvolvimento Agrário cria seu programa de ações afirmativas. O Poder judiciário também se destaca na incorporação dessa problemática ao considerar constitucional o princípio de ação afirmativa.

Seguindo a mesma tendência, o Tribunal Superior do Trabalho, em 2002, implementa uma reserva legal de vagas nos contratos com terceiros que garante a participação de, no mínimo, 20% de trabalhadores afro-descendentes nas empresas que tiverem convênio com esse órgão governamental. (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 23).

É nesse ambiente de mudanças do final da década de 1990 e do início do novo milênio que, no município de Uberaba, também se institui um dos primeiros programas de ações afirmativas. Como resultado de todo esse movimento e da articulação do CENEG, com o Poder Executivo Municipal e a Câmara Municipal de Uberaba, foi criada a Lei N° 8.200, que institui o Programa de Ações Afirmativas no município de Uberaba. Esse programa foi instituído em 21 de fevereiro de 2002. O primeiro parágrafo da Lei n° 8.200, apresenta como objetivo a criação de uma proposta de ação afirmativa que seguisse os princípios do Programa Nacional dos Direitos Humanos, no que se refere à proteção e à promoção dos direitos dos afro-descendentes, das mulheres e das pessoas com deficiência.

O programa estabelece, como medida administrativa e de gestão estratégica, a garantia de igualdade de oportunidades que os Poderes Executivo e Legislativo deverão observar para o preenchimento de cargos de direção e de assessoramento superior, viabilizando a participação de negros, de mulheres e de pessoas com deficiência, em proporção ao total de número de cargos:

- a) afro-descendente igual a 20% (vinte por cento);
- b) mulheres, 20% (vinte por cento); e;
- c) pessoas com deficiência, 5% (cinco por cento). (UBERABA. Lei n°. 8200, 2002, p. 21-22).

O programa observa que, nas licitações públicas, deverá ser observada como critério adicional a preferência por fornecedores que comprovem a adoção de políticas de ações afirmativas.

No artigo 6 do referido programa, institui-se um estatuto de igualdade que tentará viabilizar as seguintes propostas: um diagnóstico sobre a situação socioeconômica dos servidores municipais; a necessidade de um corte vertical para a ocupação de cargos estratégicos para negros e afro-descendentes; o estabelecimento de critérios de desempate na concorrência pública para as empresas que tiverem maior diversificação em gênero e raça; a busca pelas matérias institucionais vinculadas aos meios de comunicação de massa de uma diversificação de raça e gênero; o desenvolvimento de programas de orientação e de apoio ao empreendedorismo direcionados aos negros e afro-descendentes; a observância nas empresas que prestam serviços ao município da contratação de pelo menos vinte por cento de negros.

Quanto à questão educacional: a reserva de vinte por cento de vagas da Faculdade de Educação de Uberaba para negros e afro-descendentes; a criação de um fundo de amparo aos estudantes carentes; e a instituição de um programa de qualificação de docentes que possibilite um melhor tratamento da questão de gênero e raça na sala de aula. E na saúde, o desenvolvimento de um programa para o tratamento da anemia falciforme.

O Estatuto de Igualdade também estabelece a necessidade de implantação de políticas universalistas que contemplem as camadas populares em conjunto com políticas afirmativas que atendam as comunidades negra e afro-descendente.

O município de Uberaba reflete uma nova postura do governo, que mudou a agenda de combate à discriminação e ao racismo no Brasil, a partir do seu reconhecimento do fator gerador de desigualdades. Tal mudança só pode ser compreendida à luz da influência da luta dos grupos do Movimento Negro no Brasil, como também da pressão externa dos organismos internacionais, além da influência das lutas dos negros americanos e do processo de desarticulação do *apartheid* na África do Sul.

Cabe ressaltar que, no retorno da conferência de Durban, o governo federal, através de decreto presidencial, cria o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNDC), no âmbito da Secretaria da Justiça de Estado e dos Direitos Humanos. Tal conselho tinha, como objetivo, a criação de políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e de proteção aos direitos humanos do Ministério da Justiça. (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 23).

Jaccoud e Barros (2002, p. 23) ainda ressaltam o Projeto de Lei nº. 3198/2000, de autoria do Deputado Paulo Paim com o objetivo de instituir o Estatuto da Desigualdade Racial. Em setembro de 2001, seria instalada uma comissão para apreciação do projeto.

Ao analisar o estatuto, observa-se claramente que o seu objetivo é a inclusão da dimensão racial nas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado. O projeto define a discriminação racial como quaisquer tipos de exclusão, distinção ou preferência baseada na raça e cor e que acaba anulando ou restringindo o gozo de direitos e liberdades fundamentais nos campos econômico, político e social. (BRASIL. CONGRESSO. SENADO. PROJETO DE LEI, 2000 apud in: SANTOS; LOBATO, 2003).

Considera ainda desigualdades raciais como “situações injustificadas de diferenciação de acesso e gozo de bens, serviços e oportunidades, na esfera pública e privada.” (BRASIL. CONGRESSO. SENADO. PROJETO DE LEI, 2000 apud in: SANTOS; LOBATO, 2003, p.161).

O estatuto também utiliza do termo afro-brasileiro na definição de seus beneficiários, considerando as pessoas que se classificam como negras, pardas e pretas. Ainda nas disposições preliminares, no parágrafo 5, encontra-se a definição de ação afirmativa caracterizada como programas e medidas especiais que são adotadas pelo Estado para correção das desigualdades raciais e para promoção da igualdade de oportunidades.

Os termos reparação, compensação e inclusão são colocados como diretriz político-jurídico do Estatuto, bem como a valorização da diversidade racial brasileira. O estatuto também precisa quais serão os campos de desigualdades raciais que os programas de ações afirmativas devem atingir: educação, cultura, esporte, lazer, saúde, trabalho, mídia, terras de quilombos, acesso à justiça, financiamentos públicos, contratação pública de serviços e obras e outras. (BRASIL. CONGRESSO. SENADO. PROJETO DE LEI, 2000 apud in: SANTOS; LOBATO, 2003, p. 163).

Fica claro, pela leitura, que ações afirmativas são necessárias para correção das desigualdades raciais derivadas do passado escravocrata e das demais práticas discriminatórias do presente. No capítulo que dispõe do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, no artigo 20, o estatuto institui a disciplina de “História Geral da África e do Negro no Brasil”, colocando-a como disciplina fundamental nos três níveis de ensino (fundamental médio e superior). O estatuto também dispõe sobre a regulamentação das terras de comunidades remanescentes dos quilombos, garantindo a propriedade da terra a essas populações. (BRASIL. CONGRESSO. SENADO. PROJETO DE LEI, 2000 apud in: SANTOS; LOBATO, 2003, p. 167).

No Capítulo VII desse estatuto dispõe sobre a criação de um sistema de cotas. Seria estipulado um percentual de 20% de vagas para a população afro-descendente nos concursos públicos, como também nos cursos de graduação em todas as instituições de ensino superior e nos contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino superior. (BRASIL.

CONGRESSO. SENADO. PROJETO DE LEI, 2000 apud in: SANTOS; LOBATO, 2003, p. 177).

Já no Capítulo VIII, sobre os Meios de Comunicação de Massa, é colocada a necessidade de a produção veiculada nos órgãos de comunicação valorizar a herança cultural e a participação dos afro-brasileiros na história do país. Dispõe sobre a necessidade desses órgãos de incluir a participação de artistas afro-brasileiros em proporção não inferior a 20% do total de artistas e figurantes.

Posto assim, o Estatuto da Igualdade Racial é um projeto que alavanca consideravelmente as ações afirmativas. O problema é que, no Brasil, tradicionalmente, costumam existir grandes avanços legais que não passam de mera forma jurídica. Há a necessidade de se passar do formalismo à prática social dessas legislações.

Em 13 de maio de 2002, por meio de decreto presidencial, é criado o Programa Nacional de Ações Afirmativas que fica sob a coordenação da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. O programa objetiva a implementação de uma série de medidas no âmbito da administração pública federal que busque a participação de Negros, mulheres e portadores de deficiência física. (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 24).

O combate às desigualdades sociais passa por medidas de caráter universal (políticas públicas de combate à pobreza) e por medidas de caráter específico (políticas afirmativas). Medidas de combate à pobreza como programas de renda mínima, melhoria do acesso e qualidade do ensino público, melhoria da saúde pública, etc., podem ter um papel importante na diminuição de nossas desigualdades. Por outro lado, um dos fatores que compõem as desigualdades é o preconceito, a discriminação e o racismo. Ou seja, existe um componente etnicorracial nas desigualdades que acabam por engendrar situações que não se explicam apenas pela desigualdade econômica. Dar visibilidade a grupos historicamente marginalizados, através do acesso à universidade, promover reformas educacionais que formem cidadãos que reconheçam e respeitem a diversidade passam por medidas de caráter específico. Portanto, as políticas públicas universais não eliminam as políticas específicas; pelo contrário, só a conjugação das duas formas de combate às desigualdades sociais poderão efetivamente transformar o mito da democracia racial em realidade.

CAPÍTULO 4

CONCEPÇÕES, PROBLEMAS E SOLUÇÕES EM RELAÇÃO ÀS AÇÕES AFIRMATIVAS NA VISÃO DAS LIDERANÇAS E DOS ESTUDANTES

Para uma melhor compreensão das concepções do Centro Nacional de Cidadania Negra sobre os problemas enfrentados pela população negra no Brasil, como racismo, falta de acesso ao ensino superior, discriminação, dentre outros, bem como as possíveis estratégias de solução adotadas pela instituição, torna-se necessário um exame das visões das principais lideranças sobre tais problemas.

Para tanto, foi elaborado um roteiro de entrevista qualitativa no qual se buscou apreender a visão dessas lideranças sobre os principais problemas enfrentados pela população negra no Brasil. A entrevista também tinha como objetivos descobrir a visão das lideranças sobre preconceito e discriminação e as estratégias para combatê-los. Também se buscou apreender o significado das chamadas ações afirmativas e se, na visão dessas lideranças, tais ações seriam eficazes no combate à discriminação e ao racismo no Brasil. Sua concepção de identidade, os aspectos positivos e negativos da instituição também foram objetos da entrevista.

Do CENEG foram entrevistadas três das principais lideranças, um dos membros do Conselho Afro de Uberaba e um ex-membro do CENEG. Também foi entrevistada uma professora da rede municipal de ensino, com o intuito de observar a sua visão da instituição e dos progressos das crianças, que eram seus alunos e participaram dos cursos do CENEG. São atribuídos nomes fictícios a todos os entrevistados. As lideranças do CENEG serão identificadas por André, Marcos e Cristina. O membro do Conselho Afro de Uberaba por João, o ex-membro como Thiago e a professora como Giovana.

Após a análise dessas entrevistas, analisam-se os depoimentos de alguns estudantes que participaram do curso pré-vestibular do CENEG. O curso pré-vestibular foi escolhido devido à grande visibilidade que este tem na cidade e principalmente por ser um dos mais procurados nessa instituição. No roteiro de entrevista dos alunos, buscou-se apreender, sob a ótica destes, os principais problemas enfrentados pelos jovens, com as seguintes ênfases: visão em relação às diferenças entre os problemas en-

frentados pelo jovem branco pobre e o jovem negro pobre; visão sobre as chamadas ações afirmativas; concepção de identidade e os aspectos positivos e negativos do Centro Nacional de Cidadania Negra.

Foram entrevistados sete jovens, dentre eles quatro jovens que se auto-identificavam como negros, um como pardo e dois como brancos. Os jovens negros respectivamente serão identificados ficticiamente como Patrícia, Ariadne, Bruno e Helena. A Jovem parda como Andréia, e os brancos como Ana e Lucas. Esses jovens, na faixa etária entre vinte e trinta e sete anos, já haviam feito o curso pré-vestibular e, à época desta pesquisa, estavam cursando o ensino superior.

4.1 Problemas da população negra no Brasil apontados nos depoimentos

A falta de participação da população negra nas várias esferas da sociedade civil organizada, a pobreza, a forma como se deu a abolição da escravidão no Brasil, bem como o imaginário sobre o negro na sociedade atual são os principais problemas enfrentados pelos negros no Brasil, na perspectiva das lideranças.

Nas palavras de João, um dos membros do Conselho Afro de Uberaba: “São os problemas antigos de sempre, a população negra é a população carente que não chegou ainda no seu objetivo de formação, de participação cultural, ter subsídios para uma sobrevivência melhor para mim é isto [...]”.

Observe que João utiliza a expressão “antigos de sempre”, na sua percepção os problemas não se modificaram, pelo contrário, eles permaneceram. No depoimento de André, um dos líderes do Centro Nacional de Cidadania Negra, o grande problema que originou a situação social dos negros de hoje se deve à forma como se deu o processo de abolição da escravidão brasileiro:

[...] com relação a este problema afro-descendente no Brasil é um problema antigo desde a libertação da escravidão, que na minha visão foi uma coisa muito boa, ótima sem dúvida nenhuma, mas da maneira que foi feita, as vezes prejudicou a ascensão do negro, porque esta libertação foi dada como esmola e não por problemas, vamos dizer jurídico, e tudo isto, em consequência disto o que ocorreu que o negro ficou liberto, ele ficou liberto sem emprego, sem onde trabalhar [...].

Na visão de Marcos, outro líder do CENEG, fica patente que além da questão do estereótipo, há ainda o grande problema da não-aceitação da necessidade de políticas específicas para a melhoria da situação em que se encontra a população negra, bem como a existência de um racismo camuflado, e por isso mesmo difícil de ser combatido:

Além do estereótipo social que habita no imaginário, consequentemente fica muito mais adormecido no inconsciente das pessoas, além de ter que conviver com o estereótipo é que a sociedade não aceita políticas específicas para a comunidade negra, acha que somente a política universalista é bastante para contemplar, consequentemente, ela sofre com a questão da marginalidade social, falta de escolaridade, a menor remuneração em relação a outras etnias no Brasil e, consequentemente, a falta de visibilidade social que a gente entende que políticas universalistas não têm contemplado a comunidade negra como um todo. [...] eu costumo dizer que o Brasil não tem problema racial, o Brasil tem problema étnico, é tão verdade que ninguém põe a mão no peito de um branco perguntando qual sua origem racial, então veja que a questão étnica no Brasil que é a questão do olhar, a pessoa acha, conceitua e a partir do conceito que tem do olhar, ela coloca a pessoa como branca ou negra, eu vejo como grande problema da comunidade negra, um problema étnico.

É uma discriminação cultural, é uma cultura ideológica, uma ideologia, no sentido de ter posto na sociedade que não há problema racial, não tem problema no Brasil, não tem preconceito no Brasil, o negro sabe que há preconceitos, e todas as vezes que tenta alertar a sociedade sobre este preconceito, a sociedade o vê como uma pessoa revoltada, que está se subestimando a si mesmo, na sua condição de negro e com grande detalhe, quando a sociedade quer definitivamente encerrar o debate diz que os próprios negros são racistas com os próprios negros. Então, essa coisa psicológica que é muito difícil, se nós tivéssemos uma segregação aparente ou brutalizada, a luta seria com maior clareza, vamos assim dizer. Como ela é sub-reptícia, o preconceito no Brasil é sub-reptício, a luta se torna também invisível e não há uma pior do que você não ver o seu inimigo sabendo que ele está no mesmo ponto que ele está.

Para Thiago, ex-membro do CENEG e militante na cidade de Uberaba, o principal problema enfrentado pela população afro-descendente é a falta de conscientização:

São vários problemas, que a gente teria que ter um dia para estar discutindo, para estar levantando os problemas, agora acredito que o que vai melhorar essa questão seria a conscientização dos afro-descendentes em primeiro lugar, aceitar a questão de ser afro-descendente e valorizar o aspecto cultural. A nossa cultura ela é bonita, ela tem que ser valorizada, ela

tem que deixar de ser cultura de fundo de quintal e vir para frente. Então a partir do momento, que nos aceitarmos com dignidade, a nossa cultura, então muita coisa vai mudar.

A questão do racismo camuflado também é acentuada pela professora Giovana da rede municipal, tal racismo só se manifesta efetivamente nas situações de competições:

A primeira coisa assim que eu vejo, o principal é o racismo camuflado, desde que você não esteja concorrendo a um cargo com nenhuma pessoa, seja mais um brasileiro que seja despercebido (*sic*) pela multidão, você é aceito como uma pessoa normal. Mas desde que você começa a ter o seu dom de inteligência, começa a se destacar numa função que uma pessoa com descendência branca vê que você é um concorrente forte com ele, aí você tende a ser discriminado, mas é uma discriminação velada ao acontecimento, e a discriminação racial em termos de cor, também, eu vejo essa questão muito assim em relação à formação de carreira. Você pode até ter assim um amigo negro, mas desde que esse amigo negro não faça parte de sua família, você está me entendendo? Quando você chega a um relacionamento ao nível de casamento ou de um contrato social, as coisas se tornam mais sérias porque aí você enxerga que o outro é negro e não pode estar fazendo parte de sua família que porém a sua família tem raízes e que tem que seguir as funções que o mundo impôs, isso em função do mundo, o mundo que impôs essa questão de raça.

4.2 O combate à discriminação e ao racismo: políticas universalizantes e específicas

Com relação às estratégias de combate à discriminação e ao racismo, as opiniões se divergem, mas a maioria concorda com a necessidade da combinação de políticas de cunho universal e de políticas específicas.

Na visão de João, membro do Conselho Afro de Uberaba, é necessária a utilização das duas estratégias, não uma oposição entre elas, mas sim uma complementaridade: “São duas coisas distintas, as ações afirmativas são necessárias, e o combate a pobreza também, as duas coisas ao mesmo tempo tem que ser associadas, não pode dissociar.”

Marcos também acredita na necessidade das políticas de combate à miséria, mas ressalta a necessidade de políticas específicas como as cotas.

[...] porque a visão é a seguinte: vamos combater a miséria, vamos combater a fome porque ali nós estaremos combatendo a miséria negra, tudo bem, e a ascensão dele onde é que fica? Então, além de combater isto que

é fundamental, é importante nós termos caminhos alternativos para que haja uma ascensão, por exemplo, se as cotas estivessem sendo discutidas para *office-boys* ninguém estaria criando tanta polêmica, quando é para a universidade, a faculdade, porque lá há uma luta de classes muito bem estabelecida que é a perda de espaço para segmentos étnicos brancos e quanto para *office-boys*, cabeleireiros, para gari, ninguém está preocupado.

Para Marcos, as ações afirmativas seriam instrumentos necessários para resgatar a dívida histórica com a população negra em relação ao passado escravista brasileiro.

[...] duas questões fundamentais que a sociedade tem que debater e não debate: primeira ação afirmativa em relação ao negro; se o Brasil foi signatário da Conferência de Durban que declarou a escravidão um crime contra a humanidade, este crime tem que ser ressarcido, essa sociedade tem que ser ressarcida deste crime que houve, então uma coisa primeiro chama-se restabelecer uma relação onde houve um crime, tudo bem, então o Brasil foi constituído sócio de uma forma social e econômica em cima de um crime [...], então, nós temos que entender que a ação afirmativa, primeiro nós estamos nos reportando à algo que é de direito do Brasil ser ressarcido na sua maioria negra. Segundo: se você pegar a evolução socioeconômica deste país da libertação dos escravos, que não é uma libertação é muito mais uma abolição, até 2000 o gráfico é um gráfico ascendente e paralelo, não vou negar que houve uma melhoria da condição de vários brasileiros, mas a linha paralela entre brancos e negros se mantém, ou seja, esta diferença é mantida, então nós precisamos de determinadas políticas específicas para gerar uma igualação [...] então eu entendo que a política de ação afirmativa é um instrumento de geração de igualação, porque a igualdade por si só como está na constituição, ela está sendo ineficaz neste aspecto. [...] As políticas afirmativas não significam a eliminação das políticas universalistas, elas tem que serem mantidas.

As divergências sobre as ações afirmativas, principalmente em sua modalidade mais polêmica, as cotas, geram diferentes visões entre as lideranças. Para André, as cotas poderiam inclusive gerar mais preconceito como também diminuir a autoestima das pessoas beneficiadas. Por isso, ele acredita que o trabalho do CENEG é essencial, pois recupera a autoestima e, principalmente, qualifica os negros para uma melhor competição por uma vaga na universidade:

[...] eu pessoalmente na minha maneira de pensar, cotas para negros nas universidades que são políticas afirmativas a nosso ver é uma maneira

errada, isto só serve e servirá para fortalecer o preconceito e naturalmente diminuir ainda mais a auto-estima do negro. Porque a pessoa passa a dizer você está aqui porque você ganhou a vaga, então isto para nós é muito ruim. Na minha visão, este é um exemplo de política afirmativa americana que eu pessoalmente não concordo em aspecto algum, este tipo de ação afirmativa no aspecto de cotas para negros nas universidades, então justamente por isso que eu acho que o ponto forte nosso do CENEG que entre todas as coisas, o principal fator foi de recuperar a auto-estima, por isso no CENEG nós temos o curso pré-vestibular, para preparar o negro dar qualidade e condições de disputa de vagas, então acho que uma ação afirmativa honesta e tranqüila, seria dar apoio para o negro nestes cursos pré-vestibulares para prepará-los bem, para enfrentar em qualidade e condições com outras raças nas disputa das vagas nas universidades [...].

Observe que André qualifica como uma ação afirmativa mais “honeste e tranqüila” a postura do CENEG. Thiago, ex-membro do CENEG e militante também é contra as ações afirmativas nos moldes das cotas:

[...] Há prós e contras, para falar relacionado a tudo isso, eu acho que deveria se fortalecer o ensino básico, não só para o negro, mas para o excluído de certa forma, porque se você notar as faculdades federais são feita para “os filhinhos de papai”, não é verdade? Porque eles podem fazer, freqüentar uma boa escola particular, pode freqüentar um bom cursinho, e você sabe da decadência do nosso ensino público, então nós sabemos que um aluno nosso do ensino público, seja estadual ou municipal, ele jamais vai ter condição de competir em igualdade com o colégio particular, citando aí os Maristas, e aí por diante, então quer dizer as vagas servindo aí para aqueles que realmente podem pagar a faculdade, então eu acho que deveria estruturar a base, melhorar o ensino profissional, é o ensino tanto municipal como estadual, quer dizer para que as pessoas, os excluídos pudessem entrar em condições de igualdade, na faculdade disputar, e eu acho que não teria essa questão de racismo, e essa questão das cotas, eu acho que isso vai continuar gerando racismo, porque muita das vezes o filhinho de papai, que perde a vaga, porque teve que contemplar o negro e esse negro entrou por causa da questão das cotas, vai gerar polêmica, gozações, e eu acho que não é legal. Agora, entrando pela porta da frente, disputando com igualdade e assumindo o seu lugar de fato e direito, eu acho que seria o mais viável. Então, na realidade Uberaba já está tendo esse movimento, com cursinhos, e eu acho que não é pelos cursinhos, porque aqui em Uberaba nós temos uma faculdade que é federal e as outras todas são particulares, então todo mundo que freqüenta o cursinho aqui, ele vai sentir dificuldade de passar numa faculdade federal, mas ela passa numa particular, mas depois ele não tem como, ele não tem condições de sobrevivência, não tem como pagar a faculdade, então é uma coisa que

precisa ser repensada, essa questão das cotas, eu acho [...] eu acredito que tem que fortalecer o ensino oficial, tem que ser de qualidade como foi uns tempos atrás, não é verdade.

Observe que Thiago ressalta a necessidade de ações não somente para os negros, mas para os excluídos. Ao que parece, existe uma grande preocupação com a inclusão, independente da condição etnicorracial, fato esse que será ressaltado mais adiante.

4.3 A inclusão independentemente das “cores”: a necessidade de se unir ao invés de dividir

Uma das questões mais importantes observadas nos vários depoimentos é a preocupação das lideranças, como também dos outros entrevistados, em trabalhar com a população branca. Todos ressaltam a necessidade de se trabalhar não só os negros, mas os excluídos de uma forma geral. Para essas pessoas, o negro foi historicamente excluído, mas nem por isso poderia se reproduzir tal fato num Centro de Valorização da Cidadania Negra. A inclusão dos brancos pode levar à criação de novos aliados que poderão ajudar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nas palavras de André:

[...]. Nossa ótica, por exemplo, é claro que a maioria deve ser negra, mas são pessoas de baixa renda também, senão nós estaríamos fazendo uma discriminação às avessas, está aberta a qualquer pessoa de baixa renda que precisar, um nome comum que se usa muito hoje: os excluídos, vamos dizer assim.

Marcos, ao comentar a questão da miscigenação no Brasil, ressalta a necessidade da participação no Movimento Negro de pessoas de várias condições etnicorraciais, à medida que essas pessoas participam começam a surgir a possibilidade do Movimento Negro de agremiar novos aliados:

[...] a miscigenação ela pouco enriqueceu e houve um grande equívoco do movimento negro quando ele não aceitava o mulato na sua participação, e hoje o movimento negro tem percebido que é muito importante tanto a participação do negro, a participação do chamado pardo e a participação do homem branco também, porque quando você coloca a luta negra na boca do branco é sinal que você tem novos aliados estratégicos no comba-

te desta discriminação. Agora a miscigenação em si, não enriqueceu nada não, eu não acredito.

Cristina ressalta a necessidade de não se discriminar, há pessoas brancas carentes que também necessitam de assistência:

[...] o que você vai fazer com uma mãe branca, que chega lá com o filho, precisando de um curso de informática, e vocês não vão poder oferecer porque ela é de pele branca, então o problema é muito grave, e realmente, nós recebemos lá pai, mãe, de pele branca, mãe chorando porque o pai está desempregado, mãe desempregada, e o filho, a moça precisa de um emprego, agora o centro não iria receber pelo fato da pessoa ter pele clara? Então é muito, muito complicado, na prática [...].

Thiago também ressalta a importância do CENEG trabalhar com os brancos para evitar o “revanchismo”:

[...] eu acho que tem que ser para a comunidade negra e tem que ser para os brancos também, observando quem está alijado do processo, porque então vai entrar naquilo que eu disse: cair em revanchismo, “não, o curso tem que ser só para negro!”, eu já não vejo isso dessa forma, eu acho que nós estaríamos dando a volta por cima, mostrando o outro lado da moeda. Então eu acho que é por aí. Eu acho que nesse aspecto o CENEG está corretíssimo.

A professora Giovana observa que as crianças que participaram dos cursos do CENEG ganharam autoestima, a participação de crianças brancas e negras levou a uma mudança nas concepções de ambas:

É um ponto positivo, o relacionamento das duas caminhando juntas é muito bom. Não tem uma divisão e outra coisa, as nossas crianças negras também, estão olhando os nossos alunos brancos com outros olhos. Tem isso também professor, porque muitas vezes, os nossos alunos vêm de casa, que o branco é que é o culpado de toda situação que ele vive, você já ouviu isso? Porque aí o pai, só teve aquelas informações que foram passadas do avô, do tio e da tia, e o pai continua trabalhando na mesma função do avô, do tio e não tem chance de crescer, aí isso, torna-se um ciclo vicioso, mas isso foi há quanto tempo? Há 500 anos, hoje nós estamos falando do negro atual, e a dificuldade de você trabalhar o negro atual hoje, não tem dados, nós temos dados de todo tempo histórico passado. Agora está chegando algumas coisas que são poucas. Não te oferece uma literatura, um referencial de suporte, uma opção teórica que seja verdadeira.

Quando perguntada sobre as mudanças nas crianças brancas que participaram dos cursos do CENEG, ela ressalta a mudança no uso das palavras e no tratamento delas com relação às crianças negras:

Tendo mais cuidado em usar as palavras, e quando são usadas, elas falam assim, não mais [...] porém ele é negro mas é o meu amigo, [...] a criança é negra mas não faz parte da minha vida, é problema do negro, hoje não é problema do negro e do branco. A forma como o CENEG está falando, tem uma visão melhor, mudou.

Cristina também observou a mudança nas crianças brancas que participaram do esporte solidário:

Passam a enxergar e a ter cuidado com a questão, então você pega o projeto esporte solidário, que é um projeto que atendeu mais de 1500 crianças, quase 2000 crianças, todas de escola pública, e crianças realmente de poder aquisitivo muito pequeno, mas muito pequeno, famílias problemáticas, quando elas vão para o CENEG, você conversa com as crianças, o comportamento delas é completamente destrutivo, é aquela criança preconceituosa, discrimina o coleguinha, ele começa a trabalhar e frequentar o CENEG, quando ele sai, quando vai chegando ao final do projeto é a coisa mais linda, é a coisa mais linda, sabe você não acredita o quanto ele se educa, o quanto ele adquire aquele sentimento de respeito. Como ele trata o colega negro. Você fica assim, não é possível, será que nós conseguimos isso, [...].

Uma das atividades mais ilustrativas do CENEG é o dia da Beleza, segundo Cristina, nessa ocasião as crianças brancas e negras, estando juntas, apreendem a vivenciar e a respeitar a diversidade dos padrões de beleza:

[...] o dia da beleza no CENEG, são os cabeleireiros que se prontificam, já tem os salões da cidade, elas ficam o dia todo no CENEG, então ali eles arrumam o cabelo, faz (sic) trancinha, os que querem alisar a mãe autoriza, cortam o cabelo, as crianças ficam assim lindas maravilhosas, no dia da beleza, aquilo ali a criança branca, ela vai vendo e respeitando, o cabelo dessa é crespo, é assim, é raça dela, não o meu é liso, é minha raça, eles vão entendendo,... Tudo ao mesmo tempo. Tudo junto convive com aquilo ali, a coleguinha tem um cabelo hipercrespo, às vezes até quebra o pente, a outra tem o cabelo super liso, olhos azuis, então eles vão aprender. Tem um psicólogo que sempre vai dar uma palestra, sobre brincadeira aquela coisa toda, então eles saem dali com uma outra concepção, inclusive

cobrando dos pais, quando os pais, tem o hábito da discriminação, [...] trabalhar com a criança, porque a própria criança, cobra do pai, [...].

Como se pode observar, aqui aparece uma especificidade, os cursos do CENEG, apesar de serem voltados para população negra, não excluem a possibilidade da inclusão de pessoas brancas ou dos chamados carentes. O CENEG parece atentar para o surgimento de instituições ligadas ao Movimento Negro que trabalha com diversos critérios de exclusão. Como bem ressaltou Peter Fry (2002, p. 40), muitas das instituições que surgiram a partir da discussão das ações afirmativas acabaram combinando as preocupações com a desigualdade entre as pessoas de cores diferentes e pessoas de classes sociais diferentes, esse arranjo poderia ser interpretado como uma especificidade das políticas de combate à discriminação e ao racismo no Brasil.

4.3.1 A questão da identidade na visão dos estudantes

No depoimento das lideranças, do membro do Conselho Afro e do ex-membro da instituição, ser negro está associado à luta, à resistência, além disso, é ressaltada a relação entre ser negro e beleza.

André, ao falar de sua identidade, ainda coloca a questão do retorno à África e como isso foi importante para construção de sua negritude:

O problema de ser negro para mim, felizmente com o passar do tempo, antigamente, naturalmente, a gente tinha baixa autoestima, mas depois que evolui educacionalmente, então para mim passa a ser um orgulho, ser negro, um orgulho, tem mais outro aspecto que poucos negros têm esta oportunidade de voltar, por exemplo, as suas origens, ir à África. Então você chega na África aquilo te emociona, porque é um lugar que você veio dali, e a gente tem que por na cabeça; eu pessoalmente que negro é bonito, [...] eu tenho orgulho de ser negro e acho que negro é bonito.

Para João, membro do Conselho Afro de Uberaba, não há diferença entre ser negro e ser branco, colocando-se inclusive enquanto adepto da miscigenação ocorrida no Brasil:

Eu acho que não há diferença nenhuma, como eu sou adepto da miscigenação, eu acho que o negro deve procurar o seu espaço sem se preocupar se ele é o melhor, pior, ou diferente. O negro é negro como o branco é branco. [...] a única coisa que eu acho é que não se deve fazer é ser falso, porque tem muitos negros que numa resposta desta diria, tem que engrandecer, eu

sou negro, amanhã ele está ali. Eu nunca vou falar que um negro é melhor que o branco, eu acho que este sentimento é pessoal, de pessoa à pessoa, então se você encontra uma cara metade de outra cor, isto é normal, a única coisa que eu procuro brigar pelas pessoas da minha raça é que eu quero ver todo mundo com igualdade racial, cultural e social e é está é a briga.

Thiago, ex-membro do CENEG, ressalta o sofrimento que ser negro na infância representou, mas que a consciência da negritude mudou sua visão:

Ser negro, eu na época da infância, eu por questão de influências, culturais, influências da cultura do branco, eu me sentia às vezes até envergonhado, nessa questão de ser negro, de não poder ter o que o meu colega branco tinha, da minha mãe e meu pai, não poder doar inclusive, brinquedos, época de natal, relacionado com o que ele obtinha. Então, eu acho que se eu fosse um pouco mais claro, talvez a coisa seria (*sic*) diferente. Hoje não, graças a Deus, eu tenho essa consciência que a negritude, ela é bonita, ser negro, é ser bonito como qualquer outra raça, a branca, porque a gente contribui para a formação da cultura brasileira, para formação da política brasileira, da sociedade brasileira, então eu acho que ser negro é ser bonito, é ser belo.

Já Cristina ressalta a relação entre a resistência e ser negro, bem como seu orgulho de ser negra: “Ser negro para mim é um motivo de orgulho, é uma resistência diferente, eu não quero com isso dizer, que é superioridade. De forma nenhuma, mas [...] (silêncio, ela se emociona e fala com a voz trêmula), por tudo que a gente passa, eu acho que é símbolo de resistência (silêncio). Eu acho isso”. Nesse momento, ela não consegue conter a emoção.

No depoimento de Marcos, existe uma dupla identidade, que alguns poderiam interpretar como contraditória ou falsa consciência, mas que pode demonstrar como uma complexidade de nossas relações raciais. (SANSONE, 2003, p. 18).

Ou ainda nossa negritude não pode ser interpretada como uma categoria racial fixada numa diferença biológica, mas a identidade racial e étnica pode ser baseada numa multiplicidade de fatores. (SANSONE, 2003, p. 25). Veja o depoimento:

Eu etnicamente me defino como pardo com identidade negra, eu tenho uma identidade negra. [...] Sem me historiar porque as pessoas sempre gostam de dizer que tem um negro na família que ele nunca é negro, há sempre alguém, há alguém na família, então deixando minha árvore genealógica de lado, etnicamente as pessoas podem me ver como branco ou negro, isto é, o outro, agora, eu etnicamente, a minha cor, eu me sinto

pardo com uma identidade negra. O que é se sentir numa identidade negra? É estar próximo das manifestações culturais negras e estar próximo a tudo aquilo que é próprio do negro, na sua formação ideológica é tudo isto e nada disto. O que é então? É sentir que existe a exclusão social pelo olhar do outro, que existem barreiras sociais impostas à comunidade negra, é saber que é preciso ter uma luta que até às vezes se torna absurda porque nem todos querem aderir a ela, mas que é preciso mudar, que é preciso criar uma sociedade tolerante, que é preciso criar uma sociedade justa e não mais justa, que esta sociedade justa e este país só se tornará uma nação quando os negros estiverem incluídos no seu todo [...], é por isso que eu me vejo na minha luta, no meu espaço, no meu cotidiano como ser negro.

A professora Giovana ressalta que ser negro é ter consciência da participação do negro na construção da história desse país:

Ser negro é ser um ser que faz parte da história desse país, ser negro é ser um ser atuante, ser negro é não ter medo, a gente saber enfrentar os problemas que estão na vida de todo negro, e saber que esses problemas são visíveis tanto para os negros como para os brancos, não tentar fazer de ser negro um suporte, uma escada a mais, acho que ser negro é poder chegar num pé de igualdade com qualquer pessoa, que esteja perto de mim, é ser uma pessoa que possa transmitir para as pessoas, calma, sossego, sinceridade, estar entendendo o motivo disso, porque muitas vezes, ah, eu sou negra, alguém é mais do que eu [...] não, não tem nada a ver, ser negra é ser a gente mesma, ser você mesma.

4.4 Os problemas enfrentados pelos negros na visão dos estudantes

Todos os jovens entrevistados, independentemente de sua identidade etnicorracial, acreditam que os jovens negros enfrentam mais problemas no mercado de trabalho e educação do que o jovem branco.

Patrícia, jovem negra, assim se coloca:

Porque as portas pro (sic) branco pobre, porque a gente vê muito, pelo menos aonde eu trabalho, eles exigem independente da condição social, brancas loiras e bonitas, e pobres e negras eles quase não gostam de trabalhar com negras, porque atrapalha no desenvolvimento do trabalho deles, atrapalha na imagem do escritório, uma negra pobre, agora um branco independente da condição social dele, ele sempre tem as portas abertas.

Observa-se claramente a percepção de que o padrão estético afeta profundamente a colocação no mercado de trabalho, tal fato não parece ser muito importante na colocação dos jovens brancos, não importando a sua condição social.

Na percepção de Andréia, jovem que se autoidentifica como parda, o problema está no próprio negro que se acredita inferior, observe que esse é um padrão muito comum presente nas respostas das pessoas que não acreditam no racismo. Apesar disso, no final ela admite a existência de brancos preconceituosos.

Porque a discriminação negra começa a partir dele próprio. O negro, ele próprio se discrimina, ele mesmo fala assim: “Ah! Eu não posso fazer isso porque eu sou negro”, então a discriminação começa por ele mesmo, as dificuldades são de todos, tanto do branco como do negro, mas as vezes a discriminação do negro começa a partir dele mesmo. A partir do momento, que ele falar assim: “eu sou igual aos outros” não vai existir discriminação.

Mas, quando perguntada se tal problema era só do negro ou do branco, ela se posiciona assim:

Não, o branco também. Porque existem muitos brancos que discriminam os negros, mas começa de dentro do interior dele, ele já se olha diferente, o próprio negro já se olha diferente, aonde na verdade somos todos iguais. Para mim não tem diferença, não tem distinção, quando morrer vai para um lugar só.

Já para Ariadne, jovem negra, a questão é vista de forma diferente:

Não, porque eu luto de igual para igual. Eu sou negra e vou em (*sic*) busca, da mesma maneira que uma pessoa branca está do meu lado, eu posso lutar e conseguir da mesma forma que ele. Desde que a capacidade de um seja melhor do que a do outro, aí, sim; às vezes, a gente acha assim que a gente foi discriminada, porque ele foi escolhido, não talvez, porque a capacidade dele é melhor que a minha. Eu vejo por esse lado.

Bruno, jovem negro, coloca que a questão do preconceito e da discriminação afeta muito mais o jovem negro que o jovem branco:

[...] acho que o negro, pobre, pobre mesmo, junto com o branco pobre, vai sofrer mais dificuldade ainda, porque ele sofre os preconceitos porque é camuflado pela sociedade, que muitas vezes não é visto pelo sistema,

mas eu acho que sofre também, não vou falar que não sofre, mas o jovem negro sofre mais.

Helena observa a diferença de problema enfrentado pelo jovem branco e negro e ressalta que, além da questão econômica, o jovem negro enfrenta a questão racial: “Ele enfrenta a dificuldade econômica, e o negro tem a econômica e a racial.”.

Ana, jovem branca, acredita que de fato os jovens negros enfrentam preconceito e discriminação e isso se manifesta, por exemplo, nas piadas. Apesar disso, ela disse nunca ter presenciado essas situações:

Olha, eu acho que a sociedade brasileira ela ainda é um pouco racista, eu acredito que o negro pobre ainda enfrente mais problema que o branco pobre, eu acho que deve afetar sim. [...]. Existe porque parece que está na base da sociedade, mesmo que a gente procure não ter preconceito, está sendo mudado, mudou bastante, mas sempre tem uma piadinha, alguma coisinha, sempre está na base, mas já mudou bastante, e tem muito menos que antigamente, mas ainda tem um pouco de preconceito e racismo sim [...]. Assim no meu meio, eu nunca tive, caso eu nunca percebi nada disso não. Como que se manifesta? Deve se manifestar assim, às vezes, na escola é mais difícil, o acesso até eles, eu nunca percebi nada, eu nunca vi nada com relação ao preconceito racial, mas existe.

Na visão de Lucas, o jovem branco enfrenta menos dificuldades que os negros: “[...] mas eu acho que o jovem branco não enfrenta as mesmas não, eu acho que o jovem negro enfrenta mais dificuldade. Está mudando, está melhorando, mas, a meu ver, ainda tem.”.

Quando perguntado sobre o tipo de dificuldade, diz: “Sei lá, de discriminação.”.

Para tentar observar melhor sua percepção, ele foi indagado sobre a existência do preconceito e da discriminação racial no Brasil e como esses fenômenos se manifestam. A isso, respondeu:

Ainda existe, porém, está caminhando para cada vez a pessoa se conscientizar mais, mas eu acho que ainda existe. [...]. Primeiro a pessoa é deixada um pouco mais de lado, se for um atendimento, uma prioridade, entre um branco e um negro, eles atendem primeiro o branco, depois aí vê as qualidades do negro, mas nem todo lugar assim, mais ainda tem.

4.5 Participação no CENEG e mudanças na visão dos alunos egressos sobre o preconceito e a discriminação

Uma das questões interessantes a observar é se a participação no Centro Nacional de Cidadania Negra levou a uma mudança na percepção desses ex-alunos sobre a problemática da discriminação e do racismo.

Para Patrícia, apesar de sua visão sobre preconceito e discriminação não ter se modificado, ela teve ganhos em relação à sua autoestima:

Eu acho que mantive o mesmo, só que aumentou a minha autoestima, para poder procurar recursos melhores [...]. Nossa, eu tinha medo de enfrentar e ser discriminada, e com a ajuda do CENEG, você sabe que tem portas na maioria das vezes que estão fechadas, mas você vai com mais determinação, você tem certeza que se você encontrar ela (*sic*) fechada, você volta de novo, até você conseguir achar uma porta aberta. Para poder estar estudando, estar desenvolvendo.

Para a jovem parda Andréia, não houve nenhuma mudança:

É a mesma coisa. Porque eu nunca tive esse tipo de preconceito. Nunca tive esse tipo de diferença, para mim nunca teve. Então, quando eu fui para o CENEG, eu já procurei o CENEG sabendo, o nome já fala Centro de Valorização da Raça Negra, então para mim, sinceramente não mudou nada. Ah! Se falassem assim: “Você melhorou sua Cabeça!”, não porque toda vida foi uma coisa, que eu aceitei muito bem, inclusive o meu próprio padrasto e os filhos deles são negros, então eu convivo com pessoas dessa raça, dentro de casa, para mim fala assim que mudou, não, se eu falar que a minha vida mudou [...]. Porque eu cresci dentro da raça negra. Mesmo por causa da minha religião, uma religião do negro, eu sou do Candomblé e quem trouxe essa religião para o Brasil foram os negros. Então 90% é uma religião de negros, então nunca tive assim, esse tipo de preconceito, de discriminação, para mim, tudo foi muito normal, nunca [...], se falasse assim, “você mudou!”, não nunca mudei porque eu cresci ali, então eu sei.

Para Ariadne, jovem negra, a participação no CENEG fez com que ela percebesse que o preconceito é geral, que sua situação não se devia à condição de negra, mas à falta de qualificação:

O CENEG o tempo que eu estudei, eles pregavam de certa forma sim, que o preconceito é em geral com negros, homossexuais, mulheres, em geral. Então que acredito que ali, eu passei enxergar, que o preconceito não vinha de eu ser negra, mas de eu não ter conhecimento das coisas que

poderiam fazer eu (*sic*) crescer [...]. Não, [...], etnia, nada disso não, mais por falta de conhecimento e capacidade.

Para Helena, sua participação no CENEG lhe deu acesso a informações que lhe possibilitaram entender melhor a discriminação e o racismo e melhorar sua autoestima. Quando perguntada sobre sua participação na instituição e o acesso a informações sobre o preconceito e a discriminação, respondeu: “Ah sim.”. Quando perguntada sobre sua participação no CENEG e sua autoestima: “Com certeza. Nós tivemos bastante (*sic*) pessoas que tinham algumas informações que nós ainda não tínhamos compreendido, então com certeza.”.

Para Ana, jovem branca, a participação nos cursos do CENEG não possibilitou uma visão melhor do racismo e da discriminação:

Olha a gente percebeu, eu não percebi isso lá, eu acho que eu não passei a perceber melhor, eu continuei percebendo da mesma forma. Ainda mais que no CENEG que teve a inclusão de todo mundo, então não deu para eu perceber uma coisa muito diferente de quando eu entrei lá.

Já para Lucas, jovem branco, a participação e, principalmente, o convívio com pessoas de cores e posições sociais diferentes demonstraram que a instituição, apesar de se intitular negra, não privilegia só os negros e, portanto, não discrimina e com isso leva as pessoas a “enxergar” melhor o problema:

Ajudou, porque, o CENEG dá um apoio à raça negra, então o cursinho lá não foi voltado só para os negros, então abriu a porta para a gente que é branco, apoio, independente de cor e classe, então abriu as portas para todos. Eu achei importante, porque se fosse só para os negros, o negro estaria se autodiscriminando, sendo os próprios preconceituosos. Então não foi só para eles. Então eles fazem com que as pessoas que estão em volta enxerguem melhor.

4.6 A questão das políticas universais e específicas na visão dos estudantes

A maioria dos estudantes entrevistados acredita que a melhor maneira de combater a discriminação e o racismo ainda sejam as políticas universais, mas não descartam as políticas específicas, principalmente as cotas.

Na visão de Patrícia, as políticas específicas aumentariam a discriminação, portanto, ela acredita em políticas que contemplem as duas populações. Quando perguntada se o Governo deveria criar políticas específicas para a população negra, assim ela se coloca:

Eu acho que não, porque aumentaria a discriminação. [...]. Para os dois, tanto pro (*sic*) branco pobre, eu sei que existe dentro do mercado de trabalho, eles escolhem o branco, mas assim tendo só aquela participação só de negros, eu acho que ia ter mais discriminação. Eu acho que a discriminação aumentaria.

Andréia, jovem parda, acredita que a cota não deveria existir, mas como existem pessoas preconceituosas o governo deve implementá-las:

Eu concordo sim. É uma coisa que não deveria existir? Não deveria. Mas, eu, você, o João e a Maria não têm (*sic*) preconceito, e os outros? Existe demais, o preconceito é grande, as pessoas falam que o preconceito está acabando, não. O preconceito cada dia que passa aumenta, então infelizmente, como existe preconceito, tem que (*sic*) existir política. Não é que nós somos melhores, não, jamais, só que o ser humano não evoluiu a ponto de ver, que é tudo igual, o que muda é a cor da pele.

Ariadne acredita que não deveriam ser criadas políticas específicas para os negros, mas para a comunidade carente em geral:

Seria não só a população negra, mas um projeto para a comunidade carente em geral, porque têm negros, eu acho que o projeto deveria ser voltado inteiramente para a comunidade carente, porque na comunidade carente tem negro sim, a maioria, mas também tem branco que necessita também dos mesmos recursos que o negro também estava em busca. Eu acho que deveria ser voltado para um todo.

Bruno é favorável às ações afirmativas, pois acredita que elas seriam mecanismos para compensar as vítimas da escravidão:

Sou a favor. Porque acho que quando houve a ditadura militar que morreu muita gente, depois que acabou a ditadura, eles indenizaram muitas famílias, e no caso do negro não. O negro vem de uma opressão atrás da outra. Se a gente for analisar a escravidão está há pouco tempo, então é uma coisa enraizada, que a gente vê ainda até hoje na sociedade, então eu acho que essas ações afirmativas são uma forma de priorizar o negro, estar indenizando ele (*sic*) de forma para promover ele (*sic*). Eu não estou dando nada de graça para ele, estou incentivando ele, por esse caminho ele

terá uma condição de vida melhor. Por isso eu sou a favor das ações afirmativas. Mas eu sou a favor também não só de ações afirmativas porque muda educação, porque daqui uns anos não têm mais ações afirmativas, porque a educação daqui a 20, 30 anos, ela dê (*sic*) condições tanto para o negro quanto para o branco. Isso é a minha concepção.

Quando perguntado sobre quais políticas seriam mais eficazes, ações afirmativas ou de combate à pobreza, Bruno deixa clara a necessidade de ambas estarem conectadas:

As duas coisas têm que (*sic*) estar atuando juntas, porque as ações afirmativas é um conjunto de medidas, pelo que eu entendi é um conjunto de medidas, que têm que (*sic*) estar agindo juntos, então é educação e cultura, saúde, senão melhorar pelo menos educação e saúde, para essa população pobre, eu acho que não vai ter como atingir o ideal que é a integração dessas pessoas, a integração social, eu poder sair e falar assim: Oh! O meu filho vai crescer, ele não precisa, não é por causa da cor dele que ele não vai alcançar o seu objetivo, entendeu? Eu acho que deve ir mais para esse lado.

Helena acredita que as políticas públicas deveriam ser para toda a população pobre, mas não descarta o uso das cotas para negros, na sua visão é uma chance que não pode ser desperdiçada:

Tendo uma política voltada para a população pobre, nós, negros, estamos dentro desse quadro. Sabe, eu acho que tem que (*sic*) ter uma política voltada para a população pobre mesmo, porque é onde está a minha classe. [...]. Eu acho necessário, eu gostaria que não houvesse essa coisa de negro, mas já que está sendo colocado, eu não vou desperdiçar essa chance. [...]. Cotas para uma classe menos privilegiada, mas já que eles estão colocando como negros eu aceito também. Porque se não começar de um lado, nunca vai haver uma melhoria da educação, porque para mim a tendência da cota é levar uma melhoria do ensino fundamental, e aonde (*sic*) está a maior parte da população pobre, essa população pobre abrange muitos negros.

Dos alunos entrevistados, Ana é a única que diz não ter uma opinião formada sobre o assunto que, segundo ela, é muito “complicado”. Apesar disso, subentende-se pelo seu depoimento que ela é contra:

Isso é uma questão muito complicada, eu tenho visto essa questão de cotas para o vestibular, é uma questão bem complicada de se falar nisso, e que, sei lá, às vezes se você levar uma parte, para a pessoa negra, já pode es-

tar, prejudicando o outro também, sendo uma forma de racismo também, é uma questão que tem que pensar muito, que vai dar bastante trabalho para pensar sobre isso. [...] porque às vezes o governo oferece suporte, e a pessoa que tem esse suporte, não dá valor, não mereça esse suporte. Por isso que eu acho, que é uma questão bastante complicada, do suporte que é dado, da consciência da pessoa que está recebendo o suporte.

Quando perguntada sobre sua opinião sobre as cotas: “Não tenho. Eu já pensei sobre isso, e eu tive bastante dificuldade de chegar a uma conclusão sobre isso. Porque tem vários lados, é bem complicado (*sic*) essa questão.”

Lucas acredita que o melhor seria uma política geral, mas não descarta as cotas que, na sua visão, podem ser formas de “forçar” a sociedade a aceitar o negro:

Bom até então eu acharia melhor, política geral, porque aí abrangeria toda a classe, eu vejo que a sociedade está caminhando para acabar com isso daí, então já tem muitos incentivos eu vejo. Para conseguir emprego, pessoas negras, pelo menos que vejo falar, não tem tanta discriminação mais. Também na universidade, mas se ainda existe muito esse forte preconceito ainda, se você criar uma política só voltada para eles, pode ser que resolva. [...]. Eu sou favorável, se bem que isso aí, eles estão criando isso aí, é um jeito de forçar, de fazer a sociedade aceitar, não é? [...]. Então, é meio estranho, estaria aceitando, porque existe a cota, não por livre e espontânea vontade. Quer dizer que ainda existe preconceito. Se não, não precisaria ter cota.

4.6.1 A questão da identidade para os estudantes

Para os alunos negros entrevistados, a questão da identidade negra aparece associada à “luta” e à “resistência”. Observem-se os depoimentos:

Patrícia: “Ser assim lutadora, batalhadora, apesar da discriminação e da vida difícil, é me manter sempre em pé, procurando recursos melhores, [...]”.

Ariadne assim se define:

Barreiras? Não. Eu não encontro barreiras, por isso, porque eu vou em (*sic*) busca. Eu acho que o negro, aquele que se acha, discriminado, ou seja, desamparado, é pelo fato, de que ele não, senta ali e acha que porque ele é negro tem que ter tudo na mão. Ele não tem vontade de buscar, e para mim eu acho que não tem esse problema, então eu vou em (*sic*) busca,

luto, então para mim (*sic*) ser negra, é uma honra, vontade de lutar, acima daqueles que não são.

Bruno deixa clara a associação entre ser negro e lutar:

O negro para mim, é símbolo de luta, luta porque no meu ver tudo para o negro é mais difícil, tudo que é mais difícil é saboroso você alcançar, porque depois que você alcança você tem aquele prestígio, o fato de eu ser negro e as coisas serem difíceis, eu conseguir superar esse obstáculo, então negro para mim é amor, luta, conquista, estar sempre batalhando para os meus objetivos.

Helena, além de fazer a mesma associação, acrescenta que ser negro é fazer parte da história desse país: “Eu faço parte da história desse país, uma batalhadora, lutadora, ser mulher, ser discriminada pelo sexo, mais ser negra. Uma batalhadora.”

Inicialmente, quando se começou a entrevista com Andréia, acreditava-se que esta se identificava como branca e foi perguntado a ela o que significava ser branca e assim ela respondeu:

Para mim, é como eu te falei, eu não tenho preconceito, então, para mim é normal, se eu fosse uma branca, se eu fosse uma negra. Porque eu convivo no meio de negros, acho que dentro do meu círculo de amigos poucos são brancos, como eu. Então, eu vejo eles, como eu. Igual para mim não tem diferença a questão de ser branca. Muito pelo contrário, até brinco muito, meus amigos falam assim para mim: “Você é branca!”, mas eu estou com o “pezinho” na África, o cabelo é ruim. O cabelo é enrolado, então eu tenho um pezinho na África. Para mim, não tem vantagem nenhuma ser branca.

Novamente, a pergunta foi feita e ela acrescentou: “Parda. Eu sou classificada como parda, por causa do cabelo.”

Observe como existem vários critérios para definir a identidade da pessoa, fato já ressaltado por Nogueira (1998) na sua clássica distinção entre preconceito de cor e de marca racial, questão já discutida neste trabalho.

Com relação aos alunos brancos, quando indagados sobre o significado de ser branco, os dois destacaram nunca terem pensado no assunto:

Ana disse: “Nem passou pela minha cabeça, é uma coisa que você nunca pensa, é uma coisa que eu nunca pensei.”.

Lucas se posicionou da seguinte forma:

Ser branco? Bom eu não sei se está correto, eu sei que eu não sofro as mesmas discriminações que um negro sofre, até mesmo no ambiente que você chega, o jeito, você é tratado diferente. Mas não é assim também, mas eu não tenho notado isso. Mas que (*sic*) ainda tem. No meu meio de convivência não tem, de trabalho, escola não tem discriminação mais. Eu não sei se eu respondi. Não me sinto diferente, principalmente dos negros. Porque até então todo mundo é ser humano. Todo mundo é igual na Terra. Todo mundo é capaz, todo mundo é inteligente, cada um buscando seu espaço, então não tem porque eu pensar que eu sou diferente, ser diferente assim, que uma pessoa igual, não me sinto diferente.

4.7 Os aspectos positivos e negativos da instituição

Uma das perguntas do roteiro tinha como objetivo observar quais os aspectos positivos e negativos que os alunos encontraram no Centro Nacional de Cidadania Negra.

Para Patrícia, a participação na instituição tinha sido muito positiva ao ponto dela não identificar nada a ser aprimorado: “Foi positivo para mim. Para mim foi muito bom. Não tenho o que questionar. Do meu ponto de vista, o que me ajudou o que me manteve, para mim está ótimo.”

Para Andréia, estar juntos, independente da cor ou da posição social, foi extremamente positivo, pois serviu para demonstrar que todos seriam iguais:

Questão negativa não teve. Eu acho assim, nós estávamos ali todos miscigenados (como você falou), cada um de uma cor, cada um de uma determinada área, então assim mostrou, serviu para mostrar, a gente foi a primeira turma de cursinho, serviu para mostrar, que num todo, todos somos iguais, independente, de cor, raça e condições financeiras. É uma coisa importante, não na idade que a gente já está, eu acho que isso deve ser trabalhado com a criança desde pequena, ela já crescer aprendendo que é, que o negro também é como ele, que o negro é um ser humano, normal, que pode crescer, viver e ser rico. Porque hoje em dia, a gente fala assim, às vezes o preconceito é tão grande, que às vezes passa um negro num carrão, todo mundo fala, ah! Ele é motorista. Nunca qualifica ele (*sic*) como o dono. Então o trabalho do CENEG é um trabalho interessante, importante, eu acho assim, deveria ter mais palestra para estar falando, divulgando, a raça negra, mostrando o que o negro pode fazer, como o negro pode entrar no mercado de trabalho. Porque igual eles fizeram, não sei se porque a gente era a primeira turma, que ainda estava meio bagunçado, não bagunçado, ainda não tinha aquela organização, falava-se

pouco sobre o negro na sociedade, o negro entre a gente, é uma coisa que eles deviam procurar mais mostrar, mas num todo foi bom. Foi ótimo.

Com relação à expressão “como você falou”, Andréia se referia à questão levantada sobre a miscigenação no Brasil, se de alguma forma a miscigenação havia diminuído o preconceito e o racismo no Brasil:

Não, eu acho que não. Não, não mudou em nada. Muito pelo contrário, eu acho que cada vez mais o preconceito vem aumentando. Não sei se isso passa de pai para filho, ou se isso é a educação, mas hoje você vê muito mais criança, eu não falo a gente que já é adolescente, adulto; com preconceito do que antigamente.

Ariadne ressalta que o aspecto positivo da instituição foi ter mostrado as “barreiras” e a forma de enfrentá-las, mas não concorda com a posição da instituição sobre as cotas para negros, apesar dela se autoidentificar como negra:

Positivo acho foi o fato de mostrar as pessoas que existem barreiras, mas existem maneiras de quebrá-las. Eu só não concordo com a maneira de falar assim, que tem ter vamos supor 20% de bolsas para negros, isso eu não concordo. Eu acho que 20% é para a comunidade carente, esse lado do CENEG eu não concordo.

Quando perguntada se a ênfase na questão do negro é importante, ela responde negativamente. Para conferir, apresenta-se a seguir as perguntas e as respostas:

P: Apesar de você ter participado, você acha que essa ênfase nessa questão negra é importante?

R: Não.

P: Por que você foi fazer o curso?

R: Pela forma de ser carente e não ter condições de pagar um curso.

P: Não foi especificamente por ser um Centro Nacional de Cidadania Negra?

R: Não, não, que poderia ser qualquer outro local, que me oferecesse esse curso, se ele fosse gratuito eu estaria lá também.

Observe que para Ariadne a motivação principal de procura ao Centro Nacional de Cidadania Negra foi a possibilidade de fazer um curso gratuito sem quaisquer motivações de ordem etnicorracial.

Para Bruno, a questão negativa é a falta de ampliação do curso e uma maior divulgação; além disso, ele ressalta a necessidade de um maior número de parcerias para que a instituição se desenvolva; para Bruno, devido à instituição ser ligada aos negros, ela não pode ter falhas:

Negativo, eu acho, o curso foi uma ou duas vezes que teve, foram poucas pessoas, mas no geral, o CENEG pelos cursos que eles estão oferecendo, eles afetam muita gente, mas eu acho que poderia afetar mais, eu acho que poderia estar ampliando mais, fazendo parcerias, se os diretores se dedicassem mais poderia estar formando mais parceria, ampliando essa integração da sociedade com essas aulas de pré-vestibular, esporte solidário, os outros cursos computação e informática, eu acho que através disso, a gente tem que formar é parceria. Não é só depender de verba de governo Federal, estadual e municipal, eu acho que é através de parceria que a gente vai conseguir estar buscando o objetivo, acho que é a única forma, o único ponto negativo que eu acho é isso. Eles teriam que dedicar mais para ampliar mais. Porque é uma organização de nome, que muitas vezes, se for negro, você tem que fazer e fazer bem feito se ficar uma falhinha, eles vão naquela falha, e por ser negro, acaba desestruturando, atrapalhando, um projeto que por sinal é muito bom.

Helena destaca a questão da informação como positiva e as influências políticas como prejudiciais à instituição:

Positivo é a informação. Lógico que a gente percebeu, porque veio de colégio público, deu para perceber bastante o quanto nós estamos atrasados, esse eu acho que é o lado mais positivo da questão. Negativo, o que eu posso te dizer, a política, ela influenciou muito, eu acho que acabou misturando as coisas, devido o CENEG ter saído da política, as pessoas que participaram não valorizaram porque acharam que era só político, mascarado, por causa da política.

Para Ana, o aspecto mais positivo da instituição foi justamente a possibilidade do curso ser voltado para brancos e negros, ou seja, uma instituição que não exclui nenhuma “raça”, “etnia” ou “idade”:

[...] as propostas do CENEG, eu achei que foi muito positivo, o fato deles não abrirem só para negros, de abrirem para todas as raças, todas as etnias, o fato deles não excluírem ninguém, idade, nada, eu acho que é um

ponto positivo, porque eles não centralizam só na raça negra, eles abriram para tudo. Agora ponto negativo eu não lembro de nada não.

Lucas destaca que a questão mais importante foi a “integração” das “raças”, pois se fosse só voltado para a “classe negra”, o CENEG estaria discriminando, para ele essa integração possibilitaria uma melhor visão sobre o preconceito:

Foi bom (*sic*) essa integração, esse curso voltado para todos, ficar todos num meio, então, é que eu já falei, se fosse só voltado para classe negra, se auto, se estaria discriminando. Não, foi voltado para todos, então é até bom que aí os outros na convivência ali comessem, os que têm a cabeça fechada, abri mais a mente a esse respeito de preconceito que não existe mais, agora poderia ser melhorado, o que tenho a dizer é continuar com esse projeto, continuar com ele e não deixar a peteca cair e nos pontos que forem positivos ir buscando aperfeiçoar cada vez mais, para atingir a todos.

CONCLUSÃO

AS ESPECIFICIDADES BRASILEIRAS NAS POLÍTICAS DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E AO RACISMO

Nos últimos anos, a temática das desigualdades raciais e das chamadas ações afirmativas ganharam grande expressão, principalmente depois do lançamento do Programa Nacional dos Direitos Humanos em 1998.

Uma das questões que sempre me levantou dúvida era se as chamadas ações afirmativas seriam adequadas à realidade brasileira. Para tentar elucidar essa questão, acompanhou-se a criação de uma entidade que se inicia localmente e que se transforma numa entidade de caráter nacional.

O Centro Nacional de Cidadania Negra, em seu desenvolvimento e atuação, possibilitou a esta pesquisa a percepção de algumas questões importantes para o entendimento das políticas de combate à discriminação e ao racismo no Brasil.

Antes de tudo, é preciso observar que essa instituição, oriunda do Movimento Negro de Uberaba, em suas propostas tem um forte paralelo com as reivindicações do Movimento Negro do início do século. A questão da integração ainda aparece como uma questão fundamental, fato esse que reforça a necessidade de que as instituições estatais devem fazer um grande esforço no sentido de diminuir a grande distância social entre a população branca e a população negra. A ênfase na educação e no trabalho demonstra a necessidade da integração social. Ao mesmo tempo, à medida que a instituição se desenvolve, suas reivindicações passam a se aproximar cada vez mais das reivindicações mais atuais do Movimento Negro.

O governo brasileiro começa a se preocupar mais com essa problemática a partir da sua participação em tratados⁴⁸ e eventos⁴⁹ que objetivavam diminuir as desigualdades que tinham por base a “raça”, o gênero, etc. A necessidade de se ter uma imagem que fosse favorável para a obtenção de recursos externos, bem como a existência de um Movimento Negro de

48 O Brasil é signatário de três tratados internacionais antidiscriminatórios: A Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) desde 1968, a Convenção Relativa à Luta Contra a Discriminação no Campo do Ensino (1968), a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (1969). JACCOUDE; BEGHIN, 2002.

49 O Brasil participou nas três conferências mundiais contra o racismo, respectivamente em 1978 e 1983, e recentemente, em 2001, na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata em Durban, África do Sul. Para maiores detalhes ver in: JACCOUDE; BEGHIN, 2002.

caráter transnacional e nacional, pressionaram o governo brasileiro que acabou criando, dentro das metas do Programa Nacional dos Direitos Humanos, em 1998, um item no tocante à valorização da população negra. A partir desse contexto de mudanças, é que nasce o Centro Nacional de Cidadania Negra, que cria suas políticas de combate à discriminação e ao racismo a partir dos recursos do Programa Nacional dos Direitos Humanos. Essa relação entre o surgimento do Centro Nacional de Cidadania e o Programa Nacional dos Direitos Humanos parece apontar para um novo tipo de relação entre as instituições da sociedade civil organizada e as instituições estatais. Afinal, a obtenção de recursos foi possível graças à apresentação de projetos e metas que estavam de acordo com os objetivos do Programa Nacional de Direitos Humanos, obedecendo a padrões de obtenção de recursos que se afastam da tradição clientelista e assistencialista, características da relação entre Estado e a sociedade civil no Brasil.

Apesar do universo dessa pesquisa ser limitado, talvez a reflexão sobre alguns aspectos dos pressupostos e das políticas de combate à discriminação e ao Racismo do Centro Nacional de Cidadania Negra possibilite uma compreensão das chamadas ações afirmativas no Brasil.

Fica claro, a partir da análise das propostas e atuação do Centro, que o chamando mito da democracia racial está incorporado na lógica de atuação do Centro Nacional de Cidadania Negra. É obvio que o chamado mito da democracia racial ofuscou por um longo período o problema das desigualdades raciais no Brasil, fato esse mais que demonstrado pela literatura das chamadas relações raciais no Brasil. Mas, não se pode deixar de levar em consideração que esse mito enseja um valor, ou seja, a crença na possibilidade da criação de uma sociedade em que a identidade etnicorracial tenha pouca relevância na vida social. Principalmente entre as classes mais populares, esse mito acaba possibilitando uma integração de pessoas de cores e origens sociais distintas.

Observa-se a partir da atuação, assim como dos discursos das lideranças, a possibilidade de um hibridismo entre o critério de exclusão que tenha por base a cor e o critério socioeconômico, isto é, as políticas do Centro Nacional de Cidadania Negra estão voltadas para negros e carentes. De alguma forma, o hibridismo da percepção das desigualdades acaba sendo incorporado na atuação dessa instituição. Isso poderia ser interpretado como uma especificidade das chamadas ações afirmativas. Observa-se também que os depoimentos das principais lideranças da instituição ressaltam a necessidade de se trabalhar urgentemente com a população negra, mas não descartam a possibilidade de se trabalhar com a parcela de brancos pobres. Há uma preocupação para que os cursos promovam uma integração entre pessoas de várias cores e de origens socioeconômicas.

A possibilidade de uma melhor percepção sobre os problemas das desigualdades raciais e da criação de novos aliados é fato ressaltado tanto no depoimento das lideranças como no dos estudantes. Os estudantes, independentemente de sua identidade etnicorracial, possuem clareza sobre as dificuldades que os jovens negros enfrentam no mercado de trabalho, bem como sobre a existência do preconceito e da discriminação no Brasil e, em sua maioria, são favoráveis às políticas específicas destinadas aos negros. Apesar disso, e isso transparece no depoimento dos jovens negros, não descartam a necessidade de políticas que atendam negros e carentes, ou seja, a instituição trabalha a partir de certo universalismo. Um universalismo pragmático, pois de alguma forma a incorporação dos chamados carentes possibilita a criação de aliados importantes que possivelmente terão grande papel na busca de uma sociedade menos desigual e discriminatória.

Interessante observar no depoimento dos jovens negros que a exclusão que eles sofrem não é fonte de um padrão rígido de identidade, ou seja, a questão da necessidade de uma consciência “racializada” para resolução da discriminação e do racismo não parece ser algo motivador de suas condutas. Há uma identidade marcada pela idéia de luta e resistência, mas nem por isso eles descartam a necessidade de políticas que atendam a negros e carentes. Com relação aos estudantes brancos, estes observam em seus depoimentos que a participação nos cursos entre jovens de posições e cores diferentes é ressaltada como algo positivo, que possibilita inclusive melhor percepção das desigualdades raciais.

Essa especificidade brasileira de percepção das próprias desigualdades raciais está presente tanto nos depoimentos das lideranças, dos estudantes, como também na atuação da instituição. Não se sabe se esse tipo de política em longo prazo surtirá efeito, mas o que se observa é que a potencialidade de criação de novos aliados que lutam pela supressão do racismo e da discriminação racial no Brasil é um fato que não pode ser descartado. O problema do racismo e da discriminação não é somente dos negros, mas da sociedade brasileira que só será efetivamente resolvido com a incorporação e a conscientização da população socialmente organizada.

A singularidade das chamadas ações afirmativas no Brasil, esse hibridismo, que incorpora negros e carentes, que, aliás, já estava presente em instituições oriundas do próprio Movimento Negro, quando criou os cursos pré-vestibulares para negros e carentes, pode ser interpretado como algo inovador, uma certa forma de os brasileiros lidarem com a questão etnicorracial, o que não pode ser interpretado como algo “falso ou “atrasado” em relação, por exemplo, ao padrão identitário norte-americano.

Portanto, a análise da instituição pesquisada, o CENEG, possibilitou o entendimento de que as chamadas ações afirmativas no Brasil têm uma especificidade própria, e que está muito relacionada à incorporação dos valores do chamado ideal de democracia racial. Apesar do universo limitado deste estudo, acredita-se que as questões levantadas sejam importantes para o entendimento e o estabelecimento de políticas públicas que diminuam as desigualdades raciais no Brasil e que de fato caminhem para a construção de uma efetiva democracia racial neste País.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Márcio Mucedula. *As Organizações Negras em São Carlos: política e identidade cultural*. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1998.

ALBERTO, Luiz. As relações raciais no Brasil e as perspectivas para o próximo século. In: HUNTLEY, Lynn Walker; GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ANDREWS, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo, (1888-1988)*. Bauru: EDUSC, 1998.

_____. Ação afirmativa no Brasil? In: SOUZA, Jessé. (Org) et alii. *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, 1996.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Brancos e Negros em São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

BERNARDINO, Joaze. Ação Afirmativa no Brasil. In. ARAÚJO, Caetano E. Pereira et al. *Política e Valores*. Brasília: Editora UnB, 2000.

CASHMORE, Ellis; BANTON, Michael. *Dicionário de relações étnicas e raciais*. São Paulo: Summus, 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARNEIRO, Sueli. Estratégias legais para promover a justiça social. In: HUNTLEY, Lynn Walker; GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. COSTA, Sérgio. A Construção Sociológica da Raça no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, Ano 24, nº1, 2002, p. 35-62.

D'ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multi-culturalismo: racismo e anti-racismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DA MATTA, Roberto. Notas sobre o racismo à brasileira. In: SOUZA, Jessé. (Org) et alii. *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, 1997.

_____. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DURKHEIM, Emile. *O Suicídio*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Editora Ática, 1978. v. 2.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1989.

FOLHA DE SÃO /DATAFOLHA. *Racismo Cordial*. São Paulo, Ática, 1995.

FRY, Peter. Política, nacionalidade e o significado de “raça” no Brasil. In: Leslie Bethell. (Org.) *Brasil: fardo do passado, promessa do futuro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *O que a cinderela negra tem a dizer sobre a “política racial” no Brasil*. Disponível em: <www.usp.br/revistausp/n28/ffrytexto.html>. Acesso em: 20 Jul. 2003.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. *Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social*. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. Ações Afirmativas: aspectos jurídicos. In. Vários autores. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, ABONG, 2002.

_____. O debate constitucional sobre as Ações Afirmativas. In. SANTOS, Renato Emerson; LOBATO, Fátima. *Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. HUNTLEY, Lynn (Orgs.). *Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo: Editora 34, 2002.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo, Ática, 1999.

GRIN, Mônica. Esse ainda obscuro objeto de desejo políticas de ação afirmativa e ajustes normativos: o seminário de Brasília. *Novos Estudos*. São Paulo, n. 59, p. 172-192, março, 2001.

HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o Poder: movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo*. Rio de Janeiro; EdUERJ, 2001.

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOFFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. 1999. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. Raça, cultura e identidade e o “racismo à brasileira”. In: BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção et al. *De preto a afro-descendente: trajetórias de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos: EdUFSCar, 2003.

IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. São Paulo: Hucitec, 1988.

JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. *Desigualdades Raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: IPEA, 2002.

MAGGIE, Yvonne. Os novos bacharéis: a experiência do pré-vestibular para negros e carentes. *Novos Estudos*. São Paulo, n. 59, p.193-202, março, 2001.

MOEHLECKE, Sabrina. *Propostas de Ações Afirmativas no Brasil: o acesso da população negra ao ensino superior*. 2000. Dissertação (mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: Usos e sentidos*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

NASCIMENTO, Abdias do; NASCIMENTO, Elisa Larkin. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil. 138-1997. In: HUNTLEY, Lynn Walker; GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 138-197.

NASCIMENTO, Maria Ercília do. *A estratégia da Desigualdade: o movimento negro dos anos 70*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1989.

NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de Marca: as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1998.

PEREIRA DA SILVA, Josué. Cidadania e Reconhecimento. In: AVRITIZER, LEONARDO; DOMINGUES, José Maurício. *Teoria social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

PINHEIRO, Luana *et ali*. *Retrato das desigualdades de Gênero e Raça*. Brasília: IPEA: SPM: UNIFEM, 2008.

PINTO, Regina Pahin. *Movimento Negro em São Paulo: luta e identidade*. 1993. Tese (doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

REIS, Fábio Wanderley. “Mito e valor da democracia racial”. In: SOUZA, Jessé. (Org) et al. *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil - Estados Unidos*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional dos Direitos Humano, 1996.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora das Letras, 2001.

SANSONE, Lívio. Racismo sem etnicidade. *Políticas públicas e discriminação racial em perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Dados – Revista de Ciências Sociais, 1998. Disponível em <<http://www.scielo.org.br>> acesso em: 08 abr. 2001.

_____. *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*. Salvador: Pallas, 2003.

SLENES, Robert W. *Na Senzala, Uma Flor: esperanças e recordações da família escrava, Brasil Sudeste, Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Sons negros com ruídos brancos. In: Vários autores. (2002) *Racismo no Brasil*. São Paulo: ABONG, 2002.

_____, _____. O papel das ações afirmativas em contextos racializados: algumas anotações sobre o debate brasileiro. In: GONÇALVES SILVA, Petronilha Beatriz; SILVÉRIO, Valter Roberto. *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

SOARES, Sergei *et lii*. *Diagnóstico da situação atual do negro na sociedade brasileira*. Mimeo. (texto preparado para a Fundação Cultural Palmares, deverá ser publicado no livro *Reescrevendo a história do negro no Brasil*.), 2002.

SOUZA, Jessé. Multiculturalismo, racismo e democracia. Por que comparar Brasil e Estados Unidos? In: SOUZA, Jessé. (Org) et alii. (1996). *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TAYLOR, Charles. *As fontes do Self: a construção da identidade moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

TELLES, Edward Eric. *Racismo à Brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

VALLE SILVA, Nelson. Extensão e Natureza das Desigualdades Raciais no Brasil. In: HUNTLEY, Lynn Walker; GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Documentos do Governo Federal

BRASIL. Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Política Nacional do Idoso. Declaração Universal dos Direitos Humanos. *Programa Nacional dos Direitos Humanos*. Brasília. DF, 1998.

Documentos Oficiais do Centro Nacional de Cidadania Negra

Anexo I - Plano de Trabalho 1/3 – Projeto: Centro de Formação Profissional e Cultura da Raça Negra – terceira etapa. In: CENTRO NACIONAL DE VALORIZAÇÃO DA RAÇA NEGRA. *Ofício/2001*. Uberaba, 2001.

SILVA, Gilberto Caixeta e outros. *Pesquisa: A Condição da Raça Negra em Uberaba: um diagnóstico*. Centro Nacional de Cidadania Negra (CENEG). Uberaba, 2001.

SILVA, Maria Lúcia da; CORREIA, Severino Lepê. Auto-Estima e educação. In.: MINAS GERAIS. Centro Nacional de Cidadania Negra. *Escola Multirracial, Popular e auto-estima*, 1998.

CENTRO NACIONAL DE CIDADANIA NEGRA. Estatuto do Centro Nacional de Cidadania Negra – CENEG. *Capítulo 1 – Da denominação, sede e foro*. sem paginação. Uberaba, 2002.

CENTRO NACIONAL DE CIDADANIA NEGRA. *Cartilha de Divulgação*. 2. ed. Uberaba: Publicação do Centro do Centro Nacional de Cidadania Negra – CENEG, 2003, p.14.

CENTRO NACIONAL DE CIDADANIA NEGRA. Unidades Estaduais, Projeto de Nacionalização. *Manual Pedagógico: proposta política-pedagógica do CENEG*. Uberaba, [2001?].

CENTRO NACIONAL DE CIDADANIA NEGRA. *Educação e Cidadania Negra*. Uberaba. [2001?].

Jornais

CAIXETA, Gilberto. Comunidade Negra. *Tom sobre tom*. Uberaba, ano 01, n. 01, p.06, fev. 2000.

Evangelista, Willian José. Editorial. *Tom sobre Tom*. Uberaba, ano 01, n. 01, p. 02, fev. 2000.

Leis

BRASIL. Congresso. Senado. Projeto de Lei 3.198 de 2000. In: Santos, R. E.; Lobato, F. (orgs.) *Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

UBERABA. Lei n.8200, de 21 de Fevereiro de 2002. Institui o Programa de Ações Afirmativas no Município de Uberaba. *Porta Voz*: nº. 408, Uberaba, p. 21 e 22, março de 2002.



TRIUNFAL
GRÁFICA & EDITORA

Diagramação, Impressão e Acabamento

Triunfal Gráfica e Editora

Rua José Vieira da Cunha e Silva, 920/930/940 - Assis/SP
CEP 19800-141 - Fone: (18) 3322-5775 - Fone/Fax: (18) 3324-3614
CNPJ 03.002.566/0001-40